



PROJETO DE INTEGRAÇÃO DO RIO SÃO FRANCISCO COM BACIAS HIDROGRÁFICAS DO NORDESTE SETENTRIONAL

RELATÓRIO ANTROPOLÓGICO DE CARACTERIZAÇÃO HISTÓRICA, ECONÔMICA, AMBIENTAL E SÓCIO-CULTURAL DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO DE MASSAPÊ CARNAUBEIRA DA PENHA - PE

MAIO DE 2009



Entrada do Massapê
Acervo: PISF – Foto: Geraldo Barboza

A gente tinha uma vida aqui. Era todo mundo feliz. Nossas casas. Nosso comércio, nossa novena. Até parece que isso nunca existiu... Mas vamos se levantar! (João de Miúdo)

AGRADECIMENTOS

Às Instituições:

Ao Ministério da Integração

Ao Projeto de Integração do rio São Francisco

Ao INCRA

Ao Centro Luiz Freire

À Coordenadoria Estadual de Articulação Quilombola de Pernambuco

À Prefeitura de Carnaubeira da Penha

À Antropos – Consultoria & Serviços em Gestão Social.

Às pessoas:

Telma Torreão

José Carlos Braga

Isac Braz

Alexandre Tadeu

Angêlica Beatriz

Aos colegas de trabalho pelo apoio constante.

Aos moradores da comunidade de Massapê, de Massapezinho e DNER.

Em especial: Joel Salvador, Dona Mocinha, João de Miúdo, Adriana em Massapê; e, Dioclécio Nogueira, Wandilene e Maristela em Floresta.

SUMÁRIO

I	INTRODUÇÃO.....	05
	Apresentação.....	06
	O projeto de integração do rio São Francisco (PISF) e as comunidades quilombolas.....	11
	Metodologia.....	15
II	DADOS GERAIS.....	20
2.1	O Município de Carnaubeira de Penha.....	21
2.2	A Comunidade de Remanescente de Quilombos de Massapê.....	29
2.3	Dados demográficos da Comunidade de Massapê.....	32
III	HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DE MASSAPÊ.....	38
3.1	A memória de Massapê na construção de seu território.....	40
3.2	Fontes documentais e bibliográficas.....	44
3.3	A comunidade de Massapê na história regional.....	46
3.4	Arqueologia histórica em Massapê.....	47
3.5	Patrimônio cultural da comunidade de Massapê.....	53
3.6	Processos de expropriação de Massapê.....	59
3.7	Caracterização e Análise da ocupação atual das terras da comunidade de Massapê.....	61
IV	ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE DO MASSAPÊ.....	63
4.1	Etnicidade negra na comunidade de Massapê.....	65
4.2	Identidade e alteridade na comunidade de Massapê.....	68
4.3	Evasão e reagrupamento na construção de uma nova territorialidade.....	71
4.4	Genealogia da comunidade de Massapê.....	77
4.5	Redes de reciprocidade da comunidade de Massapê.....	79
4.6	O uso da terra na comunidade de Massapê.....	80
4.7	Terra, identidade e memória na história na comunidade de Massapê.....	81
4.8	Organização política da comunidade de Massapê.....	85
V	AMBIENTE E PRODUÇÃO NA COMUNIDADE DE MASSAPÊ.....	92

5.1	Apropriação da terra e os limites da comunidade de Massapê.....	94
5.2	Modos de ocupação tradicional da terra pelos moradores de Massapê.....	95
5.3	Relações sócio-econômico-culturais da comunidade do Massapê e seus vizinhos.....	96
5.4	Atividades produtivas na comunidade do Massapê: áreas e equipamentos.....	98
5.5	Práticas produtivas: cosmologia, sociabilidade, reciprocidade e divisão social do trabalho.....	103
5.6	Análise agrônômica e ecológica da terra da comunidade do Massapê.....	105
5.7	Áreas imprescindíveis à proteção dos recursos naturais e ao bem-estar econômico e cultural da comunidade do Massapê.....	108
5.8	Avaliação das dimensões da sustentabilidade referentes a ações e projetos e seus possíveis impactos junto à comunidade do Massapê.....	111
5.10	Obras e empreendimentos necessários ao desenvolvimento sustentável na comunidade do Massapê.....	114
VI	CONCLUSÃO	119
6.1	Proposta de delimitação do território da Comunidade de Massapê.....	121
6.2	Perspectivas de produtividade e vida para a área da Comunidade de Massapê.....	124
VII	BIBLIOGRAFIA	129
	Anexos:	132
	Carta de Ponta das Canas	132
	Código de Ética da Associação Brasileira de Antropologia – ABA	140

INTRODUÇÃO

“A meu ver na realização dos laudos periciais o antropólogo deve privilegiar a pesquisa sobre as categorias e práticas nativas, pelas quais o grupo étnico se constrói simbolicamente, bem como as ações sociais nas quais ele se utiliza. O agente classificatório e o objeto primário de sua etnografia devem ser o próprio grupo investigado. As classificações (étnicas, de classes, etc.) utilizadas por outros agentes sociais devem ser consideradas à medida em que afetam os circuitos de interação de que participam os membros daquele grupo, possibilitando a definição por estes de várias e diversificadas estratégias simbólicas e sociais. (Dalari, 1994:121, In, Silva, Luz e Helm).



Aspecto da entrada da comunidade de Massapê.
Acervo: PISF - Foto: Raphaela Hildita

Apresentação

O cenário onde os laudos principais foram intensamente valorizados como instrumentos de conhecimento circunstanciado sobre os novos direitos envolvem frequentemente populações tradicionais. Embora parecendo uma tarefa nova, os laudos têm recorrido invariavelmente aos procedimentos metodológicos clássicos da pesquisa antropológica. (LEITE, 2000, p. 70).

O Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica, ambiental e sócio-cultural é parte do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) dos territórios das comunidades remanescentes de quilombos cuja elaboração compete à Superintendência Regional do INCRA de acordo com a IN N°49 de 29/09/2008 que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Este relatório trata da identificação do território da comunidade de Massapê, localizada no município de Carnaubeira da Penha, PE..

O relatório tem como base legal o Decreto Presidencial 4.887 de 20 de novembro de 2003 que regulamentou o art 68 da ADCT, mais especificamente no seu artigo 10, inciso 1, que subscrevo a seguir:

“Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando SUS terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes títulos respectivos”.

Em termos de orientação metodológica a base para a atividade pericial são as questões colocadas pela Instrução Normativa do INCRA No. 49 que apresentamos na íntegra abaixo:

“I - Relatório antropológico de caracterização histórica, econômica, ambiental e sócio-cultural da área quilombola identificada, devendo conter as seguintes descrições e informações:

a) introdução, abordando os seguintes elementos:

1. apresentação dos conceitos e concepções empregados no Relatório (referencial teórico), que observem os critérios de autoatribuição, que permita caracterizar a trajetória histórica própria, as relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida;

2. apresentação da metodologia e dos condicionantes dos trabalhos, contendo, dentre outras informações, as relativas à organização e caracterização da equipe técnica envolvida, ao cronograma de trabalho, ao processo de levantamento de dados qualitativos utilizados e ao contexto das condições de trabalho de campo e elaboração do relatório;

b) dados gerais, contendo:

1. informações gerais sobre o grupo auto-atribuído como remanescente das comunidades dos quilombos, tais como, denominação, localização e formas de acesso, disposição espacial, aspectos demográficos, sociais e de infra-estrutura;

2. a caracterização do(s) município(s) e região com sua denominação, localização e informações censitárias com dados demográficos, sócio-econômicos e fundiários, entre outros;

3. dados, quando disponíveis, sobre as taxas de natalidade e mortalidade da comunidade nos últimos anos, com indicação das causas, na hipótese de identificação de fatores de desequilíbrio de tais taxas, e projeção relativa ao crescimento populacional do grupo;

c) histórico da ocupação, contendo:

1. descrição do histórico da ocupação da área com base na memória do grupo envolvido e depoimentos de eventuais atores externos identificados;

2. levantamento e análise das fontes documentais e bibliográficas existentes sobre a história do grupo e da sua terra;

3. contextualização do histórico regional e sua relação com a história da comunidade;

4. indicação, caso haja, dos sítios que contenham reminiscências históricas dos antigos quilombos, assim como de outros sítios considerados relevantes pelo grupo;

5. levantamento do patrimônio cultural da comunidade a partir do percurso histórico vivido pelas gerações anteriores, constituído de seus bens materiais e imateriais, com relevância na construção de suas identidade e memória e na sua reprodução física, social e cultural.

6. levantamento e análise dos processos de expropriação, bem como de comunidade;

7. caracterização da ocupação atual indicando as terras utilizadas para moradia, atividade econômica, caminhos e percursos, uso dos recursos naturais, realização dos cultos religiosos e festividades, entre outras manifestações culturais;

8. análise da atual situação de ocupação territorial do grupo, tendo em vista os impactos sofridos pela comunidade e as transformações ocorridas ao longo de sua história.

d) organização social, contendo:

1. identificação e caracterização dos sinais diacríticos da identidade étnica do grupo;

2. identificação e análise das formas de construção e critérios do pertencimento e fronteiras sociais do grupo;

3. identificação das circunstâncias que levaram a eventual secessão ou reagrupamento do Grupo;

4. descrição da representação genealógica do grupo;

5. mapeamento e análise das redes de reciprocidade intra e extra-territoriais e societários dos membros do grupo em questão;

6. levantamento, a partir do percurso histórico vivido pelas gerações anteriores, das manifestações de caráter cosmológico, religioso e festivo, atividades lúdico-recreativas em sua relação com a terra utilizada, os recursos naturais, as atividades produtivas e o seu calendário;

7. levantamento das práticas tradicionais de caráter coletivo e sua relação com a ocupação atual da área identificando terras destinadas à moradia, espaços de sociabilidade destinados às manifestações culturais, atividades de caráter social, político e econômico, demonstrando as razões pelas quais são importantes para a manutenção da memória e identidade do grupo e de outros aspectos coletivos próprios da comunidade;

8. descrição das formas de representação política do grupo;

e) ambiente e produção, contendo:

1. levantamento e análise das categorias êmicas relacionadas às terras e ao ambiente onde vivem as comunidades e sua lógica de apropriação dessas áreas e configuração de seus limites;

2. análise da lógica de apropriação das áreas nas quais vive o grupo, considerando as informações agrônômicas e ecológicas da área reivindicada pelas comunidades remanescentes de quilombo;

3. identificação e explicitação da forma de ocupação quanto ao seu caráter tradicional, evidenciando as unidades de paisagem disponíveis no presente e no plano da memória do grupo, bem como seus usos, necessários à reprodução física, social, econômica e cultural;

4. descrição das práticas produtivas, considerando as dimensões cosmológicas, de sociabilidade, reciprocidade e divisão social do trabalho;

5. descrição das atividades produtivas desenvolvidas pela comunidade com a identificação, localização e dimensão das áreas e edificações utilizadas para este fim;

6. identificação e descrição das áreas imprescindíveis à preservação dos recursos necessários ao bem estar econômico e cultural da comunidade e explicitação de suas razões;

7. avaliação das dimensões da sustentabilidade referentes a ações e projetos e seus possíveis impactos junto ao grupo em questão;

8. indicação de obras e empreendimentos existentes ou apontados como planejados, com influência na área proposta;

9. descrição das relações sócio-econômico-culturais com outras comunidades e com a sociedade envolvente e descrição das alterações eventualmente ocorridas na economia tradicional a partir do contato com a sociedade envolvente e do modo como se processam tais alterações;

10. identificação e descrição das áreas imprescindíveis à proteção dos recursos naturais, tais como áreas de preservação permanente, reserva legal e zonas de amortecimento das unidades de conservação.

f) conclusão, contendo:

1. proposta de delimitação da terra, tendo como base os estudos previstos neste inciso I;

2. planta da área proposta, que inclua informações e indicação cartográfica de localização dos elementos anteriormente referidos;

3. descrição sintética da área identificada, relacionando seus diferentes marcos identitários, espaços e paisagens, usos, percursos, caminhos e recursos naturais existentes, tendo em vista a reprodução física, social e cultural do grupo, segundo seus usos, costumes e tradições;

4. indicação, com base nos estudos realizados, de potencialidades da comunidade e da área, que possam ser, oportunamente, aproveitadas”.

No Brasil, os relatórios antropológicos (também denominados de laudos ou perícias) têm sido demandados por grupos indígenas e remanescentes quilombolas através de processos administrativos ou judiciais.

“Os laudos, feitos pelos antropólogos, são solicitados dentro de uma demanda jurídica e de um campo conflitivo na sociedade civil, ou seja, uma demanda externa, onde existem diversos atores em questão. O laudo, portanto, resulta de uma demanda externa, pelos quesitos elaborados para responder sobre esses conflitos”. (LEITE, 2000, p. 67).

Neste sentido, os conceitos e concepções sobre comunidades remanescentes de quilombos devem ser desvinculado da idéia de quilombo como local de “negros escravos fugidos”. A referência teórica para a construção de uma identidade quilombola na contemporaneidade está pautada em critérios de auto-atribuição, subsidiados pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assim:

“A auto-identidade indígena ou tribal é uma inovação do instrumento, ao instituí-la como critério subjetivo, mas fundamental, para a definição dos povos objeto da Convenção, isto é, nenhum estado ou grupo social tem o direito de negar a identidade a um povo indígena ou tribal que como tal ele próprio se reconheça.”

Assim:

“A Convenção dispensa especial atenção à relação dos povos indígenas e tribais com a terra ou território que ocupam ou utilizam de alguma forma, principalmente aos aspectos coletivos dessa relação. É nesse enfoque que a Convenção reconhece a esses povos o direito de posse e de propriedade e preceitua medidas a serem tomadas para a salvaguarda desses direitos, mesmo no caso de terras ocupadas não exclusivamente em determinados casos, por eles, mas às quais tradicionalmente tenham tido acesso para suas atividades e subsistência”.

Os relatórios antropológicos, diferente de uma proposta jurídico-administrativa que objetiva afirmar ou negar a identidade de um grupo, busca pela compreensão de quais são os elementos e mecanismos, acionados na construção e assunção de uma identidade como a de “remanescente de quilombos” (Cantarelli,2008).

“Então, os laudos que vêm sendo produzidos neste campo têm como objetivo o entendimento sobre essas noções de direito para auxiliar os juízes a arbitrar sobre disputas territoriais, um

campo frequentemente permeado por graves conflitos”.
(LEITE, 2000: 66-67).

Assim, o hiato entre o campo jurídico e o campo antropológico fica menor. As contribuições mútuas são o que caracterizam o laudo em seu fim último: a definição de um território para um grupo baseado na sua identidade construída sobre suas categorias de apropriação de um espaço de sociabilidade e produção com base em uma identidade étnica. *“E neste sentido tudo se amplia: o diálogo não é apenas com o jurídico, mas abrange a sociedade e várias áreas de conhecimento, discursos, atores e interesses, por vezes antagônicos. (LEITE, 2000: 67).*

Além do importante papel dos movimentos sociais e das entidades não-governamentais, a luta pela titulação territorial em favor de grupos quilombolas vem contando com o decisivo apoio da ABA¹ e das Universidades Federais do País, na realização de estudos sobre a temática e de pesquisas para a produção de laudos periciais destinados a instruir processos administrativos e jurídicos, com vistas a fundamentar decisões dos órgãos competentes no processo de titulação da terra. (Bezerra, 2006:95)

Este relatório tem por objetivo a definição do território da comunidade de remanescente de quilombos de Massapê, localizada no município de Carnaubeira da Penha, Estado de Pernambuco, como parte do Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas, no âmbito das ações do Projeto de Integração do Rio São Francisco às Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional (PISF). Neste sentido, vale o esforço pelo entendimento da categoria quilombo como um conceito contemporâneo. Evitando uma definição limitadora, como bem lembra o antropólogo Alfredo Wagner de Almeida, ao citar:

O quilombo, enquanto categoria definidora, permanece incrustado na memória coletiva da Nação – seja dos operadores jurídicos, seja de determinadas representações do senso comum – como o isolado negro, tendo como paradigma o quilombo do Palmares. Deve-se relativizar a definição presente em nossos dispositivos jurídicos e sociais que, desde o tempo da Colônia, definem o quilombo como “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”, assim como fora formulado em carta em resposta ao rei de Portugal

¹ ABA – Associação Brasileira de Antropologia

em virtude de consulta feita ao Conselho Ultramarino em 1740. Um conceito, como bem chamou a atenção Almeida (2002), que permaneceu frigorificado no imaginário dos operadores do direito e das leituras pretensamente científicas. Pois este dispositivo tendeu a compreender o quilombo como algo que estava fora, isolado, para além da civilização e da cultura, confinado numa suposta auto-suficiência (ALMEIDA, 2002, p.49)

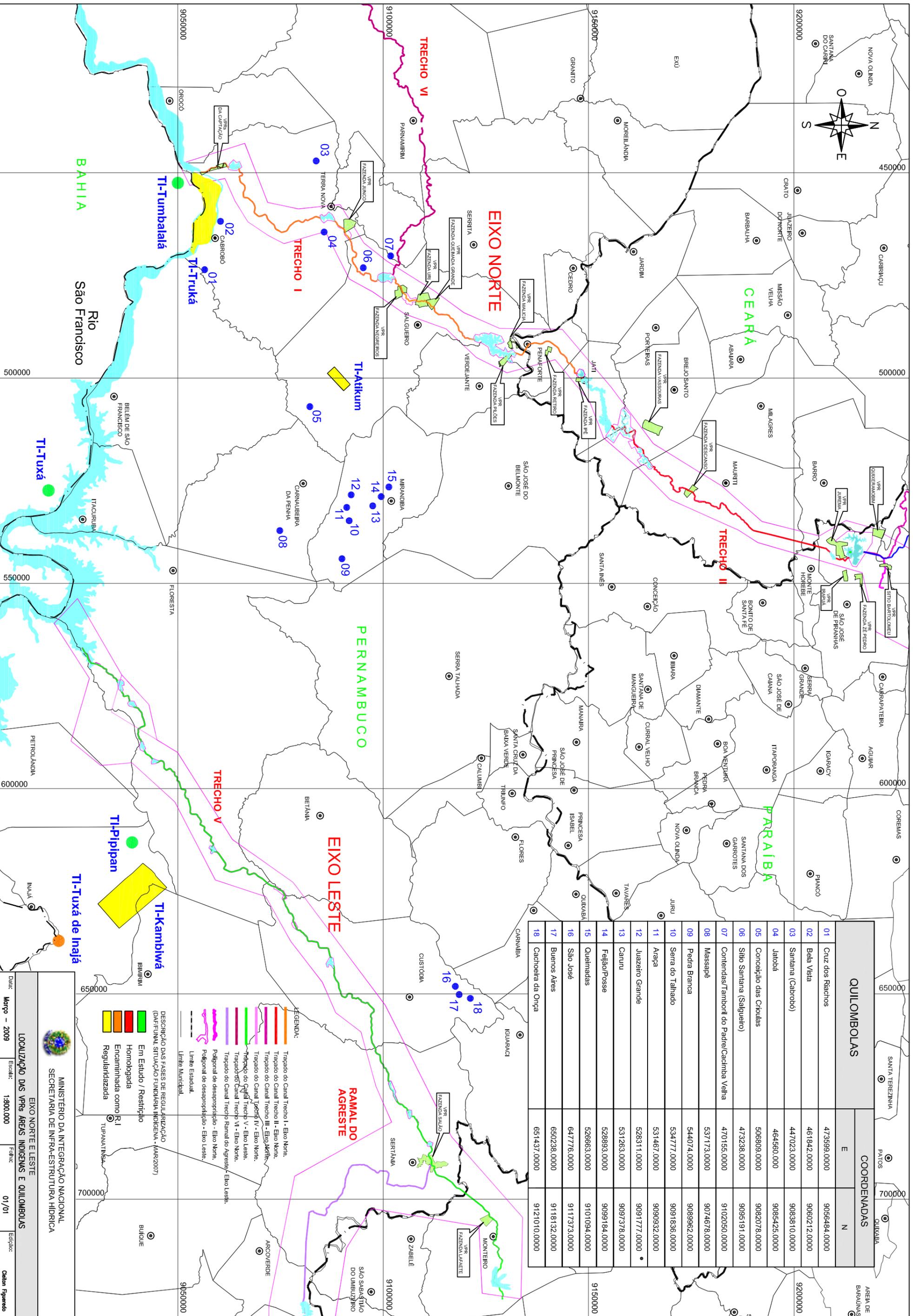
O Projeto de Integração do São Francisco (PISF) e as Comunidades Quilombolas.

O PISF é composto por 36 Programas Básicos Ambientais - PBAs. Dentre estes, existe um que trata especificamente das comunidades remanescentes de quilombos que estão na área de influência do projeto. Sendo, o PBA-17 – Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas que é composto de dois subprogramas: o Subprograma de Regulamentação Fundiária das Comunidades Quilombolas e o Subprograma de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas.

De uma maneira geral o Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas objetiva:

- Apoiar o processo de reconhecimento e garantia territorial das comunidades que se autodefinem como quilombolas situadas na área de influência direta do empreendimento, através do estabelecimento de uma parceria entre o Ministério da Integração Nacional e o INCRA/MDA, com a alocação de recursos para identificação, delimitação e regularização fundiária dos territórios quilombolas.
- Promover o desenvolvimento destas comunidades, através da implantação de infra-estrutura de saneamento básico, educação, saúde, transportes etc.

As comunidades de remanescentes de quilombos que estão na área de influência do Projeto de Integração do Rio São Francisco são as abaixo listadas em um mapa na página seguinte e em uma tabela na página subsequente.



QUILOMBOLAS	COORDENADAS	
	E	N
01 Cruz dos Riachos	473599.0000	9056484.0000
02 Bela Vista	461842.0000	9060212.0000
03 Santana (Cabrobo)	447023.0000	9083810.0000
04 Jatobá	464560.0000	9085425.0000
05 Concoção das Crivolas	506809.0000	9082078.0000
06 Sítio Santana (Salgueiro)	473238.0000	9095191.0000
07 Contendas/Tamboim do Padre/Cadrimba Velha	470155.0000	9102050.0000
08 Massapé	537173.0000	9074678.0000
09 Pedra Branca	544074.0000	9089962.0000
10 Serra do Talhado	534777.0000	9091836.0000
11 Araça	531467.0000	9090932.0000
12 Juazeiro Grande	528311.0000	9091777.0000
13 Caruru	531263.0000	9097378.0000
14 Feijão/Posse	528893.0000	9099184.0000
15 Queimadas	526663.0000	9101094.0000
16 São José	647776.0000	9117373.0000
17 Buenos Aires	650238.0000	9118132.0000
18 Cachoeira da Onça	651437.0000	9121010.0000


MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA

EIXO NORTE E LESTE
LOCALIZAÇÃO DAS VPRS ÁREAS INDÍGENAS E QUILOMBOLAS

Data: Março - 2009
 Escala: 1:800.000
 Fôlha: 01/01
 Editor: Celso Figueiredo

LEGENDA:

- Trapezo do Canal Trecho I - Eixo Norte.
- Trapezo do Canal Trecho II - Eixo Norte.
- Trapezo do Canal Trecho III - Eixo Norte.
- Trapezo do Canal Trecho IV - Eixo Norte.
- Trapezo do Canal Trecho V - Eixo Leste.
- Trapezo do Canal Trecho VI - Eixo Norte.
- Trapezo do Canal Trecho Ramal do Agreste/ Eixo Leste.
- Polygonal de desapropriação - Eixo Norte.
- Polygonal de desapropriação - Eixo Leste.
- Limite Estadual.
- Limite Municipal.

DESCRIÇÃO DAS FASES DE REGULARIZAÇÃO (DA FUNIL SITUAÇÃO FUNDIÁRIA INDÍGENA - MAR/2007)

- Em Estudo / Restrição
- Homologada
- Encaminhada como R.I
- Regularizada

As comunidades atendidas pelo Programa de Desenvolvimento das Comunidades Quilombolas no âmbito do PISF são as seguintes:

No.	Comunidade	Município
01	Massapé	Carnaubeira da Penha
02	Araçá	Mirandiba
03	Feijão	Mirandiba
04	Juazeiro Grande	Mirandiba
05	Pedra Branca	Mirandiba
06	Serra do Talhado ²	Mirandiba
07	Queimadas ³	Mirandiba
08	Conceição das Crioulas	Salgueiro
09	Santana	Salgueiro
10	Contendas	Salgueiro
11	Buenos Aires	Custódia
12	Cachoeira da Onça	Custódia
13	São José	Custódia
14	Cruz do Riacho	Cabrobó
15	Fazenda Santana	Cabrobó
16	Jatobá	Cabrobó

No caso do **Subprograma de Regulamentação Fundiária das Comunidades Quilombolas**, é fundamental à elaboração de um **Relatório Antropológico** enquanto peça que irá compor o “Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID”, a ser apresentado pelo INCRA processo de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro dos territórios quilombolas.

De maneira geral é esperado que os Relatórios Antropológicos referentes às comunidades quilombolas contempladas no PBA-17 contribuam para a construção de um documento que *observe os critérios de auto atribuição, que permita caracterizar a trajetória histórica própria, as relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida pelos grupos que estão sendo objeto da questão.*

Neste sentido vale a observação de Dalmo Dalari que cita:

² Em processo de certificação pela Fundação Cultural Palmares

³ Em processo de certificação pela Fundação Cultural Palmares

Ao invés de trabalhar com classificações étnicas operadas genericamente pela sociedade regional, o antropólogo deve explorar as incongruências internas aí verificadas, percebendo que elas constituem parte de um campo de luta em que estão envolvidos todos esses atores. Partindo dessa análise é que poderá vir a descrever o conjunto de símbolos e práticas sociais (primordialmente os preconceitos, estigmas e censuras) pelas quais os diferentes atores não-índios, de modo acumulativo mas também concorrencial, barreiras sociais que demarcam negativamente àquele grupo.”(Dalari, 1994:121, In, Silva, Luz e Helm).

No caso do PBA 17, a fim de dirimir as contestações das propostas de demarcação das terras quilombolas e melhor consubstanciar os processos no campo jurídico e administrativo, o relatório antropológico deve atentar para a descrição do território enquanto espaço de práticas sociais relacionadas à trajetória histórica e à memória coletiva do grupo; apontando características socioculturais e econômicas do território identificado, como os seguintes aspectos:

- “- formas de trabalho e produção (processo autônomo/conexão com outros mecanismos locais/regionais);
- manejo ecológico (utilização de recursos) e formas de uso da terra relacionados à garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural;
- grau de conflito decorrente da disputa pela posse da terra e/ou decorrente de sobreposições de unidades de conservação e áreas de assentamento;
- capacidade política organizativa (associações, agências, sistemas de representação, povoados) e sua projeção sobre o espaço físico;
- universo simbólico e ritualístico relacionado à identidade cultural da comunidade”.

Metodologia de Trabalho.

Esta maneira peculiar da Antropologia construir o conhecimento a respeito de outras culturas é ressaltada por Clifford Geertz (1989, p. 15) quando afirma que em “Antropologia Social, o que os praticantes fazem é etnografia”. Isso quer dizer “que praticar etnografia é estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campo, manter um diário, e assim por diante”. (CARDOSO, 2008, p.89)

De maneira geral, a citação acima coloca os procedimentos necessários e usuais para a realização de uma pesquisa antropológica de campo. Neste trabalho, iniciamos nosso contato com as comunidades de remanescentes de quilombos acompanhando os técnicos do Ministério da Integração em diversas reuniões nos municípios com seus representantes. No caso de massapê, realizamos, em seguida, uma reunião na própria comunidade para expor o trabalho a ser desenvolvido.

Após esta visita, foram iniciadas conversas com colegas antropólogos em busca de orientação de como melhor proceder para realizar um trabalho de pesquisa antropológica dentro dos referenciais da Instrução Normativa No. 49 (IN 49). A opção foi pela constituição de uma equipe multidisciplinar. Compomos esta com um antropólogo e duas historiadoras em período integral e, oportunamente, tivemos a colaboração de um geógrafo, pedagoga, de engenheiros agrônomos, ambientais e florestais. Conversas profícuas com profissionais da Biologia, do Direito, da Educação Ambiental, entre outros fizeram parte do cotidiano da Pesquisa.

Foram realizadas diversas visitas na comunidade, nas quais identificamos e entrevistamos os informantes de maior interesse para o nosso trabalho: os mais idosos, o presidente da Associação de Remanescentes de Quilombos de Massapê, a auxiliar de serviços gerais que atua na escola (que tem o curso de magistério) e mantém na sua casa uma “biblioteca” do Programa Arca das Letras, um vizinho (branco) que manteve uma farmácia na vila comercial de Massapê, pessoas da cidade (secretários municipais, ex-professoras da escola de Massapê, quilombolas de Massapê -residentes em Carnaubeira da Penha e em Floresta). Visitamos secretarias municipais em busca de documentos,

visitamos, também, a Ordem das Missionárias Rainha da Paz (onde conhecemos o acervo fotográfico do Padre Evaldo Betti e tivemos acesso a fotos antigas do Massapê).

Anterior às visitas na comunidade de Massapê, com o auxílio de duas historiadoras, fizemos uma pesquisa bibliográfico-documental na internet na busca de dados gerais sobre os municípios; estas mesmas historiadoras, vinham já há tempos transcrevendo textos da área de antropologia relacionados à questão quilombola e de laudos antropológicos. Obtivemos também documentários regionais em livros e um vídeo sobre os quilombos de Pernambuco; estes foram realizados pelo Centro Luis Freire (uma ONG que trabalha no apoio às comunidades quilombolas de Pernambuco) em parceria com a Coordenação Estadual de Articulação das Comunidades Quilombolas e com a Associação da Comunidade Quilombola de Conceição das Crioulas.

As mais de 20 entrevistas gravadas em gravador digital totalizaram cerca de 05 horas. Como recurso auxiliar, fizemos, em todas as viagens, o registro fotográfico das pessoas sendo entrevistadas e do meio ambiente. A transcrição das entrevistas e a posterior leitura crítica desta possibilitaram a observação das lacunas de informações que nos faltavam.

Foi realizado o reconhecimento da área do território quilombola de Maassapê através de caminhada (das 08:30h às 12:15h) guiada pelo Sr. Joel Salvador, de 82 anos um morador local que se dispôs a acompanhar a equipe em seus vários momentos de identificação de limites geográficos da comunidades.

Realizamos diversas visitas aos quilombolas residentes no município de Floresta, onde estão sob a liderança de Dioclécio Nogueira (bisneto do fundador do Massapê). Entrevistas gravadas e fotografias fizeram parte destes momentos. Isto, entretanto, foi ampliado por uma orientação àquela população em relação à sua organização social enquanto quilombolas expatriados de sua comunidade e reagrupados em uma área urbana (Massapezinho). As dúvidas eram muitas – e alimentadas pela comunicação informal entre os moradores de Massapezinho e Massapê. Uma verdadeira “guerra psicológica” entre as duas comunidades, que requereu uma habilidade maior nos momentos de sistematizar as informações

Memória Iconográfica do trabalho de campo: informantes



Entrevista informal com Glaudivani Nunes, professora Maria da Penha(esposa) e João Miúdo.
Acervo: PISF - Foto: Clodoaldo Cavalcante.



Entrevista com Joel Salvador e sua esposa Dona Mocinha.
Acervo: PISF - Foto: Clodoaldo Cavalcante



1ª. Entrevista com Dioclécio Nogueira em Massapezinho, em Floresta.
Acervo: PISF - Foto: Clodoaldo Cavalcante.



Entrevista junto com Joel Salvador com moradores locais
Acervo: PISF – Foto: Clodoaldo Cavalcante



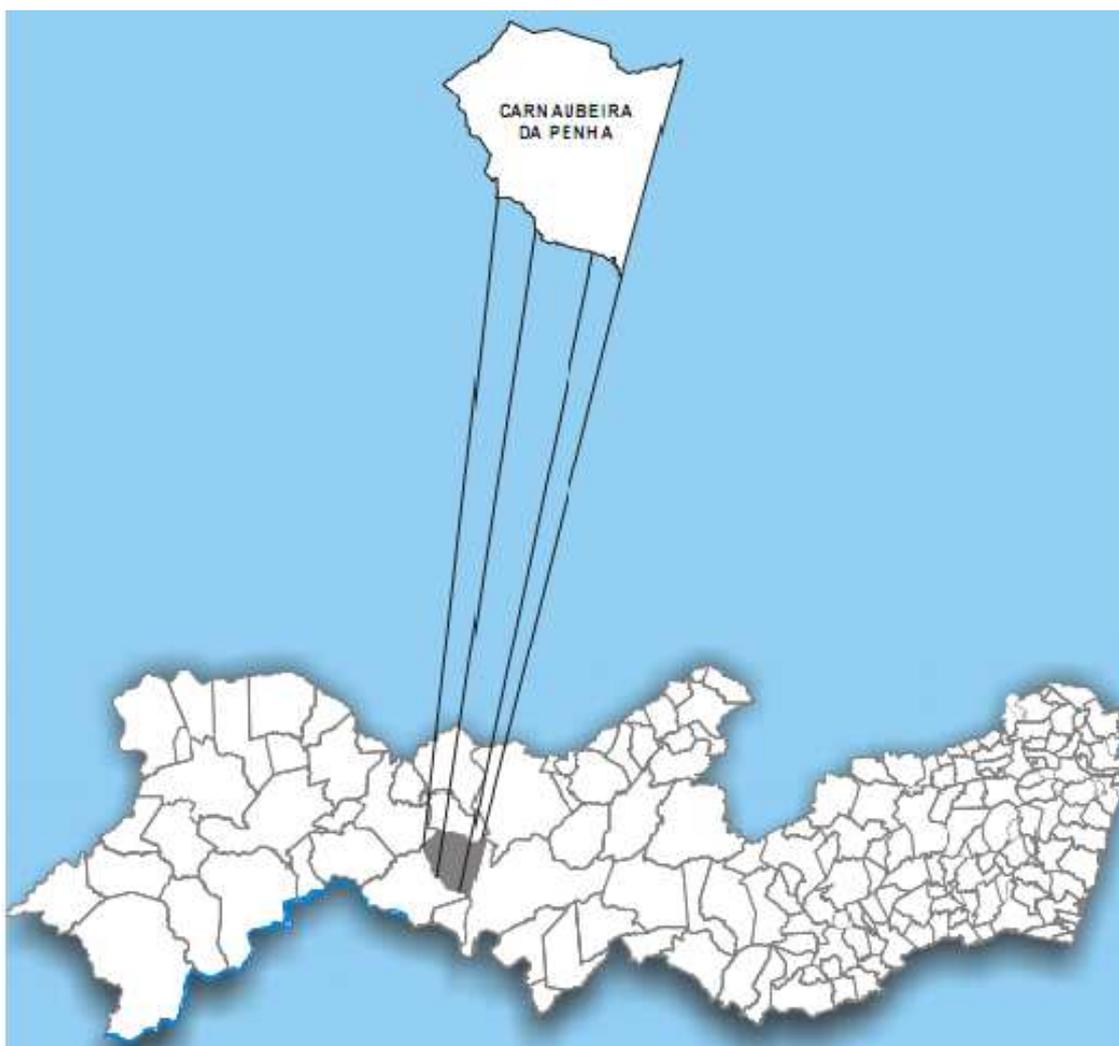
Reunião com moradores do Massapê
Acervo: PISF – Foto: Clodoaldo Cavalcante



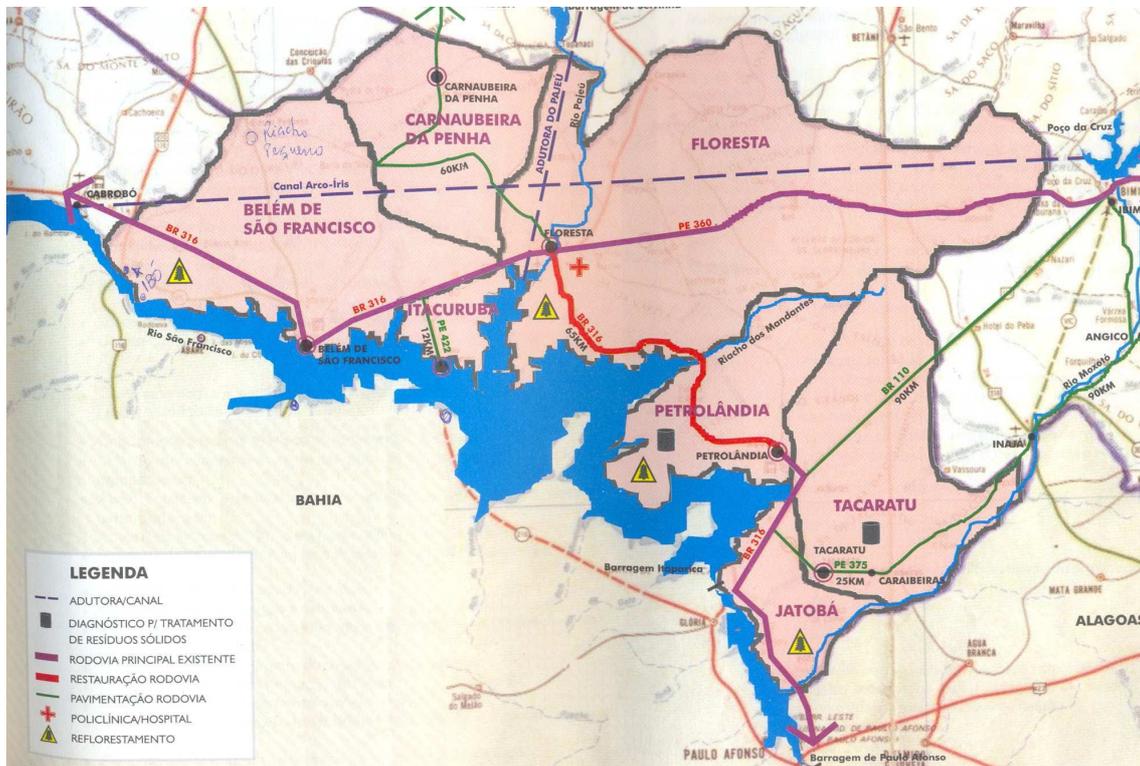
Conversa com Morador sobre limites em companhia de João de Miúdo
Acervo: PISF – Foto: Clodoaldo Cavalcante.

II. DADOS GERAIS

Neste tópico serão abordados aspectos gerais e específicos município de Carnaubeira da Penha e da Comunidade quilombola de Massapê como: a história, a demografia, a economia e a organização política de uma maneira ampla.



2.1. O MUNICÍPIO DE CARNAUBEIRA DA PENHA



O município de Carnaubeira da Penha possui uma área territorial de 1.010,18 Km² divididos em três distritos: Distrito-sede (Carnaubeira da Penha), Barra do Silva e Olho D' Água do Padre, situado entre a Mesorregião São Francisco e a Microrregião Itaparica do Estado de Pernambuco, com os seguintes limites: a norte com os municípios de Mirandiba (aproximadamente 34 Km) e Salgueiro (aproximadamente 83 Km), a leste com o município de Floresta (aproximadamente 43 Km), e a sul e oeste com o município de Belém do São Francisco (aproximadamente 77 Km). A sede do município tem uma altitude aproximada de 446 metros e coordenadas geográficas de 08° 19' 20" de latitude sul e 38° 44' 39" longitude oeste, distando 498,2 km da capital do Estado, Recife, cujo acesso é feito pela BR- 232 e PE-423.

O município de Carnaubeira da Penha representa a paisagem típica do semi-árido nordestino, pois está inserido na unidade geo-ambiental da Depressão Sertaneja, e se caracteriza como uma superfície de pediplanação monótona, relevo suave-ondulado, cortada por vales estreitos, e com vertentes dissecadas. Sua vegetação é basicamente composta por Caatinga Hiperxerófila com trechos de Floresta Caducifólia, com clima Tropical Semi-Árido, e chuvas de verão iniciadas em novembro com término em abril. Sua precipitação é em média anual de 431,8mm. Já com relação aos solos, nos Patamares Compridos e Baixas Vertentes do relevo suave ondulado ocorrem os planos solos, mal drenados, apresentando fertilidade natural média e problemas de sais, já os Topos e as Altas Vertentes são característicos com solos Brunos não Cálcicos, rasos e fertilidade natural alta. O relevo é ondulado ocorrendo os Podzólicos, drenados e fertilidade natural média e as Elevações Residuais com solos Litólicos, rasos, pedregosos e fertilidade natural média.

A história de Carnaubeira da Penha iniciou-se com a sanção da Lei Municipal N° 02⁴¹, de 11 de abril 1896 que criou o distrito da Carnaubeira. O distrito foi desmembrado do Município de Floresta e assim criado em 01 de outubro de 1991 pela Lei 10.626 o Município de Carnaubeira da Penha² com sua instalação em 01 de janeiro 1993.

Segundo dados do IBGE: No século passado, o prefeito de Floresta, o Coronel Casé, criou o distrito da Penha através da lei municipal n° 02, de 11 de abril de 1896, onde já existiam uns casebres. No local formou-se uma pequena comunidade pertencente ao município de Floresta-PE.

As atividades dos primeiros moradores eram baseadas na agricultura de subsistência, onde se cultivava feijão, algodão, milho, arroz, mandioca e batata-doce. A pecuária era a principal atividade econômica, destacando-se os rebanhos bovinos e caprinos.

4

1 Lei sancionada no mandato do Coronel Casé

2 A denominação Penha foi acrescentado graças ao nome da padroeira Nossa Senhora da Penha

A sua população é formada por brancos, indígenas, negros e os mestiços resultantes de uniões indistintas entres estes. Uma pequena população de negros na serra do Arapuá tem aí sua referência geopolítica. A serra de Umã, por sua vez, tem uma população formada principalmente por indígenas, onde se encontra a Reserva Nacional dos Índigenas Atikum.

A origem do nome Carnaubeira deveu-se à existência de uma grande quantidade de carnaúbas na região, no início de seu povoamento. E Penha foi em homenagem a Nossa Senhora da Penha, escolhida como sua padroeira, originando o nome do Município Carnaubeira da Penha.

A densidade demográfica³ do Município de Carnaubeira da Penha é de 10,5 hab/km², onde a população residente é de 10.404 habitantes, divididos entre os habitantes do sexo masculino 5.313 (51,1%) e os habitantes do sexo feminino 5.091 (48,9%), onde a maior concentração de habitantes encontra-se nas idades de 0 a 19 anos.

Tabela 1: Pessoas residentes por Idade

Idade	Habitantes
0 a 09	2.833
10 a 19	2.607
20 a 29	1.583
30 a 39	1.030
40 a 49	772
50 a 59	635
60 a 69	441
70 a 79	311
80 a mais	192

Fonte: Dados do IBGE 2000

Contudo, se compararmos os dados do Censo do IBGE de 2000 com os de 2007 perceberemos que as mudanças nos dados populacionais foram poucas. A taxa de urbanização cresceu 3,4% passando de 10,8% para 14,2%, a população total passou de

3 Dados do IBGE 2000

10.404 para 11.689 um acréscimo de 1.285 habitantes (8,9%), os habitantes do sexo masculino passaram de 5.313 para 5.936 um acréscimo de 623 habitantes, já os habitantes do sexo feminino passaram de 5.091 para 5.745 com um acréscimo de 654 habitantes.

Algo interessante a ser salientado segundo os dados do IBGE 2007 é a disparidade na distribuição de habitantes entre zona urbana⁴ 1.663 (14,3%) habitantes e zona rural⁵ 10.026 (85,7%) habitantes.

Verificamos que na Serra de Umã está a Reserva Indígena dos Índios Atikum, que vivem da agricultura de subsistência. Segundo o Instituto Sócio-ambiental⁵, a Serra do Arapuá possui 47 núcleos populacionais denominado pelos indígenas de “aldeias”, nestas aldeias habitam índios Pankarás, que estão em processo de territorialização e são vizinhos do território do Massapê. O contato próximo gerou uniões entre membros dos grupos. Pelo mapa abaixo observar que o território Pankará faz divisa com outras duas comunidades quilombolas do município: Tiririca e São Gonçalo.

4 Composta apenas pelo Distrito-sede

5 Composta pelos Distritos de Barra do Silva e Olho D' Água do Padre, pelas Serras do Arapuá, de Umã, da Cacaria e Brejinho, como também a comunidade quilombola de Buenos Aires.

⁵ ONG que atua junto às comunidades indígenas.



Em relação aos aspectos econômicos, o município ainda enfrenta problemas na distribuição e arrecadação de seus recursos, os gastos sociais *per capita* são aproximadamente R\$ 38,00 em educação e cultura, R\$ 05,00 em habitação e urbanismo, R\$ 09,00 em saúde e saneamento e R\$ 08,00 em assistência e previdência social (2000).

Segundo dados do IBGE 2007 a rede de Ensino é composta por 3.593 alunos matriculados e 103 estabelecimentos de ensino divididos da seguinte forma: 42 estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar (22 estabelecimentos Estaduais com 259 alunos e 45 docentes, 20 estabelecimentos Municipais com 183 alunos e 23 docentes), 60 estabelecimentos de Ensino Fundamental (33 estabelecimentos Estaduais com 1.194 alunos e 94 docentes, 27 estabelecimentos Municipais com 1.297 alunos e 67 docentes)

e 01 estabelecimento de Ensino Médio (01 estabelecimento Estadual com 660 alunos e 22 docentes).

Na tabela abaixo (mesmo com dados do censo de 2000) verificamos a deficiência no índice de anos de estudo no município.

Tabela 2: Anos de Estudo

Anos de Estudo	Habitantes
Sem instrução e menos de 1 ano de estudo	2.515
Freqüentam à Creche ou Escola	3.191
01 a 03 anos de estudo	2.415
04 a 07 anos de estudo	1.905
08 a 10 anos de estudo	337
11 a 14 anos de estudo	334
15 anos ou mais de estudo	-

Fonte: Dados do IBGE 2000

Dos 2.038 domicílios particulares permanentes⁶, 263 (12,9%) são abastecidos pela rede geral de água, 1.060 (52,0%) são atendidos por poços ou fontes naturais e 715 (35,1%) por outras formas de abastecimento. A coleta de lixo urbano atende 249 (12,2%) dos domicílios, verificamos assim que somente os domicílios localizados na zona urbana são contemplados pelo abastecimento de água e coleta de lixo.

A rede de saúde ainda encontra-se em estado precário e os doentes muitas vezes acabam se deslocando para outros municípios em busca de atendimento médico. Não há hospitais nem leitos somente 04 ambulatórios, e 14 Agentes Comunitários de Saúde Pública para dar assistência a toda área do município. A taxa de mortalidade infantil, segundo dados da DATASUS 2000 é de 57,51 para cada mil crianças.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal-IDH-M é de 0,537. Este índice situa o município em 180º no ranking estadual e em 5.388º no nacional.

Já o Índice de Exclusão Social é de 0,270 ocupando a 183º colocação no ranking estadual e a 5.476º no ranking nacional. Esse índice é construído por 07 (sete)

6 Dados do IBGE 2000

indicadores (pobreza, emprego formal, desigualdade, alfabetização, anos de estudo, concentração de jovens e violência).

O Rendimento Nominal Mensal do município é dividido da seguinte forma:

Tabela 3: Rendimento Nominal Mensal:

Rendimento Mensal	Habitantes
Pessoas sem Rendimento	4.985
Pessoas com Rendimento	2.586
Homens com Rendimento	1.365
Mulheres com Rendimento	1.221
Até 01 salário mínimo	2.220
Mais de 01 a 02 salários mínimos	218
Mais de 02 a 03 salários mínimos	68
Mais de 03 a 05 salários mínimos	58
Mais de 05 a 10 salários mínimos	12
Mais de 10 a 20 salários mínimos	06
Mais de 20 salários mínimos	04
Rendimento Médio Mensal	158,99 reais
Rendimento Médio Mensal (Homens)	157,79 reais
Rendimento Médio Mensal (Mulheres)	160,34 reais

Fonte: Dados do IBGE 2000

É interessante observar que o número de pessoas sem rendimento é superior às pessoas que possuem rendimento e mesmo os homens sendo o maior número de pessoas com rendimento as mulheres tem rendimento médio mensal superior ao dos homens.

O Produto Interno Bruto do Município de Carnaubeira da Penha no ano de 2006 ficou dividido da seguinte forma: valor adicionado na agropecuária 6.756 mil reais, valor adicionado na Indústria 1.741 mil reais, valor adicionado no Serviço 17.971 mil reais, impostos sobre produtos líquidos de subsídios 62 mil reais, PIB a Preço de mercado corrente 27.089 mil reais, PIB per capita 2.755 reais. (Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais – PE).

Tabela 4: Produção Agrícola Municipal – Cereais, Leguminosas e Oleaginosas 2007

Produto	Quantidade Produzida	Valor da Produção	Área Plantada	Área Colhida	Rendimento da Produção
Algodão Herbáceo	28 Toneladas	34 mil reais	100 hectare	100 hectare	280 quilogramas por hectare
Arroz (em caca)	02 Toneladas	01 mil reais	15 hectare	15 hectare	133 quilogramas por hectare
Banana	3.750Toneladas	1.317mil reais	250 hectare	250 hectare	15.000 quilogramas por hectare
Coco-da-Baía	60.000 Frutos	20 mil reais	12 hectare	12 hectare	5.000 quilogramas por hectare
Feijão	210 Toneladas	373 mil reais	1.115hectare	1.115hectare	188 quilogramas por hectare
Goiaba	1.500Toneladas	600 mil reais	60 hectare	60 hectare	25.000 quilogramas por hectare
Laranja	150 Toneladas	45 mil reais	10 hectare	10 hectare	1.500 quilogramas por hectare
Mamona	216 Toneladas	130 mil reais	400 hectare	400 hectare	540 quilogramas por hectare
Mandioca	20 Toneladas	30 mil reais	50 hectare	50 hectare	4.000 quilogramas por hectare
Manga	150 Toneladas	120 mil reais	10 hectare	10 hectare	15.000quilogramas por hectare
Milho	168 Toneladas	84 mil reais	1.200hectare	1.200hectare	140 quilogramas por hectare
Sorvo Granífero	12 Toneladas	10 mil reais	50 hectare	50 hectare	240 quilogramas por hectare
Tomate	600 Toneladas	760 mil reais	20 hectare	20 hectare	30.000 quilogramas por hectare

Dados Agrícolas IBGE 2007

Tabela 5: Produção Agrícola Municipal

Produto	Quantidade Produzida	Valor da Produção
Castanha de Cajú	2 Toneladas	2 mil reais
Carvão Vegetal	10 Toneladas	3 mil reais
Madeira em Tora	1.000 metros cúbicos	25 mil reais
Madeira Lenha	9.000 metros cúbicos	54 mil reais
Umbú	7 Toneladas	4 mil reais

Dados Agrícolas IBGE 2007

Tabela 6: Produção Agropecuária Municipal

Tipos de Criações	Número de Cabeças	Número de Estabelecimentos	Derivados
--------------------------	--------------------------	-----------------------------------	------------------

Bovinos	15.874 Cabeças	601 Estabelecimentos	554 mil litros de leite
Caprinos	34.254 Cabeças	1.187 Estabelecimentos	18mil litros de leite
Ovinos	10.596 Cabeças	581 Estabelecimentos	Produção de lã (não especificada)
Suínos	4.158 Cabeças	821 Estabelecimentos	-
Aves	31.960 Cabeças	1.707 Estabelecimentos	90 mil dúzias de ovos

Dados Agropecuários IBGE 2007

De maneira geral, o município de Carnaubeira da Penha apresenta uma economia de pouca relevância na região. O comércio é fraco e com uma feira semanal. O principal acesso ao município é através de estradas carroçáveis: através de Mirandiba (distante 24 quilômetros) e de Floresta (distante 40 quilômetros).

O município ganha maior relevância em função de sua inclusão no Projeto de Integração do rio São Francisco através das ações que serão executadas na Comunidade de Massapê. Vale citar a relação desta com outras comunidades negras, como Tiririca e São em Gonçalo (em vias de certificação) em Carnaubeira da Penha. Abaixo fotografias de Tiririca.



Residências de taipa da Comunidade de Tiririca
Acervo PISF - Foto: Edilson Teixeira



Escola da Comunidade de Tiririca
Acervo: PISF - Foto: Edilson Teixeira de Souza

2.2. A COMUNIDADE DE REMANESCENTE DE QUILOMBOS DE MASSAPÊ



Entrada de Massapê
Acervo: PISF – Foto: Neila Santana

A comunidade de Massapê está localizada entre o riacho Grande, a Serra do Arapuá, a Terra dos indígenas Pankarás e as Terras de Manoel Neto. A área que abriga as casas e as vilas tem cerca de 236 hectares. Entretanto, a comunidade possui ainda terras que estão situadas na área anterior ao Riacho Grande até o topo da Serra do Arapuá.

O acesso a Massapê é por uma estrada em leito natural que liga Carnaubeira da Penha ao município de Floresta. Após sair da cidade, nesta estrada, depois de 10 quilômetros entra-se à direita, e após mais 04 quilômetros chega-se ao Massapê.

A chegada na comunidade é um choque e evoca uma lembrança de cidade fantasma, uma sensação de abandono e desolação no cenário de uma vila inteira de

casas destruídas, uma escola em péssimo estado, paredes com pintura em atraso, esquadrias caindo, teto precisando de reparos, a presença de “barbeiros” (inseto vetor do *Tripanossoma Cruzy*), um cemitério abandonado, uma igreja parecendo não ser um local de cerimônias. As casas dos moradores locais encontram-se distante deste “centro comercial”. A história de Massapê tem neste quadro um resumo de sua existência.



Detalhe de comércio destruído
Acervo: PISF - Foto: Neila Santana



Detalhe de comércio destruído
Acervo: PISF - Foto: Neila Santana



Escola do Massapê
Acervo: PISF – Foto: Clodoaldo Cavalcante

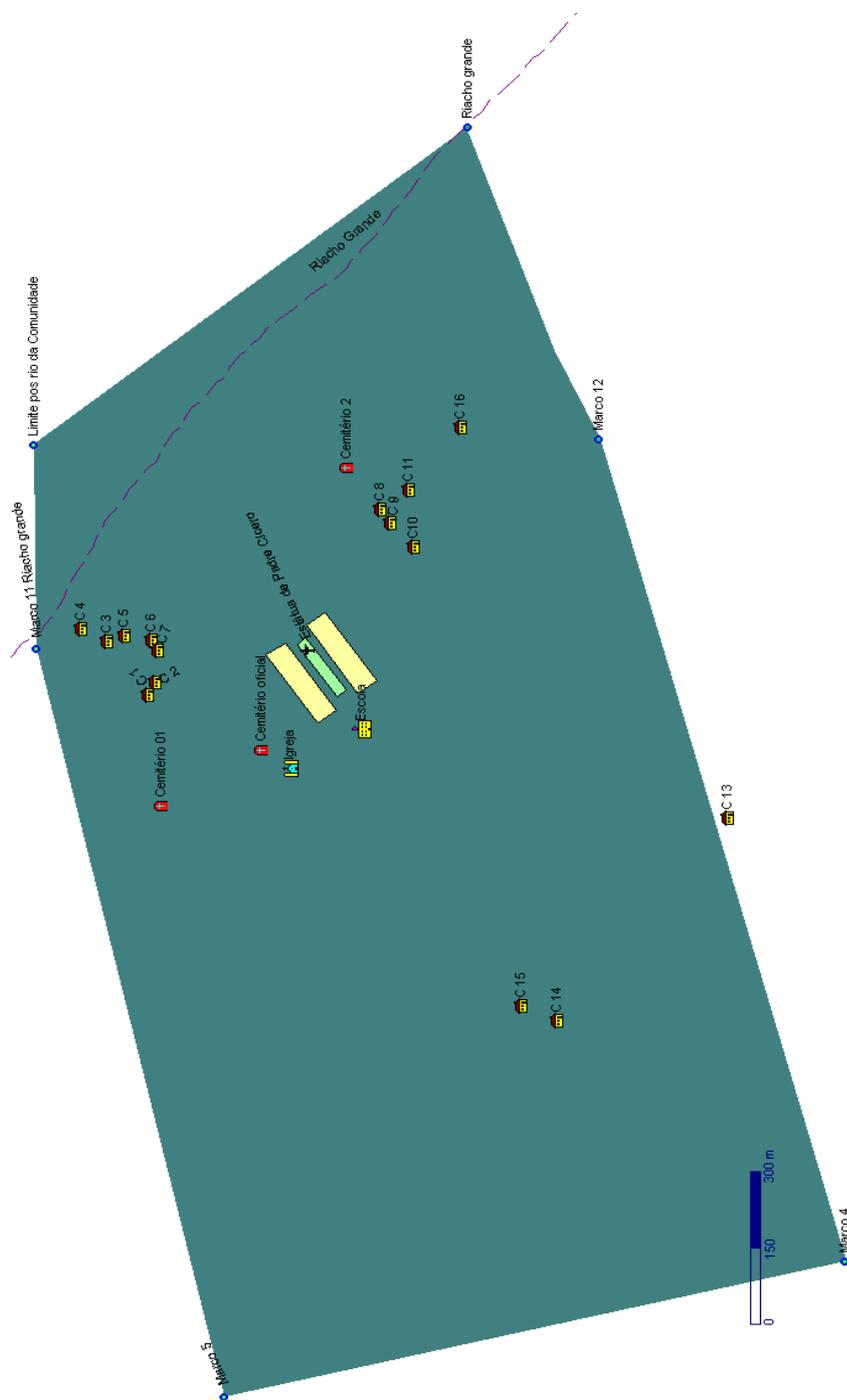


Cemitério do Massapê
Acervo: PISF – Foto: Neila Santana



Cemitério do Massapê
Acervo: PISF – Foto: Neila Santana

Os equipamentos arquitetônicos citados anteriormente estão configurados espacialmente de acordo com o croquis abaixo⁶:



⁶ Este desenho refere-se à parte do Território do Massapê.

A economia de Massapê está sustentada nas aposentadorias, nos benefícios sociais (bolsa família, merenda escolar, etc.), e, ainda, na prática de agricultura sazonal (no período das chuvas) de feijão e milho. A falta de água é uma constante na comunidade. Existe um abastecimento domiciliar (nas cisternas de placas) quinzenalmente ou mensalmente. Entretanto, existem reclamações, por parte de vários moradores, de que o caminhão pipa não atende todas as famílias.

As atividades sociais de cunho religioso são pouco expressivas em Massapê. Atualmente, retoma-se à novena (realizada no mês de Novembro). Outras práticas culturais foram abandonadas pela comunidade, como a Dança de São Gonçalo e o Xangô (religiosidade afro-brasileira no local tem um componente indígena bastante forte: o Toré). As festas formam uma lembrança de um passado que teima em não dar precisão às datas. Tudo corrobora para dar uma imagem de passado próspero, porém, distante. A visão e os discursos atuais pouco contribuem para se acreditar no retorno desse cotidiano distante. Para Francis Fukuyama, ao tratar de capital social, a religião...

“...continua sendo uma importante fonte de regras culturais, mesmo em sociedades aparentemente seculares: ao mesmo tempo, regras religiosas estão sujeitas a uma evolução espontânea, na medida em que interagem com um determinado ambiente histórico. Entender essas relações, e fornecer um mapa empírico das fontes de regras culturais reais, é um projeto para o futuro”. (In, Harrison e Huntington, 2002:171).

2.3. DADOS DEMOGRÁFICOS DA COMUNIDADE DE MASSAPÊ

A comunidade de Massapê apresenta um aumento em sua população. Este fato deve-se à perspectiva de desenvolvimento que se mostra para a comunidade em função das ações do Projeto de Integração do Rio São Francisco - PISF. Segundo os dados do agente de saúde que atende a população local existem 79 moradores distribuídos em 18 famílias residentes no Massapê. Após consulta aos moradores soubemos do retorno de aproximadamente 05 famílias (ainda não definidas se de forma sazonal ou perene). É comum o retorno de pessoas da comunidade que residem em Floresta para trabalhar em suas terras no período de chuvas. Entretanto, soubemos de pessoas que estão voltando

“de vez” para Massapê. Estão acreditando nas possibilidades que podem surgir após os benefícios relacionados ao PISF: escola, posto de saúde, telefonia, etc., e, também, cansados de uma vida de pouca perspectiva em Floresta.

A lista a seguir das famílias residentes no Massapê foi obtida em acervo do Programa Comunitário de Agente de Saúde e confirmada em entrevistas e reuniões com os moradores.

No	Nome	Data nascimento	Sexo	Alfabetizado		Ocupação	Doença ou condição ⁷
				Sim	Não		
Família 01							
01	Benvinda Ilda da Silva	28.03.1986	F		X	Agric	
02	Andreza da Silva Santos	23.06.2006	F				
Família 02							
03	João José dos Santos	10.01.1955	M	X		Agric	H.A
04	Ilda Benvinda da Silva	30.08.1964	F		X	Agric	H.A
05	Cícero Ananias Miguel da Silva	28.02.1982	M		X	Agric	D.M E
06	Joseildo da Silva	28.02.1987	M		X	Agric	
07	Regiane Ilda da Silva	01.02.1996	F		X	Agric	
08	Géssica Ilda da Silva	20.06.1998	F		X		
09	Ilca da Silva Santos	09.05.2001	F				
10	Vlaneide Benvinda da Silva	29.08.2003	F				
Família 03							
11	Cícero Manuel do Nascimento	17.07.1937	M		X	Apos	
12	Maria Filomena de Souza	08.11.1973	F		X	Agric	
13	Márcio Cícero de Souza Nascimento	09.02.1991	M	X		Estud	
14	Marcos Cícero de Souza Nascimento	27.11.1992	M	X		Estud	
15	Marcondes Cícero de Souza Nascimento	07.12.1994	M	X		Estud	
16	Wemérson Cícero de Souza Nascimento	02.02.1986	M	X		Estud	
Família 04							

⁷ Legenda para Doenças:
HA – Hipertensão arterial
DEF – Deficiência Física
DME – Deficiência mental

17	Maria Antônia da Silva	13.05.1948	F		X	apos	H.A
Família 05							
18	Joel Salvador da Silva	27.03.1922	M		X	apos	
19	Julieta Alventina da Conceição	10.05.1932	F		X	Apos	H.A
20	Adalberto Joel da Silva	08.12.1948	M		X	Agric	
Família 06							
21	Osmar José da Silva	16.03.1971	M		X	Agric	
22	Maria das Dores da Conceição da Silva	28.06.1979	F	X		Agric	
23	Edinaldo da Silva	27.01.1998	M	X		Estud	
24	Elizabete Ma Lima Silva	16.01.1999	F	X		Estud	
25	Osmaildo da Silva	06.01.2003	M		X	Estud	
26	Ismaildo Osmar da Silva	29.11.2004	M		X	Estud	
27	Maria Auxiliadora Conceição Silva	28.02.2006	F		X		
28	Islaine da Conceição Silva	03.02.2007	F		X		
Família 07							
29	Adriana Maria da Silva	13.12.1975	F	X		Prof.	
30	Roberto Genésio da Silva	05.05.1979	M		X	Agric	
31	Jenesson Jailson da Silva	16.07.1996	M	X		Estud	
32	Robson Roberto da Silva	19.10.2005	M		X		
33	Rodrigo Roberto da Silva	17.12.2007	M		X		
Família 08							
34	José Luiz da Silva	28.06.1964	M		X	Agric	
35	Cleidiane Argentina da Conceição	16.09.1980	F		X	Agric.	
36	Jaciel José da Silva	01.10.1998	M	X		Estud.	
37	Henrique José da Silva	20.07.2004	M		X		
38	Bruna Renata da Silva	25.08.2006	F		X		
Família 09							
39	Laura Anízia dos Santos	13.03.1963	F	X		Agric	
40	Salvador José Neto	02.04.1948	M	X		Agric	
41	José Salviano Neto	08.07.1986	M	X		Agric	
42	Maria do Socorro dos Santos	05.05.1988	F	X		Agric	
43	Silvio Luiz dos Santos	11.06.1990	M	X		Agric	
44	Jorge Simão dos Santos	25.12.1993	M	X		Agric	
45	Gabriel Hon[orio dos Santos	30.05.1995	M	X		Agric	
46	Cícero Salvador dos Santos	03.09.1997	M		X		
47	Carla Gabriela dos Santos	03.12.2000	F		X		
Família 10							
48	Francisca Regina da Silva	10.01.1949	F		X	Aposen	
Família 11							
49	Argentina Ana da Silva	21.01.1952	F		X	Agric	HA
50	Maria Aparecida da Silva	16.06.1984	F		X	Agric	

51	Francisco Augusto da Silva	22.07.1990	M		X	Agric	
52	Luanda Coraci da Silva	16.04.1996	F	X		Estud	
Família 12							
53	Adelson Francisco da Silva	12.08.1938	M		X	Aposen	
54	José Adelson da Silva	13.11.1963	M		X	Agric	
55	Josefa Maria da Silva	31.05.1938	F		X	Aposen	
56	Arcelino Adelson da Silva	11.02.1990	M		X	Aposen	DEF
57	José Adelson Filho	11.11.1990	M	X		Estud	
58	Jocivane José da Silva	08.03.1993	M	X		Estud	
Família 13							
59	Maria Quitéria da Conceição Silva	11.03.1952	F		X	Aposen	
60	Evanir José da Silva	03.10.1988	M	X		Estud	DM E
61	Edson José de Oliveira	02.03.1992	M	X		Estud	
Família 14							
62	João batista da Silva	10.09.1960	M		X	Agric	
63	Maria Aldilina da Silva	09.08.1966	F		X	Agric	HA
64	Silvano João da Silva	04.02.1991	M	X		Estud	
65	Alcione Aldilina da Silva	01.04.1993	F	X		Estud	
66	Ivando João da Silva	27.07.1996	M	X		Estud	
Família 15							
67	Ediano Manoel Neto	22.08.1982	M		X	Agric	
68	Maria Emanuela do Nascimento Nazário	23.01.1987	F		X	Agric	
69	Marcos Antonio Nascimento	13.06.2004	M		X		
70	Mateus Manoel Nascimento		M		X		
Família 16							
71	Cecílio Francisco Nascimento	01.02.1953	M		X	Agric	
72	Maria Nogueira Nascimento	19.03.1951	F		X	Agric	
Família 17							
73	Maria Amélia Diniz	29.12.1929	F		X	Agric	
74	Aldemir José da Silva	19.04.1977	M		X	aposen	DM E
Família 18							
75	Antonio João da Silva	16.02.1971	M	X		Agric	
76	Ana Maria da Silva	26.01.1976	F		X	Agric	
77	Edilane Ana da Silva	16.06.1977	F	X		Estud	
78	Germano Antonio da Silva	01.07.1977	M	X		Estud	
79	Márcia Ana da Silva	01.10.1999	F	X		estud	

III. HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DE MASSAPÊ

A narrativa gravada em uma entrevista não constitui-se na memória propriamente, pois está é inacessível, configura-se como a construção de uma determinada vivência a partir da memória. Durante o processo de rememoração o depoente estabelece relações entre suas próprias experiências que o permite reconstruir seu passado segundo uma determinada estrutura, consciente ou não. É o tecer de uma teia na qual suas vivências vão sendo reorganizadas proporcionando a cada ato de rememorar uma nova construção através de um determinado encadeamento de idéias, estruturado pela valoração simbólica de sua própria personalidade e viabilizando mediante a construção do relato. Desta forma, o relato se estrutura a partir da memória, não se constituindo, no entanto, o seu conteúdo. (Montenegro e Fernandes, 2001: 92).



Dioclécio Vicente: liderança e memória viva da história de Massapê.
Acervo: PISF - Foto: Clodoaldo Cavalcante

Este capítulo está sustentado nos discursos dos moradores quilombolas que habitam Massapê, no município de Carnaubeira da Penha, Massapezinho e DNER, no município de Floresta e outros informantes que fizeram parte de nosso rol de entrevistas, em Mirandiba e em Carnaubeira da penha. O recurso da história oral como forma de construir a história local, “dos pequenos”, do cotidiano dos moradores vem de encontro a uma necessidade de legitimar a memória como uma construção histórica. A ausência de dados a respeito das comunidades quilombolas é algo que, de maneira incipiente, ainda revela hiatos na história deste segmento da população brasileira. Entendemos ainda que:

“Os trabalhos que fazem uso da narrativa como fonte principal de reflexão precisam ser pesado no contexto metodológico particular na medida em que colocam o sujeito-narrador, o conteúdo narrado e o ouvinte, o pesquisador, no centro da questão. Neste sentido, não escapa das discussões teóricas, metodológicas e epistemológicas próprias às ciências sociais referentes à relevância ou não do sujeito como parâmetro de análises a cerca da cultura, da sociedade e da história. (Rapchan, p 47).

A exposição do capítulo segue pela memória do *povo*⁸ de Massapê a relação com a construção de um território baseado em um viés étnico, negro (numa visão social) ou quilombola (numa visão política). Em relação às fontes documentais e bibliográficas fizemos o registro de uma ausência de sistematização de dados referentes à comunidade. Com um olhar da arqueologia histórica ajudamos a montar o que constitui ou constituiu o patrimônio cultural local. E fechamos este texto expondo a relação dos atuais moradores de Massapê e, também, dos que buscam sazonalmente a comunidade para plantar no período das chuvas, com a ocupação das suas terras.

⁸ Entendo como *povo* de Massapê os familiares das famílias de Joel Salvador e Dioclécio Nogueira, residentes ou não na comunidade de Massapê, no município de Carnaubeira da Penha.

3.1. A MEMÓRIA DE MASSAPÊ NA CONSTRUÇÃO DE SEUS TERRITÓRIOS.

As construções sobre o território são variadas. Ele é espaço de investimento e circunscrição da organização social do grupo numa base física, onde se materializam as relações entre si, com outros, e, quase sempre, definindo um conjunto de crenças no sobrenatural, no mítico. Isso ocasiona a construção, em certo sentido, da identidade grupal ligada ao vivido, “experiência e subjetividade” (LEITE, 1990 apud: CARDOSO, 2008, p.57)

De forma geral, a história de Massapê inicia com a compra de uma gleba de terra pelo Bisavô de Dioclécio Vicente, o Sr Jacinto Nogueira. Este senhor, segundo Dioclécio, veio da serra de Baixa Verde e sua esposa da serra de Umã. Em seguida, uma outra família negra adquire terras no Massapê: a família dos Salvador. Segundo as informações que foram obtidas no diagnóstico realizado pelo Ministério da Integração

“A comunidade foi iniciada através do patriarca Jacinto José da Silva que migrou da Paraíba por volta do ano de 1850. A comunidade prosperou bastante chegando a se tornar o maior distrito do município de Carnaubeira da Penha. Aos finais de semana era realizada uma espécie de feira regional onde além do comércio eram desenvolvidas atividades culturais de música, dança, comidas típicas, etc. O destino da comunidade foi drasticamente mudado há cerca de 7 anos quando uma briga entre negros da comunidade e brancos de fora provocaram grande carnificina com a morte de aproximadamente 10 pessoas(entre negros e brancos). Após o ocorrido o vilarejo foi abandonado e grande parte das pessoas foram embora para o município de Floresta temendo outros incidentes. Hoje a população do lugar vive espalhada em propriedades esparsas e restou uma pequena cidade fantasma onde as ruínas são testemunhas da tragédia bem ao estilo cangaço ou velho oeste americano”.

Segundo os registros orais, até os anos 60 do século XX não houve mudanças significativas na comunidade. A vida dos moradores era baseada na agricultura com o cultivo do algodão, do feijão e do milho. Praticavam ainda a coleta de umbu e a fabricação de telhas para venda e para uso próprio. A utilização de artefatos de palha

veio com o convívio com os indígenas Pankarás, e, fazia parte do cotidiano. As esteiras eram parte da decoração das casas e, junto com os potes, também constituíam objetos para comercialização nas feiras locais.

A vinda do padre Evaldo Betti (foto abaixo) para a região altera a configuração política e social do Massapê: o distrito de Carnaubeira é emancipado de Floresta e Massapê passa a fazer parte de Carnaubeira da penha.⁹



Padre Evaldo Betti
Acervo Particular da Ordem Religiosa das Freiras.

Numa ordem, que teima em não obedecer a um contínuo na memória dos moradores locais, alguns fatos constituem a “vida lembrada” de Massapê. Nos anos de 1960: a construção da escola pela prefeitura. Nos anos de 1970, a instalação da feira e a construção de uma vila comercial. Nos anos 1980: a construção da Capela de Santa Luzia pelo Padre Evaldo Betti (1987), a construção do Posto de Saúde, do Posto Telefônico. Nos anos 1990: a formação da Primeira associação de agricultores de

⁹ Vale registrar que o padre Evaldo Betti não viveu o bastante para ver essa emancipação política.

Massapê e Queimadas¹⁰. Na virada do século XX para o século XXI, vários fatos constroem a visão atual de Massapê: as mortes de vários moradores locais que teve seu ápice na noite da destruição das casas e da fuga (a pé) na madrugada das famílias para Floresta, o abandono e a destruição de casas e da vila comercial. Em 2007 a formação de uma nova associação local, a certificação da comunidade pela Fundação Cultural Palmares, a inclusão do Massapê no rol das comunidades quilombolas a serem beneficiadas pelo Programa de Apoio às Comunidades Quilombolas do PISF. Percebemos que:

Através da memória individual, será possível recuperar a memória coletiva de um período sobre o qual existe muito pouca documentação. Essa história além de contribuir para o melhor conhecimento da comunidade..... (BECKER, In: Montenegro e Fernandes, 2001: 286)

No entendimento dos moradores, a história de Massapê teima em se firmar a partir da tragédia que culminou com uma diáspora dos moradores locais para Floresta e o não estabelecimento sequer de um processo jurídico sobre as mortes dos moradores locais. Uma história que não foi escrita e faz questão de não ser esquecida pelos moradores locais. Como disse Dioclécio: *“Pronto eu num estava lá, mas eu sei, pronto é porque foram roubar lá dentro do Massapê, três caras trajando um tenente de galão no braço e outros de policiais entendeu?”*

Ao perguntar sobre detalhes da “noite do crime” ele, Dioclécio, resumiu assim os fatos:

“Chegaro lá de noite e metero bala, o povo tudo assistino ná televisão, o povo que fica no meio da rua, bota as mãos pra cima que é a puliça, tim, tein, tim, tim, a tinha um subrinho meu, muito experiente na lengada, curiou, assim viu que não era puliça dobrou o pé, aqui pegou uma arma e desceu, quando desceu derrubou um, entendeu?”

E num derrubou os outros porque agarraro em meu irmão e pra todo canto que ele butava a arma jogavam meu irmão na frente das armas, e puxando e tirando, até que derrubou ele, aí mode isso daí, porque esse que morreu

¹⁰ Esta associação não teve um caráter étnico.

era de lá que ele veio trajado de tenente, veio pra peda entendeu?

E por isso aí juntou meio mundo pa mata meio mundo de gente, mataro um doidinho lá, um abestalhadin né? Mataro lá, depois vinhero e mataro o irmão dela encostado a cadeia, aí só foi isso aí, começou por isso, por um nada”.

A relação da história dos moradores locais com um território, no sentido de ocupação coletiva, é uma constante no discurso local. As terras são faladas como terras de proprietários em particular. Em especial, as terras dos Salvador¹¹ e dos Vicente¹² Terras compradas, individualizadas e deixadas como herança. *Tudo escriturado em cartório!* (Dioclécio). A divisão das terras das famílias dos descendentes de Dioclécio e Joel constituem, paradoxalmente, categoria de pertencimento ao Massapê. Outras famílias (em especial a de Glaudiovani) são vistas como exógenas à categoria *de ser do Massapê*. Isto pelo fato de que este comprou uma parte de terras do finado Adriano incluindo aí uma casa e ter fundado a Associação local e ser o presidente desta.

A presença, nos relatos, desta incansável capacidade de reagir, através da recusa das diferentes situações de humilhação e de conflito, aponta para a reconstrução de uma historicidade, de uma auto-imagem como 'raça forte', que o medo se enfrenta ao tomar a frente, quando deparado com o seu maior desafio: ser ignorado na sua condição de humanidade, no valor de sua existência. (CHAGAS, in. LEITE, 2005:75)

A história de Massapê é um acordo velado que prima pela exposição da noite das mortes e da fuga para Floresta como o fim de um ciclo de vida e o começo de uma nova história. Reconstruir a História de Massapê passa, inevitavelmente, pela persistência da memória de seus moradores em trazer à tona um assunto não resolvido. Ninguém foi penalizado judicialmente. Tudo ficou apenas na memória.

¹¹ Terras dos familiares de Joel Salvador

¹² Terras dos familiares do Dioclécio Vicente

3.2. FONTES DOCUMENTAIS E BIBLIOGRÁFICAS.

A ausência de levantamentos estatísticos oficiais que permitam o mapeamento das realidades negras rurais, seu montante e distribuição geográfica, condição social de vida ou até mesmo a realidade econômica, têm contribuído para a invisibilidade desse segmento rural. Outras ausências, como análises mais profundas do legado da escravidão e o desconhecimento do sentido e do significado da terra e do trabalho para os diversos grupos rurais, agravam ainda mais o quadro (Gusmão, 1995:12).

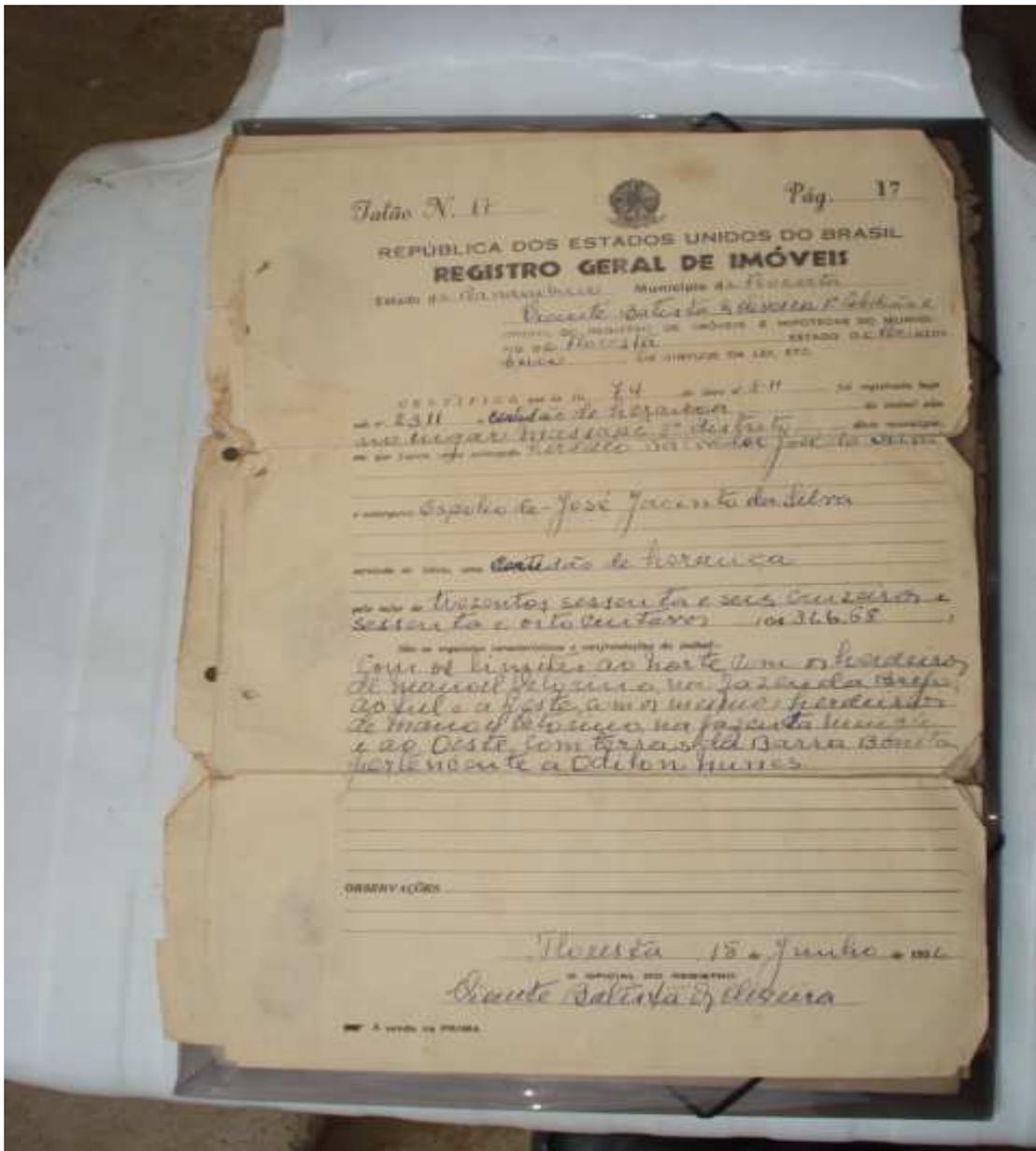
A invisibilidade tem se constituído como um mecanismo sutil de exercer o racismo à brasileira. Não se fala porque se desconhece. Não se conhece porque não é interessante mostrar. Não se mostra porque não se deseja. Para Leite (Leite, 1996:41):

“A invisibilidade do negro é um dos suportes da ideologia do branqueamento, podendo ser identificada em diferentes tipos de práticas e representações... É interessante observar que este mecanismo,... ocorre em diferentes regiões e contextos, revelando-se como uma das principais formas de o racismo se manifestar. Como um dispositivo de negação do outro, muitas vezes inconsciente, é produtor e reproduzidor do racismo. A invisibilidade pode ocorrer no âmbito individual, coletivo, nas ações institucionais, oficiais e nos textos científicos.” .

No caso específico das comunidades quilombolas, “*a produção científica existente sobre as comunidades negras em situação de vida rural ainda é escassa, o que as coloca entre os temas em aberto no estudo das relações raciais.*” (Bandeira, 1988:319). Assim, torna-se imperativo que sejam estimuladas as pesquisas que visem à promoção das populações negras às conquistas inerentes ao seu espaço político na sociedade brasileira.

“É fundamental ao se recuperar a textualidade de uma época avaliar-se a coexistência temporal. A descontinuidade do tempo é patente na relação dialógica que o sujeito do discurso estabelece com suas memórias. Esta, na prática discursiva, tornam-se textos presentes que, por sua vez, inscrevem-se na intertextualidade que envolve a produção textual como prática social”. (Rapchan, p 66)

O que caracteriza Massapê em termos de registros históricos é a ausência destes. Esta comunidade está na categoria de comunidade invisível na literatura histórica regional. Por isso, a utilização da história oral como recurso metodológico mais conveniente à reconstrução da história do massapê. Abaixo fotos Documentos da Terra do Sr. Joel Salvador.





3.3. A COMUNIDADE DE MASSAPÊ NA HISTÓRIA REGIONAL.

“Escrito Geraldo? Tem não, é só conversa que um fala ou outro..., que era bom a gente falar com Dioclécio que ele é muito mais velho”.

Para entendermos o contexto dos conflitos hoje configurados, é necessário visualizar que a região que compreende os municípios de Floresta, Carnaubeira da

Penha, Mirandiba, além de outros que compõem a região do semi-árido pernambucano, foi palco de um intenso fluxo migratório entre os séculos XVII e XIX e dessa forma acabou por abrigar populações indígenas e negras que adentravam lá para fugir das frentes de expansão da cultura da cana e do gado.¹³

Para exemplificarmos essa invisibilidade histórica de Massapê citamos duas produções literárias que tratam de temas pertinentes à história de Massapê. O livro “Sertão quilombola: a formação dos quilombos no sertão pernambucano” e a apostilha “Conhecendo melhor o nosso município” (que trata de Carnaubeira da Penha sob os pontos de vistas históricos e geográficos. Esta literatura ignora Massapê e/ou trazem dados que estão em conflito com as informações obtidas.

O livro “Sertão quilombola”, publicado em 2008, de maneira geral, trata dos fluxos migratórios e rotas de fugas que originaram comunidades quilombolas. Neste, as comunidades estão divididas por regiões de desenvolvimento: sertão Central, de Itaparica, do Moxotó, do Pajeú e do São Francisco. São listadas 40 comunidades quilombolas. Não é citada a comunidade de Massapê. Em relação a Massapê somente existem duas referências quando tratam das origens de duas comunidades de Mirandiba: Araçá e Juazeiro Grande. Cita como fundador do Araçá o negro João Balbino.... *era filho de Maria Joseja Balbino. Eram originários de Massapê, no município de Floresta (PP18).* Em relação a Juazeiro Grande... *habita a família dos Henrique dos Galdino. É da família dos Henrique que descende o negro Manuel.... Manuel veio da descendência do Massapê (Carnaubeira) da família dos Virgínio (PP.30).* Somos instigados a levantar uma dúvida sobre o conteúdo do que está escrito. Em nenhum momento, soubemos da existência, na memória, dos habitantes locais, das pessoas citadas. Isso, obviamente, não caracteriza como inverdade o que foi citado, porém, merece mais investigações.

A apostilha “Conhecendo melhor o nosso município”, publicada em 2002 faz referências aos brancos e indígenas na constituição do mosaico étnico local. Não há referências às pessoas negras como parte constituinte da historiografia local. A palavra

¹³ www.koinonia.org.br/OQ/ctxt_local_5.asp

negro vem uma única vez na citação: *Negros ou mulheres vulgares não podiam dançar juntos com as moças de famílias, as brancas*. Esta apostilha é utilizada da 5ª. à 9ª. Série no ensino da história do município.

Esta situação mostra, cabalmente, a invisibilidade histórica e literária na qual Massapê está mergulhada. Este relatório pretende contribuir neste sentido. Por seu turno, as pessoas de Massapê têm guardados, como tesouros, os documentos de compra de suas terras. Um princípio para uma história que persiste através da oralidade ante à omissão da escrita.

3.4. ARQUEOLOGIA HISTÓRICA EM MASSAPÊ

A Arqueologia Histórica permite que se tenha acesso a uma parte significativa da vida da população, reconhecida através dos vestígios materiais que deixou. Metodologicamente se faz uso dos mesmos métodos e técnicas das pesquisas arqueológicas convencionais: levantamentos de campo, sondagens, escavações, coleta de amostras e análises de laboratório.

Dedicando-se ao estudo de ocupações humanas do período histórico, este arqueólogo conta com textos escritos, mapas antigos, pinturas e fotografias que enriquecem a pesquisa. Às vezes, entretanto, as escavações indicam que a realidade era um pouco diferente da que nos foi passada pelos textos e, neste momento, a Arqueologia Histórica permite rever e precisar algumas interpretações do passado.

A utilização da arqueologia histórica em Massapê vai tratar de aspectos referentes ao passado recente e, também, ao presente da comunidade. Esta vem de encontro ao fato de termos uma ausência de registros escritos na historiografia local.

O passado de Massapê chama a atenção para o período anterior a abandono da comunidade e da fuga para o município de Floresta. Os registros desse passado foram coletados através de fotografia. Em ordem apresentada, estão os cemitérios familiares que foram substituídos pelo cemitério ao lado capela. A utilização de artefatos construídos artesanalmente ainda é uma realidade no cotidiano das pessoas, ao lado do

lixo urbano (sacolas plásticas e garrafas pet, entre outros). Uma ausência de maiores quantidades de lixo é consequência da baixa densidade demográfica em Massapê na atualidade. As fotos abaixo tentam mostrar traços desse passado recente da comunidade.

O lixo é um sinal diacrítico de nossos hábitos cotidianos e, ainda mais, da nossa relação com o consumo e com o meio ambiente, entre outras tantas relações. Em Massapê, o lixo se caracteriza muito por garrafas de bebidas, latas de óleo e garrafas pet. Isto convive em alguns *sítios arqueológicos locais* com os escombros de casas.



Lixo acumulado em quintais
Acervo PISF - Foto: Neila Santana



Lixo acumulado em quintais
Acervo PISF - Foto: Neila Santana

A utilização da madeira e do barro na construção de casas ainda é comum, principalmente nas que servirão de apoio para o período de plantação na época das chuvas.



Estrutura em madeira para casa de barro
Acervo PISF – Foto: Edilson Teixeira



Casa de taipa abandonada
Acervo PISF – Foto: Geraldo Barboza

O uso de cipó nos caçuás, para transportar mercadorias em lombos de burros e de cabaças para serviços domésticos mostra a relação que os moradores têm com o meio ambiente.



Caçuás confeccionados em cipó
Acervo: PISF – Foto: Edilson Teixeira



Matéria prima para confecção de objetos de uso cotidiano
Acervo: PISF – Foto: Geraldo Barboza

O uso de potes de barro convive em paralelo com as geladeiras e com os fogões de lenha e, também a gás. É comum também o aproveitamento de cabaças na cozinha.



Potes de Barro
Acervo PISF - Foto: Edilson Teixeira



Fogão de lenha
Acervo PISF - Foto: Neila Santana



Fogão de lenha
Acervo PISF - Foto: Neila Santana

O hábito de enterrar os mortos nos próprios terrenos foi substituído pelo cemitério geral. Com a evasão das pessoas para Floresta, este hábito foi acrescido pelo abandono completo dos cemitérios particulares (incluindo ai a manutenção dos túmulos).



Cemitério “particular” abandonado
Acervo PISF - Foto: Clodoaldo Cavalcante

3.5. PATRIMÔNIO CULTURAL DA COMUNIDADE DE MASSAPÊ

Por patrimônio Cultural se entende aspectos históricos e ecológicos de uma sociedade. Assim, este é constituído de bens culturais que são:

“...a produção humana nos seus aspectos emocional, intelectual e material e todas as coisas que existem na natureza. Tudo que permite ao homem conhecer a si mesmo e ao mundo que o rodeia pode ser chamado de bem cultural.

A concepção atual de patrimônio cultural implica em uma divisão deste em quatro categorias. Assim:

“Há os **bens naturais**, que são os elementos pertencentes à natureza: animais, vegetais e minerais. São recursos naturais os rios, os vales, as montanhas etc. os **bens de ordem material** são as criações dos homens visando aumentar seu bem-estar social, familiar, sua vida, e adaptar-se ao meio em que vivem. São bens materiais as coisas, os objetos, as construções etc, realizadas pelo homem. Os **bens de ordem intelectual**, são os “saberes” do homem. O conhecimento ou o saber que o homem utiliza na construção de um objeto é um exemplo de bem de ordem intelectual. Os **bens de ordem emocional** representam o sentimento individual ou coletivo – são as manifestações folclóricas, cívicas, religiosas e artísticas, eruditas e populares que se expressam por intermédio da música, da literatura, da dança etc.” (Ataídes et alli:1997:11-12).

Enfim, patrimônio cultural é qualquer coisa que atesta a história de uma determinada sociedade, ou seja, tudo que se refere à identidade, à ação, à memória de uma sociedade.

Em Massapê podemos citar como bens naturais, a caatinga que é expressiva como paisagem local e, (como já citado) preservada pela população local pouco expressiva. O riacho Grande que depende das chuvas de inverno para mostrar sua pujança. A serra do Arapuá que é limite das terras do território do Massapê. O solo com características diversas: ora pedregoso, em sua maioria, ora com a presença forte de massapé (barro bom para plantio), áreas de baixio propícias para o plantio de árvores frutíferas. Enfim, a caatinga expando uma diversidade que sai do conceito geral que lembra a aridez do sertão como uma qualidade homogênea.

Os bens de ordem material do Massapê configuram-se como uma lembrança pretérita: A vila de casas destruídas, o cemitério abandonado, a igreja necessitando de reformas, a casa de farinha abandonada somente com suas paredes, a escola precisando de reformas estruturais e as casas abandonadas ao longo das terras da comunidade.

Os bens de ordem intelectual referentes à população de Massapê incluem as rezadeiras, o conhecimento sobre a flora e a fauna local, sobre os ciclos de chuva e de seca, sobre o trato com os animais. Os moradores mais velhos sabem do potencial

fitoterapêutico das plantas e, onde estas estão localizadas. Os jovens ignoram este potencial e passam, por sua vez, a depender mais de valores e conhecimentos urbanos.

Os bens de ordem emocional do Massapê, como outras situações estão na ordem de coisas pretéritas. A memória recente, entretanto, registra como fatos relevantes o *Toré*, o *Xangô*, o *São Gonçalo*, as *novenas* e os *desfiles*. Destes, na atualidade, existe um retorno tênue da novena que se realiza no mês de novembro. A seguir expomos fotografias que retratam a memória local dos bens de ordem emocional.

Abaixo fotos do *Toré/Xangô* dançado pelos moradores de Massapê feitas pelo padre Evaldo Betti. Vale o registro de que estas duas manifestações constituem um patrimônio cultural comum aos indígenas e quilombolas, mesclando elementos, ora de uma matriz afro, ora de uma matriz indígena.

Também elencamos as fotos do grupo que tocava o *São Gonçalo* na comunidade. Na atualidade este grupo está desarticulado, porém um membro deste persiste em manter esta tradição sozinho. Eventualmente, ele faz exibições para pessoas (em geral pesquisadores).



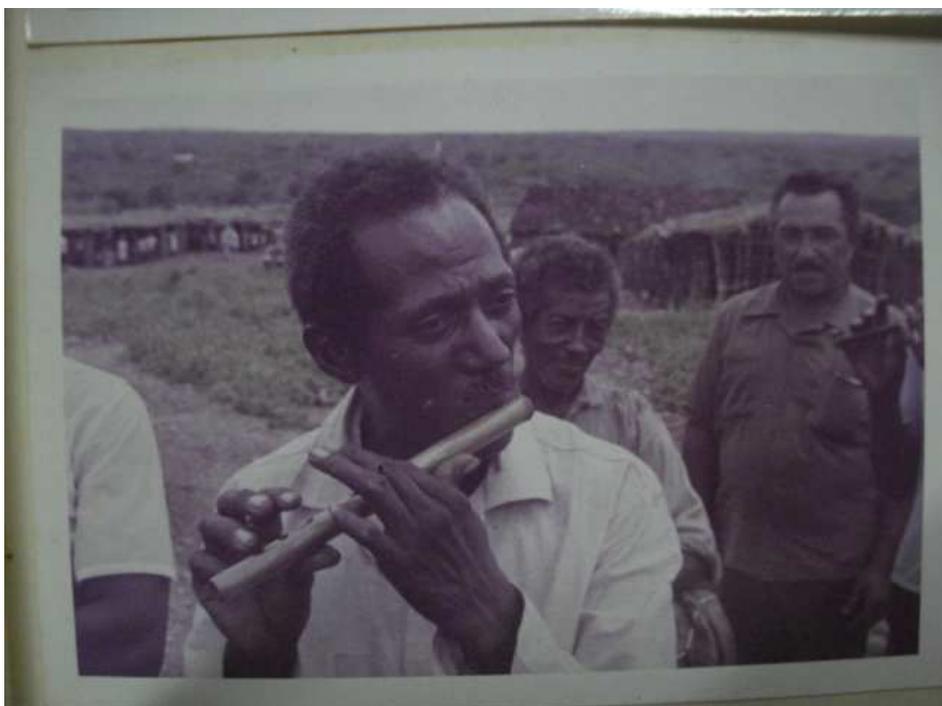
Toré
Acervo particular do Padre Evaldo Betti



Toré
Acervo particular do Padre Evaldo betti



Toré
Acervo particular do Padre Evaldo betti



Tocador de pífaro do São Gonçalo
Acervo particular do Padre Evaldo betti



Toré
Acervo particular do Padre Evaldo betti



Toré
Acervo particular do Padre Evaldo betti

Uma outra referência em Massapê foram os desfiles locais realizados no dia 7 de Setembro. Abaixo fotos, também, do acervo do Padre Evaldo Betti.



Massapê é memória. Memória é história que teima em se re-construir a partir de suas referências culturais.

3.6. PROCESSOS DE EXPROPRIAÇÃO DE MASSAPÊ.

“O usufruto, a posse e a propriedade dos recursos naturais tornaram-se, ao longo do processo de formação social brasileira, cada vez mais, moeda de troca, configurando um sistema disfarçadamente hierarquizado pela cor da pele e onde a cor passou a instruir níveis de acesso (principalmente à escola e à compreensão do valor da terra), passou mesmo a ser valor embutido no negócio. Processos de expropriação reforçaram a desigualdade destes negócios, de modo a ser possível hoje identificar nitidamente quem foram os ganhadores e perdedores e quem, ao longo deste processo, exerceu e controlou as regras que definem quem tem o direito de se apropriar”.(Leite, 2008).

Não há registros de expropriação de terras dos moradores de Massapê. Entretanto, duas situações podem *até* ser caracterizadas como expropriação ou correlatas. A primeira é a compra (por duas vezes) de uma gleba de terra pelo pai do Sr. Joel Salvador e a segunda e a compra de uma gleba de terra pelo Sr. Glaudiovani Nunes.¹⁴

Para o primeiro caso existem duas versões: a de Joel Salvador que disse que seu pai comprou a terra, *novamente*, porque não era homem de confusão. Para outros moradores, esta atitude demonstrou pouca força para lutar pelo que é seu. O resultado desta ação talvez tenha sido reconhecido na *noite da confusão*, quando a família de Joel Salvador foi poupada de ser molestada. Esta situação, na atualidade, não representa nenhum transtorno para nenhum dos moradores da comunidade.

O segundo caso é a compra de uma casa e uma terra (a do pai de Adriana, auxiliar de serviços gerais na escola), segundo a versão de Glaudiovani Nunes (o

¹⁴ Esta compra de terras é questionada pelo Sr. Dioclécio. Este senhor afirmou que cedeu parte de suas terras para o pai *de Adriana* que foi assassinado. A família vendeu a terra para o Sr. Glaudiovani. Para Dioclécio esta venda é legítima em relação à casa. Ele afirma que não vendeu terras para *Pai de Adriana*; portanto, Glaudiovani não pode ter terras. Entretanto, na comunidade se fala comumente nas “terras de Gludiovani”.

comprador), e sobre este negócio, Dioclécio Vicente afirma que não tinha vendido terra para o pai de Adriana, somente tinha deixado ele construir ali sua casa. Então, os seus descendentes não podiam ter vendido a terra que eles ocupavam. Na prática esta situação representa uma situação nova para as categorias de representação de identidade quilombola local.

Glaudiovani Nunes não é quilombola. Sua relação com o massapé vem do período em que Carnaubeira da Penha foi emancipada à condição de município, sendo desligada de Floresta. Nesta ocasião, ele foi eleito vereador por duas vezes com os votos do Massapé. Seu trabalho junto ao Padre Evaldo Betti na comunidade lhe deu um trânsito fácil no local. Após a fuga da maioria dos moradores para Floresta, na noite da morte, e, com a diminuição da população local ele não mais elegeu-se vereador. Hoje tem um cargo junto à Prefeitura local de Diretor de Cultura. Na prefeitura local ele é uma referência quando se quer tratar de assuntos ligados ao Massapé. Na prática, pouca coisa ele tem conseguido.

As duas últimas ações significativas de Glaudiovani Nunes em relação ao Massapé fora a compra de uma casa e uma terra¹⁵ de um morador que foi assassinado (o pai de Adriana, a auxiliar de serviços gerais da escola da comunidade) e a fundação da Associação de Remanescente de Quilombos do Massapé Padre Evaldo Betti – na qual, atualmente ele é presidente. Estas duas ações vem sendo questionadas por diversos segmentos políticos locais: a ONG Conviver, por exemplo, e, a população do Massapé que está em Floresta. Estes foram unânimes em afirmar ser um absurdo que um *estranho* esteja com uma propriedade no Massapé e, ainda mais, se coloque como representante de uma comunidade quilombola.

Neste sentido, é compreensível a apreensão dos moradores do Massapé de Floresta. Eles afirmam que isto pode criar um precedente para outros “não parentes” também se apossarem do Massapé. Esta situação constitui um impasse que necessita de maior reflexão e posicionamento por parte da comunidade. Entretanto, a intervenção de

¹⁵ Esta compra da terra vem sendo negada por Dioclécio Nogueira. Para este, a terra foi cedida ao pai de Adriana para ele construir uma casa e plantar um roça para sua sobrevivência. Então, a compra feita por Glaudiovani de Oliveira não poderia ir além da casa. Por sua vez, Glaudiovani disse que tem o recibo da venda da terra assinado por Dioclécio Nogueira.

Glaudiovani Nunes, em qualquer assunto relacionado ao Massapê é uma constante. Nos vários momentos em que estava sendo realizado o trabalho de campo sua intenção de controlar e intervir em relação à metodologia, aos escolhidos para serem entrevistados, a ida a Floresta e o contato com Dioclécio Nogueira foi flagrante.

3.7. CARACTERIZAÇÃO E ANÁLISE DA OCUPAÇÃO ATUAL DAS TERRAS DA COMUNIDADE DO MASSAPÊ.

A comunidade de Massapê, na atualidade, é habitada por cerca de 20 famílias em caráter permanente. Na época das chuvas *retornam*, cerca de 05 famílias para plantarem em suas terras. As terras têm ocupação restrita para o plantio de feijão e milho no período do inverno. Em algumas vazantes é plantado capim para gado bovino e cavalos. Em alguns casos existe arrendamento de terras para o plantio de inverno.

Em uma caminhada pela área de Queimadas¹⁶ que é ocupada pelos familiares de Dioclécio Vicente, portanto território Massapê, ficou constatado que grande parte das terras foi *roça de mandioca* no passado. Hoje, o mato, no período de inverno ocupa a maior parte das terras. A criação de animais não obedece nenhum critério de sistematização no trato. Em particular a criação de cabras e ovelhas procura seguir um padrão comum: compram-se estes animais para engordar no inverno e vender no período de secas. Não há uma perspectiva de manter a ovino-caprinocultura independente das variações climáticas. Como também em relação à agricultura estas culturas estão vinculadas a idéia de chuvas e pastos fáceis. Por outro lado, a caatinga com o êxodo da população local voltou a se recuperar das queimadas e das áreas roçadas. As casas habitadas e as abandonadas fazem parte do cenário local. Juntamente com os cemitérios particulares, também, abandonados.

No geral, as terras da comunidade do Massapê encontram-se, em sua maioria, pouco cultivadas. O medo do retorno, aliado à presença de ameaças (veladas) através de telefonemas anônimos faz com que alguns moradores desistam de manter uma presença mais consistente no trato de suas terras. No geral, estas ameaças estão relacionadas a alguns familiares de Dioclécio vicente.

¹⁶ Área localizada antes do riacho Grande que se configura como marco definidor de limites.

A ocupação das terras do Massapê está aquém de seu potencial. A utilização está quase restrita à área das margens do riacho Grande e da vazante do açude. Nos *baixios* onde se acumula umidade existe a colheita de mangas. Esta atividade, porém, não representa acréscimo na economia das famílias.

A situação ora configurada representa, um visão parcial do quadro social de Massapê: o de abandono e desolação que foi colocado no início deste relatório. Analisar detalhadamente a ocupação das terras do Massapê constitui algo insólito. Analisar o que quase inexistente. A idéia de abandono e a prática pouco sistemática é a característica maior da comunidade. Roças abandonadas, casas abandonadas, açudes sem paredes de contenção, estradas sem trato. A foto abaixo sintetiza a situação ora encontrada como referência ao que foi argumentado.



Ruína de casa em ambiente de caatinga
Acervo PISF – Foto: Neila Santana

ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE DE MASSAPÊ

“Partindo da constatação de que os membros e os grupos de uma sociedade são unidos por um sistema de relações de obrigação, isto é, por uma série de deveres e direitos (privilégios) recíprocos, aceites e praticados por eles, a **organização social** refere-se aos sistemas de relações de obrigação que existem entre os grupos que constituem determinada sociedade. Distinguem-se da estrutura social que se refere à colocação e posição de indivíduos e de grupos dentre desse sistema de relações de obrigação” (Brown e Barnett).



Dona Mocinha
Acervo PISF - Foto: Neila Santana

IV. ORGANIZAÇÃO SOCIAL DA COMUNIDADE DE MASSAPÊ

Por organização social se entende as relações de parentesco que os membros de determinada sociedade compartilham entre si. E como estas relações afetam a estrutura social da comunidade. Aqui, cabe também uma extensão desta categoria: a organização social rural, que

“Pode ser traduzida sob formas específicas, conforme o período da história em que ocorrem e pelo objetivo que motiva esta organização. Dessa forma, fazendo um rápido passeio na história do Brasil, temos como exemplos, importantes movimentos de organização como as colônias no sul do Brasil, constituídas em sua maioria por imigrantes europeus, as ligas camponesas no Nordeste, em especial em Pernambuco e bem anterior os **quilombos...**”¹⁷

Neste texto consideramos a **organização social quilombola** de Massapê através de suas expressões territoriais: parentesco, família, festa, religião, memória e meio ambiente. Assim, oito sub-temas relacionados à comunidade serão apresentados: etnicidade negra, identidade e alteridade, evasão e reagrupamento de uma nova territorialidade, as árvores genealógicas das famílias de Joel Salvador e Deoclécio Nogueira, as redes de reciprocidade, o uso da terra, a relação da trilogia terra, identidade e memória na história local, e a organização política da comunidade.

De forma geral, falar sobre organização social em Massapê não pode ser concebido se excluindo a população *na diáspora*: os moradores dos bairros de Massapezinho e da localidade conhecida como DNER, em Floresta.

O saldo da observação sobre a organização social no Massapê mostra, como nos outros aspectos, a ingerência da própria comunidade sobre suas demandas coletivas.

¹⁷ Luis de lima Barbosa, coordenador de políticas públicas do ISEB, organização social rural,

A apatia social é uma característica relevante e visível no que diz respeito a quase tudo que envolve a comunidade.

4.1. Etnicidade negra na comunidade de Massapê

No período do pós-Guerra, na segunda metade do século XX, os grupos humanos passam a assumir identidades culturais e relacionar estas com os direitos humanos. O reconhecimento da necessidade de respeitar as culturas tradicionais leva a antropologia para uma busca por estudos relacionados à etnicidade enquanto fenômeno político e social.

Os estudos antropológicos de Fredrik Barth, nos anos 60, apontam que os fenômenos étnicos daquela época estavam assumindo visibilidade social e política no mundo inteiro, em razão das diversas dificuldades que os grupos vinham apresentando.

Barth introduziu uma visão dinâmica da identidade étnica construída e transformada na interação de grupos sociais, incluindo e excluindo grupos ao estabelecerem limites entre si, definindo os que integram ou não. Essa visão barthiana foi aperfeiçoada posteriormente por Smith, que considerou “*comunidade étnica como uma população nomeada por um mito do ancestral comum, com memórias compartilhadas de elementos culturais, com uma ligação com um território*” (1993, 23 apud BROWN, 1999: 28). Nessa leitura da definição barthiana por Smith (1993) acerca de grupo étnico, percebemos que este pôde dar alguns saltos na sua compreensão ao definir “*critérios para identificar uma comunidade étnica:*

1 – o nome (etnônimo) para designar o grupo e para este se autodefinir, e a sua inexistência indica uma identidade coletiva incipiente e difusa,

2 – a ancestralidade comum construída socialmente é mais importante que os laços biológicos, que podem também existir, mas não são essenciais caso existam laços sociais,

3 – o compartilhamento de memórias históricas é importante, como as freqüentes lendas e mitos transmitidos oralmente,

4 – a cultura compartilhada associa língua, religião, leis, costumes, instituições, roupas, profissões, arquitetura e alimentos,

5 – a existência de um território de valor afetivo, carregado de simbolismo, que pode ou não ser realmente habitado,

6 – a pessoa deve pensar-se como uma coletividade, ter sentimento de pertença.” (apud BROWN, 1999: 81).

Comparando os conceitos sobre grupos étnicos de Barth e de Smith, percebem-se pontos que um valorizou mais que o outro e aspectos que estão ampliados mais em um que no outro. Enquanto Barth enfatizou o aspecto biológico do grupo, Smith valorizou a origem comum construída socialmente. Barth valorizou a perpetuação, ou seja, a projeção do grupo étnico para o futuro, enquanto Smith se referiu à ancestralidade comum, ou seja, ao passado da comunidade étnica. Entendemos que a origem e o destino compartilhados, ou a existência apenas da origem ou apenas do destino compartilhado de um grupo, podem ser indicadores na sua identificação como grupo étnico. Barth e Smith consideraram importantes também o compartilhamento de uma cultura e o auto-reconhecimento da identidade étnica pelo grupo, para afirmação na sociedade. Barth entendeu que o reconhecimento da identidade do grupo deve ser legitimado pela sociedade envolvente como uma categoria que se distingue das demais, e Smith ampliou o conceito de grupo étnico, que passou também a abranger a territorialidade e o etnônimo, sendo este um distintivo do grupo e sem o qual a identidade étnica é incipiente e difusa. Essa afirmação de Smith demonstra a importância do etnônimo para as comunidades étnicas.

Barth considerou que o foco central para a investigação “*passa a ser a fronteira étnica que define o grupo e não o conteúdo cultural. Essas fronteiras são sociais, ainda que possam ter contrapartida territorial*” (2000, 34). Mais adiante, ele completa “*a identidade étnica está associada a um conjunto culturalmente específico de padrões valorativos...*” (2000: 48). (Bezerra, 2006:23 e 24).

A emergência étnica, ou seja, a incorporação de uma identidade enquanto categoria política se refere à estratégia de visibilidade de uma comunidade que se considera como tal, acionada por uma razão ou por um interesse do grupo, atendendo, contudo, aos conceitos e critérios etnológicos e/ou legais, para fins de reconhecimento pela sociedade e/ou pelo Estado, o qual Cardoso de Oliveira (2005) chama de *instância pública de reconhecimento jurídico*.”(Bezerra, 2006:28).

Neste sentido, a categoria étnica de *quilombola* se incorpora à categoria de *negro* como um recurso político a mais na solução das demandas da comunidade.

A comunidade de Massapê tem como característica de sua organização social, na atualidade, a visível falta de empoderamento dos moradores sobre suas necessidades. A visão (de caos) que nos chega ao colocarmos os pés ali se projeta no quadro social. A igreja local não tem grupo organizado, bem como as mães, os jovens, os idosos não tem entidade representativa. A escola funciona de forma homeopática com uma sala incluindo da 1ª. À 4ª. Série do ensino fundamental. Nesta, até a energia foi cortada. E inexistente fornecimento d'água para os alunos, e, mesmo os banheiros foram destruídos. De forma silenciosa, ainda se continua matando no Massapê: dessa vez, a organização social local.

Na construção da identidade local e ao longo de sua história, a presença indígena e de brancos como vizinhos sempre foi uma constante na vida dos moradores de Massapê.

A definição por uma identidade quilombola somente veio à baila após a certificação da comunidade pela Fundação Cultural Palmares e a criação da segunda associação. Neste sentido, vale as palavras de Cardoso quando cita que:

Muitos autores têm demonstrado que o investimento em uma identidade étnica mostra-se comum a muitos grupos sociais quando isso levará a ganhos políticos, como uma forma de estratégia política, com a intenção de mobilizar ganhos materiais ou simbólicos. Para os grupos que se autodefinem como quilombolas, um dos elementos aspirado é o território (ALMEIDA, 1998). Arruti (1997) ressalta isso quando trata da emergência dos remanescentes indígenas e quilombolas. (CARDOSO, 2008, p. 64-65)

Ainda constitui um mistério para muitos moradores a expressão *quilombola*. Esse adjetivo vem sempre acompanhado da possibilidade de estabelecer um diálogo com os poderes públicos – via ganhos materiais.

4.2. Identidade e alteridade na comunidade de Massapê

A identidade étnica de um grupo é a base para sua forma de organização, de sua relação com os demais grupos e de sua ação política. A maneira pela qual os grupos sociais definem a própria identidade é resultado de uma confluência de fatores, escolhidos por eles mesmos: de uma ancestralidade comum, formas de organização política e social a elementos lingüísticos e religiosos¹⁸.

A Associação Brasileira de Antropologia (ABA), na tentativa de orientar e auxiliar a aplicação do Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) divulgou, em 1994, um documento elaborado pelo Grupo de Trabalho sobre Comunidades Negras Rurais em que se define o termo “remanescente de quilombo”. Assim:

“Contemporaneamente, o termo *quilombola* se refere a grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos num determinado lugar. Logo, prescinde de qualquer dependência a referências biológicas ou arqueológicas, ou mesmo de se ter a concepção de comunidade quilombola como grupos isolados ou de uma população estritamente homogênea.”

Deste modo, comunidades remanescentes de quilombo são grupos sociais cuja identidade étnica os distingue do restante da sociedade. Assim:

¹⁸ “Nesses primeiros anos do terceiro milênio, cresce o quantitativo de grupos remanescentes de quilombos brasileiros que acionam a estratégia de emergência da identidade étnica, visando ao reconhecimento da condição de quilombo pela sociedade envolvente e à conseqüente reivindicação do território titulado, nos termos do Art. 68 do ADCT/CF-1988. Em Pernambuco, também vem crescendo o número de quilombos emergentes. Nas reuniões do Grupo de Estudos Afro-Brasileiros, dirigido pelo Prof. Dr. Bartolomeu Figueirôa de Medeiros e vinculado ao Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Etnicidade-NEPE, da Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, esse professor vem nos informando freqüentemente sobre a lista crescente dos quilombos do Estado de Pernambuco em processo de reivindicação de território”. (Barros, 2006:11).

“A etnicidade é um aspecto do relacionamento social dos membros entre si, bem como entre grupos que se consideram distintos dos demais ou da sociedade envolvente, com quem se mantém interação regular. Os grupos étnicos tendem a ter mitos de origem comum e a incentivar a endogamia, mas essa endogamia pode ser mais contingência interativa gerada pelo convívio do que mesmo uma norma do grupo.”(Bezerra, 2006:26).

Falar em identidade étnica, implica na concepção de um processo de auto-identificação bastante dinâmico, e que não se reduz a elementos materiais ou traços biológicos distintivos, como cor da pele, por exemplo”¹⁹.

Assim, quilombo não passa a ser sinônimo de isolamento e fuga, e sim, agora relacionado à resistência e à autonomia de populações negras rurais. Nesta nova configuração o que define o quilombo é o movimento de transição da condição de escravo para a de camponês livre. Tudo isso demonstra que a classificação de comunidade como quilombola não se baseia em provas de um passado de rebelião e isolamento, mas depende antes de tudo de como aquele grupo se compreende e se define.

Atualmente, a legislação brasileira já adota este conceito de comunidade quilombola e reconhece que a determinação da condição quilombola advém da auto-identificação.

As relações entre identidade e alteridade em Massapê se expressam pelo fato visível dos moradores locais se afirmarem enquanto pertencentes a uma comunidade majoritariamente negra. Os *outros* que podem ser os vizinhos os habitantes de Carnaubeira da Penha, os compadres de fora, mesmo apresentando traços de mestiçagem, se colocam como branco, indígena ou *assim misturado*. No fim fica sempre implícito o fato de ser *não negro*.

¹⁹ http://www.cpis.org.br/comunidades/html/i_brasil_pe.html

Por outro lado, os discursos orais dos moradores de Massapê, sempre falam de si como negros que não trazem a herança escrava, mas sim, com um passado de trabalho e, principalmente, de compra de terras. Afirmam e se colocam como proprietários de terras e trabalhadores rurais. *Sempre trabalhei na terra, desde menina. Até hoje, vou todo dia pra roça.* (Dona Judite).

Independente dos casamentos interétnicos entre negros e indígenas, a *orientação* étnica se dá pelo local de moradia. Quem mora na terra dos indígenas é indígena. Quem mora no Massapê é negro. *“Inútil é imaginar as muitas maneiras de se efetivar uma política de relações que não sejam matizadas pelo fator diferença racial, quando esta condição é algo transparente no cotidiano das pessoas.”*(Oliveira Junior, 1996: , In Leite, 2006).

Pertencer a Massapê também é balizado pelo fato de ter nascido na comunidade e pertencer a uma das duas famílias geradores: a de Joel salvador ou a de Dioclécio Nogueira. As referências ao ter nascido lá estão sempre sendo argumentadas pelos moradores de Massapezinho, em Floresta.

Segundo Alfredo Wagner de Almeida (2002:49) ao comentar sobre as relações intra e extra-território é pertinente sua afirmação:

“No entanto, ao contrário do que imaginaram os defensores do “isolamento” como fator de garantia do território foram as transações comerciais da produção agrícola e extrativa dos quilombos que ajudaram a consolidar suas fronteiras físicas. Assim como se enganaram aqueles que viam no quilombo uma unidade racial homogênea, pois foram as suas inter-relações com outros grupos que possibilitaram sua reprodução social e econômica”.(Almeida, 2002:49).

Assim, podemos entender a entrada e o questionamento de uma nova categoria, a de quilombola, pelos moradores do Massapê. Não é apenas a busca por vantagens setoriais nas políticas sociais. Mas uma preocupação em entender a relação desta categoria com a identidade étnica de ancestralidade e, não somente, de ocupação da terra. Por isso a busca pela criação de uma associação quilombola em Massapezinho,

em Floresta. *Somos quilombolas. Nós viemos do Massapê. Não deixamos de ser negro e agricultor.* (Wandilene).

4.3. Evasão e reagrupamento na construção de uma nova territorialidade

“a territorialidade como o esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’...e implica que qualquer território é um produto histórico de processos sociais e políticos... No intuito de entender a relação que um grupo social mantém com seu território, utilizo o conceito de cosmografia que... inclui o seu regime de propriedade, os vínculos afetivos com o território específico, a história de sua ocupação guardada na memória coletiva, o uso social que dá ao território e as formas de defesa dele” (2002: 3).(Bezerra, 2006:53)

Para Bezerra, em seu trabalho sobre os Negros do Gilú²⁰, a noção de pertencimento geográfico incorpora uma dinâmica política que é própria dos grupos humanos. Este processo é similar ao encontrado no reagrupamento e a organização nos moldes citados ao tratar da organização social dos habitantes do Massapê na cidade de Floresta. Dois bairros se constituíram ali: Massapezinho e DNER. Assim:

“O território está presente no imaginário social de todos os grupos humanos, mas nem todos os grupos étnicos do mundo têm problemas de território/desterritorialização. No Brasil, inúmeros povos indígenas e quilombolas enfrentam ou enfrentaram grandes problemas com a territorialidade/desterritorialidade e este é o caso dos Gilus”. (Bezerra, 2006:52)

²⁰ Comunidade localizada no município de Itacuruba, PE.

Segundo Almeida “*o conceito de quilombo não pode ser territorial apenas ou fixado num lugar geograficamente definido, historicamente documentado e arqueologicamente escavado. Ele designa um processo de trabalho autônomo, livre da submissão aos grandes proprietários*” (1996:18). (Bezerra, 2006:61).

Em 2002, na noite da tragédia maior, a população do Massapê, em sua maioria, fugiu para Floresta dando origem ao bairro de Massapezinho. Nesta cidade, outra área mantém uma forte presença negra: o bairro do DNER. E também para outras cidades, como lembrou Glaudiovani Nunes em seu depoimento:

“Não só em Floresta mais quando houve essa questão aqui, olhe o povo está localizado em Floresta, um bocado em Arapiraca, outros foram pra Belém do São Francisco, aí espalharam todo mundo, né? Ai esses que ficaram aqui, não saíro pra canto nenhum, foi os que a gente conseguiu então formar com esse pessoal a associação direitinho, aí, registraram e pronto, aí eles depois que foram formando isso aí que ta vendo”.

Desta maneira, o reagrupamento dos saídos de Massapê (expulsos) na cidade de Floresta, nos bairros de Massapezinho e DNER podem ser conceituados como territórios negros urbanos, ou mesmo quilombos urbanos²¹. Esta expressão já ultrapassa os limites da militância para ser incorporadas às políticas públicas. Isto amplia consideravelmente a noção de quilombo.

O território de Massapezinho, em Floresta e sob a liderança de Deoclécio Vicente surgiu a partir de um acordo entre a Igreja Católica e o Poder Público Local

²¹ As comunidades quilombolas têm rompido com o dualismo rural/urbano, configurando-se em territorialidades específicas consoantes duas maneiras: a) há reivindicações de reconhecimento de comunidades quilombolas dentro de perímetros urbanos, como no caso do Quilombo dos Silva na cidade de Porto Alegre (RS); b) há contatações dos próprios quilombolas que evidenciam o alargamento das fronteiras de suas comunidades através de migrações tanto sazonais, quanto definitivas. Uma ilustração, concernente Salgueiro (PE), no decorrer do lançamento da Campanha Nacional pela Regularização Fundiária dos Territórios de Quilombos, realizado em São Paulo nos dias 18 e 19 de agosto de 2004: “existem mais quilombolas de Conceição das Crioulas em São Paulo do que na própria vila, isto porque somos forçados a sair de nossas casas para trabalharmos na grande cidade. “outra ilustração refere-se às famílias quilombolas forçadas a sair de seus povoados em Alcântara, a partir da implantação da Base de Lançamento de Foguetes, e que se instalam em bairros periféricos (Vila Embratel, Liberdade, Camboa, Vila Palmeira) da capital São Luis, mantendo relações constantes com os locais de origem.

com a intervenção do Deputado Estadual que trabalhava na região. Após uma reunião com as pessoas egressas do Massapê foi decidido pela doação de uma área por trás do Parque de Exposição para estes construírem suas casas. É uma rua que chama a atenção para si pela presença maciça de uma população majoritariamente negra. Uma parte dessa população conseguiu trabalho nas obras do DNER e foram construindo suas casas ao longo da estrada que liga Floresta a Belém do São Francisco – local onde ocorreram as obras do DNER. A empresa emprestou o nome ao bairro. Podemos falar em dois territórios negros, enquanto extensão social e política do Massapê em Floresta na condição adjetiva de, também, quilombo, neste caso, com sociabilidade constituída na área urbana .



Visão geral do bairro Massapezinho, em Floresta.
Acervo PISF - Foto: Clodoaldo Cavalcante

Nesse sentido vale a citação de Alfredo Wagner de Almeida sobre a amplitude da terminologia “quilombo”, ao afirmar.

...é necessário que nos libertemos da definição arqueológica, da definição historiográfica *stricto sensu* e de outras definições que estão frigidificadas e funcionam como uma camisa-de-força, ou seja, da definição jurídica dos períodos colonial e imperial e até daquele que a legislação republicana não produziu, por achar que tinha encerrado o problema com a abolição da escravatura, e que ficou no desvão das entrelinhas dos textos jurídicos. (Almeida, 2002:63).

Essa colocação nos permite considerar os bairros acima citados como reagrupamentos constituídos sob a égide de etnicidade. Oliveira Junior (citado em Leite, 1996) ao comentar sobre comunidades negras urbanas, no Sul do Estado de Santa Catarina afirma que estes *São bairros negros com características peculiares. A maior delas a pobreza e a falta de perspectiva*. Este exemplo serve cabalmente à situação ora encontrada aqui em Massapezinho, em Floresta, Sertão de Pernambuco. A distância apresenta uma reflexão sobre este contínuo de bolsões de pobreza das comunidades negras em várias regiões do país.

“Inútil é imaginar as muitas maneiras de se efetivar uma política de relações que não sejam matizadas pelo fator diferença racial, quando esta condição é algo transparente no cotidiano das pessoas. Independentemente do fator miscigenação, as relações entre negros (não-brancos de uma maneira geral) e brancos no sul de Santa Catarina são construídas a partir de um imaginário onde as populações e as pessoas negras são vistas numa esfera de homogeneidade, onde as diferenças étnicas entre as diversas populações negras no Brasil foram substituídas por diferenças sócio-econômicas em relação a outros grupos”(Oliveira Junior, 1996:3)

Na página seguinte mostramos diversos momentos da reunião que determinou a aceitação da população egressa do massapé em Carnaubeira da Penha e determinou a área pós trás do parque de exposições agropecuárias para a construção de moradias para as famílias quilombolas.



Reunião com o deputado, o bispo e os novos moradores do Massapezinho.
Acervo da família de Wandilene.



Reunião com o deputado, o bispo e os novos moradores do Massapezinho.
Acervo da família de Wandilene



Reunião com o deputado, o bispo e os novos moradores do Massapezinho.
Acervo da família de Wandilene

O viver dos *quilombolas* em Massapezinho se configura como sinônimo de falta de perspectiva, em termos de estabilidade financeira e social. A vida local é sinônimo de trabalhos informais e de pouca qualificação. *‘Vivemos de bico!’* Essa é uma expressão comum quando se questiona sobre trabalho. As crianças freqüentam as escolas públicas. Nesse caso, existe uma possibilidade de uma continuidade em cursos de qualificação profissional e, até mesmo, em cursos superiores. Entretanto, essa idéia é pouco difundida entre os habitantes locais.

A novidade maior é o envolvimento de jovens do Massapezinho em atividades políticas relacionadas à articulação de comunidades quilombolas. No último encontro de juventude quilombola houve a participação de uma representante do Massapezinho. Em outros momentos, também houve a participação de pessoas do Massapezinho. É visível a busca dos moradores locais por encontros relacionados à questão quilombola.

Nas visitas feitas em Massapezinho, as perguntas giravam em torno de projetos e benefícios possíveis para quilombolas, principalmente, e em especial, a questão dos moradores quilombolas em áreas urbanas.

O retorno de alguns moradores para Massapê, em Carnaubeira da Penha, é uma realidade que vem sendo articulada por representantes da família de Dioclécio Nogueira. O motivo é o conhecimento sobre os benefícios que estão sendo ventilados para a comunidade em termos de estrutura social: água, escola, posto de saúde, telefonia, etc. Já se vai mais além com a articulação para o retorno de um sobrinho de Deoclécio Vicente que *vem de São Paulo. Ele entende da situação. É mais politizado.* Isto Wandilene falou sobre uma participação pró-ativa deles em Massapê. Na prática, os moradores de Massapezinho se acham inconformados com a “entrada” de Glaudiovani Nunes na comunidade, e, principalmente, com o fato deste se auto-adjetivar como quilombola e assumir a representatividade da comunidade através da presidência de sua associação.

Em relação à perspectiva de retorno de alguns egressos para massapé como consequência das ações do PISF ele disse:

–” A vantagem aí chegando alguma coisa aí eles ficam querendo voltar, se tivesse um meio de vida aqui, se a gente conseguisse essa barragem grande aqui desse riacho que tá passando, que nós possamos ali eu creio que volta muita gente. Porque se essa barragem ele encher ela vai dar um peixe, ela vai dar uma irrigação, e eles começaram a voltar, porque isso aqui trabalha, tudo isso com agricultura, aí não tem como né?”(Glaudiovani).

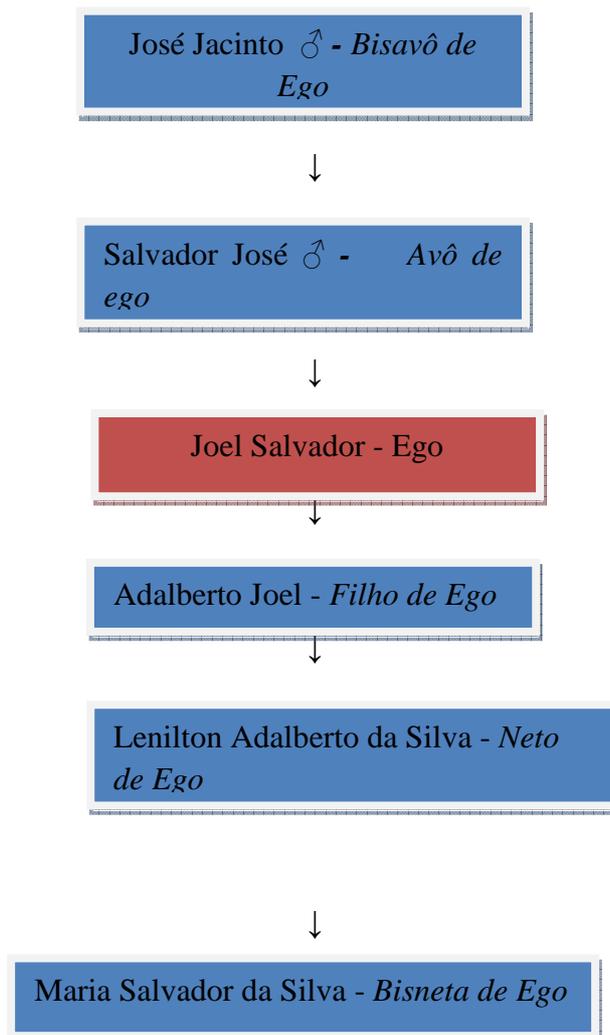
4.4. Genealogia da família de Joel Salvador

Falar em genealogia no Massapê com seus moradores é tocar em um assunto constrangedor. É falar em pessoas mortas. Existe, de forma velada, uma não-vontade de falar sobre parentes. Foi difícil tocar no assunto e afirmar a importância de discutir este como objetivo do relatório Antropológico. Várias vezes a resposta era um olhar perdido

no vazio das lembranças. Vozes embargadas, mãos trêmulas, desvio do assunto e outras maneiras de tangenciar a intenção do Relatório.

A forma sublimada que encontramos para tratar tal assunto sem ferir os (des)interesses da comunidade foi o de expor uma árvore genealógica de uma única *ramagem*. Expomos a família de Joel Salvador. Dioclécio Nogueira recusou-se a falar sobre seus descendentes. Deixou claro que não queria os nomes (a não ser o seu) no Relatório Antropológico.

A opção pela família de Joel Salvador exposta de maneira tão pouco esclarecedora serve, aqui, mas para mostrar uma idéia de temporalidade dos habitantes do Massapê na região. As referências são em relação a *ego*, como aqui é definido Joel Salvador, de acordo com um jargão antropológico.



4.5. Redes de reciprocidade da comunidade de Massapê

A comunidade de Massapê tem como visível característica uma necessidade de criar e fortalecer articulações de reciprocidade de modo endógeno e exógeno, internamente e externamente. Salta aos olhos a fragilidade de suas relações e como isso afeta a sua organização social e econômica e política.

A comunidade de Massapê construiu quase que uma única relação de forma mais direta com uma família branca vizinha, a família de *Compadre* Ernesto. Este senhor, que ainda é referência em termos de assistência à saúde, foi proprietário de uma farmácia na vila do Massapê. Seu convívio com as famílias negras do Massapê incluiu a alfabetização de seus filhos na escola local. Ele também constitui uma referência de quem sabe a história *desde o começo*, como dizem os mais velhos.

Internamente, a comunidade de Massapê é determinada pela fronteira do parentesco que envolve as duas famílias formadoras: Os Nogueira (ou os Vicente ou os que são os *do lado de Dioclécio*) e os Salvador (*do lado de Joel e que apóiam a presença e atuação de Gláudiovani na comunidade*). O riacho Grande é definidor de ocupação e determinação de posses. A impressão que se tem é que os familiares de Dioclécio estão na entrada e no fim da comunidade. No meio encontram-se os familiares de Joel. Essa situação foi mais clara ao percorrermos o perímetro “social” da comunidade e quisermos avançar para a área além do riacho Grande. Joel, nosso guia, de imediato nos falou: *Eu não vou pra’queles lados. Lá é do pessoal de Dioclécio*. A solução surgiu com a presença constante de Chico de Mingú. Esse morador consegue transitar entre os dois “universos”. Talvez pelo fato dele ter se casado duas vezes e ter filhos morando em Massapê e em Massapezinho.

João Miúdo é Vice-Presidente na Diretoria da Associação do Massapê e participa de forma ativa de qualquer atividade que envolva a comunidade. Podemos afirmar que ele foi figura constante em todos os momentos que estive presente no Massapê, na área urbana em Carnaubeira da Penha e em Massapezinho, em Floresta. Ele serviu de forma espontânea como interlocutor nos vários momentos de diálogos com os moradores.

O transitar por espaços dicotômicos nos torna perceptíveis às nuances de (re)distribuição do poder local. Dioclécio Nogueira, líder *natural* e histórico, afastado do seu território, está sendo questionado e *invadido* pelas ações de Glaudiovani Nunes. Uma disputa cerrada, contínua e sutil. Sem gritos e atitudes ásperas. O silêncio é marca dessa contenda. As pessoas falam de Dioclécio como *Tio Dió* e lhe tomam a benção, Glaudiovani e a esposa, por sua vez, se referem a Joel como *Tio Joel* e repetem o gesto –de pertencimento diacrítico local- de lhe tomar a benção. Um jogo que busca *mapear* o antropólogo e ver de que lado ele está. A dificuldade operacional nesta situação é tentar ser, se não, imparcial, ao menos justo ao se perceber a performance de Glaudiovani de Oliveira como algo de interesse pessoal. Nada de étnico.

4.6. O uso da terra na comunidade de Massapê

Como afirmado ao longo deste texto, o uso da terra na comunidade de Massapê, está limitado às práticas agrícolas sazonais e dependentes das chuvas. A agricultura na vazante do açude não é mais praticada pelo fato de que este teve sua parede de contenção destruída. As áreas de baixio (com solos que acumulam água) também são pouco aproveitadas.

Os animais, poucos na comunidade, são soltos e perambulam livremente. As cabras constituem maioria. Poucos cavalos, poucas galinhas e alguns porcos. Estes últimos passam por maiores dificuldades em razão da pouca água e de verminoses que impedem uma criação mais proveitosa.

A comunidade em outras épocas teve áreas destinadas à plantação de mandioca para a produção de farinha. A fruticultura local hoje é inexpressiva. Algumas mangueiras resistem ao tempo e às intempéries. Em tempos pretéritos, a serra do Arapuá foi palco de intensa atividade social, cultural e, em especial, na produção de farinha de mandioca. A lembrança de *farinhadas na serra* faz parte da memória local.

A demanda neste caso é por capacitações que estimulem a agricultura de sequeiro e batam de frente com a idéia de que agricultura tem que ser sinônimo de irrigação. Ir além do que foi dito é cair em redundâncias.

4.7. Terra, identidade e memória da história de Massapê.

A categoria “quilombola” é uma terminologia nova para os habitantes locais. A idéia de manipular essa “nova” identidade ainda passa pelo descobrimento de vantagens e, ao mesmo tempo, de desconfiança. A ausência de contatos mais sistemáticos com organizações políticas ligadas ao Movimento Negro torna esse trânsito organizacional mais lento. Diferente do que vem ocorrendo em outras comunidades. Até mesmo, os moradores de Massapezinho, em Floresta, vêm ampliando seus contatos e articulando um discurso próprio da militância.

As observações de Michael Pollak [...] O que a memória individual grava, recalca, exclui, relembra, é evidentemente o resultado de um verdadeiro trabalho de organização. Se podemos dizer que em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social individualmente, quando se trata da memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade. Aqui o sentimento de identidade está sendo tomando no seu sentido mais superficial, mais que nos basta no momento, que é o sentido da imagem de si para si e para os outros. Isto é, a imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua própria apresentação, mais também pra ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros. [...]

A memória é um elemento constituinte no sentimento de identidade, tanto individual como coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si.

[...] Se assimilamos aqui a identidade social à imagem de si, para si e para os outros [...] Ninguém pode construir uma auto-imagem isenta de mudança, de negociação, de transformação em função dos outros. A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade,

de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com outros (Pollak, 1992). (DEMARTINI In: Montenegro e Fernandes, 2001: 269)

M. Pollak reitera a afirmação de Maurice Halbwachs de que a memória deve ser entendida, sobretudo como um fenômeno coletivo social *“através da qual a imagem que se apresenta aos outros e a si próprio é de um povo que só trabalhava”* (DEMARTINI In: Montenegro e Fernandes, 2001:270).

Três discursos ajudam a construir a história de Massapé na sua relação com o seu território. A fala do Sr. Dioclécio, a fala do Sr. Joel e a fala do Sr. Ernesto.²² O primeiro é o mais idoso dentre os quilombolas e Massapé – atualmente morando no município de Floresta na comunidade de Massapezinho, o segundo é mais idoso morador de massapé, em Carnaubeira da Penha, e, o terceiro é o vizinho branco que ao longo de sua vida teve e tem relações muito próximas com a comunidade de Massapé. Esses três personagens na história de Massapé foram e são responsáveis pela preservação da memória da vida social da comunidade. Esta, por sua vez, é:

“construída na prática da narração e a narração adquire vida em sentido na vida social. Daí o fato de estarmos tratando de um tipo de material e uma forma de abordagem profundamente complexos, sobre os quais este texto coloca mais questões e dúvidas do que arrisca afirmações. Para Ricoeuer como para Sommer, neste sentido, o sujeito constitui sua identidade no ato de narrar, construindo, assim, a si mesmo, e, neste sentido, sua própria existência e realidade, através da identidade narrativa. Neste processo, a noção de EU transcende o simples papel de pronome na primeira pessoa do singular. (Rapchan, p 54)”.

A fala de Dioclécio Vicente atenta para o fato de que a terra foi comprada. Em nenhum momento, ele faz referências a um passado de escravidão, fuga, ou pobreza

²² Este último, um vizinho branco que sempre conviveu amigavelmente com os moradores do Massapé. Ele foi proprietário de uma farmácia na vila comercial. Depois foi empregado pela Prefeitura como auxiliar de enfermeiro. Seus filhos foram as únicas crianças brancas a freqüentar a escola do Massapé.

mórbida. Fala sempre de uma autonomia no fato de seu bisavô ter comprado uma terra para viver.

_quem já comprou foi meu bisavô Nogueira, o da compra, foi comprado a Maurício da Silva Carvalho, foi comprado por 70 mil reis.

Em relação aos limites do território ele tem uma definição pontual, quando afirma:

_Olhe, os limites é na parte da caatinga de Cipriano, ao Pereiro Grande, ela faz parte diretamente dividindo Massapê com a fazenda Mingu, assentada do Mandacaru, onde existe três marcos, nesses três marcos que é a Sentada do Mandacaru, ela desce até o Pote das Tabas que chama o Pote de São João, limitando com o riacho que separa Queimada de Massapê.

E eu digo o que to dizendo aqui é representado com o senhor lá, oi é aqui, oi passa aqui, sobe aqui, porque lá tem a Linha de Espinhaço, que vai direto ao Pereiro Grande que faz separação ao lado da Serra é 3 voltas, certo.

A fala do vizinho Ernesto Carvalho, o branco, vizinho e compadre é confirmada pelos moradores do Massapê como sinal de confiabilidade no que diz. Ele nos relatou, resumidamente, a história do Massapê assim:

“_Os mais velhos, é o seguinte, conta-se, eu não tenho certeza porque já foi do meu tempo, se de meu tempo pra cá, porque a casa do vei Salvador era mesmo ali no grupo, onde foi feito o grupo, era a casa do vei Salvador, era a primeira casa que fizeram dentro do Massapê, segundo(sic) veio a de Inês, que era filha do vei Vicente do Massapê, era mais pra baixo um pouquinho, a casa só tinha essas duas casas, do meu tempo pra cá, e tinha uma casa grande que ficava ali, do lado de cá, que ficava ali, empariado com a casa de Laura, da Moça que era tio da Gente, era uma casa grande, pronto! Eram as três casas que tinham nessa região, e tinha outra casinha lá na frente que era de Joaquina Antônia mãe de Gildete, era

Joaquina que era outra casinha lá na frente e Vertulina que eram 4 pessoas nessa região aí!”

Sobre as mudanças no Massapê:

“_Aí foi quando Luiz Novaes ganhou, aí veio a energia, veio a igreja, padre Evaldo também introsou aí no Massapê, mais foi tudo nesse período que Evaldo se introsou aí...”

Sobre a noite das mortes e da fuga:

“_É triste mesmo, pegaram aquela Mocinha, a mulher de Joel, uma mulher de resguardo, deixou a criança com fome e de pé debaixo de cassete, de pé até chegar na Serra do Arapuá, pra dizer se o rapaz tava lá, nem ninguém sabia quem era. Foi muito sofrimento, mas hoje tá tudo bem até hoje.”

A sua pouca vontade de entrar em detalhes talvez revele uma demanda pessoal (e coletiva) pelo esquecimento do fato, ou, ao menos, de não comprometimento pessoal.

A fala de JOEL, nosso último personagem está centrada na memória do Massapê em relação ao início da comunidade numa relação atemporal com a noite das mortes e da fuga. A memória teima em relacionar estes fatos como marcantes na história local.

_E o Massapé começou com um pobrezinho mesmo. Ai conseguio,... ai Deoclécio foi combinou com o vei meu pai e o pai dele pra dizer um povoadozinho ai inté João Tiburtuno lá de floresta ai vai vai vai e começam ate bem. Só que ai começaram umas questão aqui de floresta com o pessoal de Deoclécio e o pessoal lá da Carnaúba terminou uns morreno e outros correno. Ai quem num tinha nada a ver com o caso nunca que saiu.

Os primeiros herdeiros daqui era Saturnim, Vicente, Joel, que era os cabeça ai ficou Saturnim Vicente e Salvador foi os que ficou da geração. Ai foram aumentano, aumentano, ai se expandiu a população

Eu sei que a geração de meu pai mesmo eles veio das famílias de serra do Umã e dos Vicente também. É a mesma geração tudo e dos caboco mesmo né? Ai a gente

os mais novo ficamo ai trabalhando né? Quem tava na questão corredo e quem num tava num correu, ficou tudo ai,

Na construção da história local, através da memória dos seus habitantes:

“Dadas, nomes e fórmulas não são o principal esteio dessa rememoração, dessa reconstrução, porque as referências que constituem o indivíduo como agente social representam correntes de pensamento, experiências e sentimento, que atravessam presente e passado. Durante tal processo, misturam-se nas recordações aspectos sociais e pessoais. O que aflora nessa articulação, o que importa não é a chamada parte “objetiva,” mas, a dimensão social da memória. E aí, entra a questão fundamental da linguagem como elemento socializador da memória.” (MAGALHÃES In, Montenegro e Fernandes, 2001: 81).

Usando a história oral como método e prática de pesquisa, somada às formas tradicionais, percorreremos, juntamente com nossos personagens, lugares da memória e do esquecimento, para “reconstruir” a suas trajetórias de vida, tentando assim montar o quadro histórico do período pesquisado. (BECKER In: Montenegro e Fernandes, 2001: 286)

4.8. Organização política de Massapê

A situação política de Massapê pode ser entendida como uma dada situação histórica num campo intersocietário onde os atores sociais alternam posições políticas independentes às suas vontades. Esta configuração remete a conceitos ligados à Antropologia Política.

O campo intersocietário é configurado por uma rede complexa de relações onde os papéis de dominado e dominante não são definidos - nem estáveis - mas sim, alternados entre as partes em função das demandas colocadas numa situação Histórica. Para o antropólogo João Pacheco oliveira Filho:

“É por meio dessas interdependências, compromissos e legitimidade (obtida esta, no caso, em virtude justamente

das diferentes interpretações sobre o poder político e sobre o próprio universo), que o grupo dominante passa a articular e representar interesses outros que não os seus próprios, obtendo certa dose de consenso e passa, a exercer o poder de modo hegemônico, em nome de interesses e valores mais gerais que os seus próprios”.

Oliveira Filho concebe o contato interétnico em si, como o dado de maior relevância, no qual para tal, faz-se necessário o uso da noção de Situação Histórica que:

“poderia ser definida pela capacidade que assume temporariamente uma agência de contatos de produzir, através da imposição de interesses, valores e padrões organizativos, um certo esquema de distribuição de poder e autoridade entre os diferentes atores sociais aí existentes, baseada em um conjunto de interdependências e no estabelecimento de determinados canais para resolução de conflitos (Oliveira Filho, 1988).”

Ou seja, a visão dos próprios quilombolas sobre o processo social em que estão inseridos é parte no construir de sua história.

“Há no presente momento uma forte articulação entre as comunidades que se identificam como quilombos e diversos setores e instituições da sociedade civil, tais como associações de moradores, entidades de movimentos negros, ONGs, instituições religiosas, núcleos e institutos de pesquisas das Universidades com um saber e experiências acumuladas sobre o assunto. Do mesmo modo que nas áreas urbanas, configuram situações de resistência territorializante ao sistema racista escravista e pós-escravista, e que não é reconhecido pelo atual anteprojeto como passível de titulação.” (Leite, 2008).

Nesta ótica, os atores sociais são vistos num Campo Intersocietário onde o contato

“é um fato constitutivo que preside a própria organização interna e ao estabelecimento da identidade de um grupo

étnico. Em síntese, existe toda uma condição de decidir sobre atitudes culturais próprias e alheias em função de interesses ou vantagens setoriais” (Oliveira Filho, 1988),

Esta situação faz do sujeito histórico um agente de ações criativas. Ao trabalhar-mos, procurando tangenciar a praxis ocidental de se conceber o mundo em equações dicotômicas nos aproximamos, também, da teoria sustentada por SAHLINS, onde a história é *“ordenada culturalmente de maneira diferente em diferentes sociedades e os esquemas culturais ordenados historicamente porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados na prática”*.

Cabe assim, analisarmos a história da organização política de Massapê, a partir da história das maneiras de se associar em busca dos interesses comuns. A feira e a criação de duas associações comunitárias na comunidade. A primeira, por Davi em 1997 e a segunda por Glaudiovani em 2007. Esta história está, também, subsidiada em relatos orais.

A feira de Massapê equivale a sua entrada na história de Carnaubeira da Penha. Está ligada a formação de uma liderança, o Sr. Dioclécio Nogueira. Segundo este:



Dioclécio Nogueira durante entrevista ao antropólogo Geraldo Barboza
Acervo: PISF – Foto: Clodoaldo Cavalcante

“_Rapaz, eu tenho até a planta de que ano ele (o comércio de Massapê) foi feito, eu tenho lá que a cumadre Expedita fez o levantamento, data como foi começado, ali né, porque eu inventei aquilo ali por uma brincadeira, entendeu, eu tinha uma vendinha dentro de casa e tal e dia de domingo chegava a gente ia quando foi um dia, ai acabouse um bocado de coisa que eu tinha. Ai eu fui e disse por lá de brincadeira, domingo de hoje a oito, já começa uma feirinha debaixo desse pé de pau.

_Ai mais será verdade mesmo? Eu digo:

_é, pode vir comprar alguma coisa domingo.

Ai eu me mandei por riba de serra, avisando que tem uma ferinha no massapé domingo quem quiser levar: milho, banana... leve e tudo, levar rapadura, uma coisa e outra farinha.

Oxente, quando foi no domingo, encheu de gente, ai: Cumpadre Bonifácio, ele tinha uma vendinha, conversou comigo. Ai eu disse: _olhe o que sobrar, eu quero. Eu e um colega nos juntamo pra nos comprar, pra ninguém voltar com nada da feira., Quando passou ai o que é que sobrou, ai a farinha, ai o que sobrou, eu comprei quando foi no domingo ai encheu de gente. Eu digo, vamos todo mundo fazer suas banquinhas, quem quiser vender as coisas, se não puder buscar catolé ali na Serra, faz com folha de mameleiro, e Roma de vira mocô, foi assim, com 15 dias”.

Nosso segundo informante é Ernesto Carvalho, vizinho branco (foto abaixo). Ele também tinha um comércio na vila de Massapê e atua como enfermeiro prático.



“_Olhe, a mulher de Eliseu se lembra dela? Albertina, pronto! Ela vendia roupa quando era farmácia de Zé Eliseu, arrumou um quartinho e me dava uma gratificação pra extrair dente, aí eu fiquei antes quando era farmácia ela tinha uma venda de tecido lá fora e Zé Eliseu extraindo dente no quartinho ele trabalhava lá, e no domingo de quinze em quinze dia ele tava aí no período entre os quinze ele via aí fazia consulta aí, lá no quartinho, fechava a porta né? Consultava, passava os remédios, fazia remédio às vezes, pegava a receita, e foi, foi... até que acabou-se tudo isso, aí veio o tempo pra cá desse serviço de emergência né?”

Mais bagunça, mais foi aquela do pessoal das Areias e dá, os caba, eu acolhi 25 mulher com menino correndo com medo do tiroteio e rodando, lampiando, e os home com medo, eles ganhara a caatinga, eu só dou apoio as mulher, os home pode se virar na caatinga, tudo conversando com medo, eu sei que passou de três dias e os caba veio e também esbagaçaro, sei que esbagaçaro. Esses caba quebrava tudo onde tinha uma casa eles quebravam geladeira... só num mexia com santo, mais o resto... tudo, rádio, televisão... bagaceira, quebraro tudo nas casas, metero bala nelas. A casa de Nenê, a casa de pedro de Constâncio, eles esbagaçaro tudo, disse que era 36 homem pra 1, tudo armado”.

A feira de Massapê durou por mais de 30 anos. Segundo palavras de Maria da Penha, esposa de Glaudiovani, a feira era conhecida como *Feira do Pau*, pela quantidade exagerada de brigas que ocorriam ali continuamente. Para os familiares de Massapê, o que ocorriam eram questões pessoais que ganhavam relevância pelo fato de serem negros e estarem vinculados a uma idéia nova. Eram donos do território que controlavam a circulação de dinheiro em sua comunidade. Este evento também proporcionava a entrada massiva de pessoas de outras localidades na comunidade.

Cerca de 40 casas comerciais foram construídas ao longo da entrada de Massapê. Padarias, farmácias, lojas de tecido, bares e mercearias e ainda, um clube de danças e festas. Depois veio o coreto para discursos e eventos políticos, a televisão comunitária, a escola, posto de saúde e telefônico. A feira foi o impulso do desenvolvimento do Massapê. Seu fim determina o caos para a comunidade.

Nos ano de 1997, foi fundada a primeira associação de produtores rurais em Carnabeira da Penha: a associação dos produtores rurais de Massapê e Queimadas com o apoio de David do PT, liderança política vinculada ao PT.

Esta associação teve como objetivo a organização dos agricultores para acessarem crédito financeiro através do Banco do Nordeste – BNB para implantação de uma casa de farinha e financiamento de atividades agrícolas. A constituição da associação não rendeu os frutos esperados. Os agricultores não efetivaram o pagamento de suas dívidas e a inadimplência foi o resultado desta ação. Como resultado, a extinção. Segundo o relato de David:

“_O que posso te adiantar é o seguinte, de 97 foi quando eu comecei a trabalhar nas Associações do município e que até então não existia nenhuma Associação no município de Carnabeira da Penha.

Isso em 97 foi quando nós começamos logo assim que o governo começou a abrir crédito pra o pequeno produtor foi justamente, quando nós entramos nisso aí, e eles tiraram o dinheiro e logo em seguida foi quando é atacaram ele lá, e aí eles correram, inclusive foi um bucado pra Floresta e outro bucado pra Brasília e o Zé Cirilo que era um dos na época era como um chefe, lá né? Foi os que ele foram matá lá em Floresta, ele tinha uma vendinha em Floresta e eles foram e mataram ele lá dentro da venda, então a partir desse momento foi quando saiu todo mundo e aí ficou a situação que você viu lá, que parece um cemitério né? Ali é uma coisa triste né? Aquilo ali tá limpo, que fizemos festa lá pra vê se o pessoal se incentiva mais, fizemos reunião de várias localidades, na igreja, fizemos reuniões, tudo com a finalidade de formar essa Associação que até então a gente achava que era a melhor coisa, era eles organizando logo que a gente já sabia que eles tinha origem de quilombola mesmo.

Em seguida manifesta sua indignação sobre o atual presidente da Associação de Remanescentes de Quilombos de Massapê, Glaudiovani Oliveira

“_E eu quero até adiantar pra você o seguinte: que o Diovane durante esse período todinho, ele nunca esteve presente numa reunião dessa, nunca e se eu disser estou mentindo, inclusive tem o pessoal do IPA, num é que na época era EMATER que fazia

reunião junto comigo e o pessoal do Banco do Nordeste, e esse cidadão ele nunca esteve presente, então eu acho meio estranho, num é essa satisfação como eu falei pra você porque eu vim conhecer, saber que existia Associação Quilombola lá agora, porque até então eu nunca soube disso, e a sim a gente faz várias reuniões”.

Chegamos assim a criação da última associação, em 2007, agora sob a égide de associação de remanescentes de quilombos e numa relação mais complexa com o Estado, através da Fundação Cultural Palmares e do PISF através de ação de Glaudiovani Nunes.

Glaudiovani Nunes iniciou sua vida pública em trabalhos com o padre Evaldo Betti, na comunidade de Massapê. Ambos participaram ativamente do movimento pela emancipação de Carnaubeira da Penha para a categoria de município. Anteriormente, era distrito de Floresta. Após a emancipação Glaudiovani Nunes foi eleito vereador e presidente da Câmara. O padre Evaldo Betti não viveu para ver este momento.

A fundação da Associação de Remanescente de quilombos de Massapê Padre Evaldo Betti foi criada em 2007 como condição de inserção no PISF, e, por isso, sua conotação étnica. Entretanto, o estatuto social desta é vago neste sentido. A professora Maria da Penha, esposa de Glaudiovani Nunes é sua maior defensora. Ela coloca este como um visionário e abnegado em função das pessoas de Massapê. Para ela, *só teve o padre Evaldo e Diovani para lutar pela comunidade. Ainda, segundo ela, Glaudiovani consegue o que quer com as pessoas do Massapê, menos com os que moram em Floresta.* Seu depoimento mostra a influência parcial deste sobre os moradores. Após observação de campo, notou-se que sua *liderança* está subsidiada pela sua condição de representante legal e possuir uma terra e uma casa na comunidade. Entretanto, há questionamentos sutis ventilados durante o trabalho de campo. *„Ele até é meu cumpadre, mas não é parente da gente daqui do Massapê. Isso qu tenho que dizer!* Falou-me um informante, com olhares de aprovação entre outros moradores locais.

V. AMBIENTE E PRODUÇÃO NA COMUNIDADE DE MASSAPÊ.

A cultura particular de cada sociedade vai servir como base para a relação do homem com o meio ambiente em que vive. Ele pode e sempre será um transformador deste ambiente. A diferença está no tipo de transformação que ele vai proporcionar. Pode ser de conservação ou de predação. (Oliveira Junior, 2009).



Campo plantado no inverno com roças de feijão e milho.
Acervo PISF - Foto: Clodoaldo Cavalcante.

V. AMBIENTE E PRODUÇÃO NA COMUNIDADE DE MASSAPÊ.

Nossa herança cultural em relação ao meio ambiente inclui práticas predatórias sedimentadas já há muitos séculos: a caça e a queimada (coivara) são os exemplos mais gritantes. Por que ainda se admita o capricho de se caçar aves de arribação e outros animais silvestre como pacas, veados, preás, hoje o homem pode comprar carne em açougues e supermercados. A caça desses animais, hoje, não é pra suprir necessidades nutricionais. É pra farra e para a venda nas estradas. A caça predatória é feita por puro prazer. É do conhecimento geral que caçadores de aves de arribação chegam a matar milhares de aves por dia. Com certeza esse quantitativo não é pra matar a fome dos caçadores. É comum ver uma grande parte desse quantitativo de aves apodrecerem e ter como destino o lixo. Conseqüentemente, a natureza e o homem pagam por esse luxo desnecessário. (oliveira Jr, 2009).

Na antropologia, em especial, nas pericias antropológicas nas comunidades de remanescentes de quilombos se tem observado que a relação entre ambiente e produção é determinante para a apropriação da terra e dos espaços de maneira geral, e, a partir daí, perceber como é concebida a construção dos limites destes territórios.

Nesta parte serão abordado temas referentes a terra e trabalho, natureza e cultura, e, proposições para o sub-programa de desenvolvimento sustentável das comunidades quilombolas atendidas pelo Projeto de Integração do rio São Francisco. Assim, em relação à comunidade do Massapê serão abordados:

- a) Terra e trabalho: a apropriação da terra e a construção de seus limites, modos de ocupação tradicional, relações sócio-econômico-culturais de caráter interétnico, atividades, áreas e práticas produtivas
- b) Natureza e cultura: análise agrônômica e ecológica da terra, áreas imprescindíveis à proteção dos recursos naturais, área imprescindível à preservação dos recursos necessários ao bem estar econômico e cultural da comunidade de Massapê.
- c) Proposições para o desenvolvimento sustentável do Massapê:
 - ▶ Avaliação das dimensões da sustentabilidade referentes a ações e projetos e seus possíveis impactos junto à comunidade de Massapê

► Obras e empreendimentos necessários ao desenvolvimento sustentável na comunidade de Massapê

5.1. A apropriação da terra e os limites da comunidade de Massapê.

Nesta parte serão expostas e analisadas as categorias êmicas²³ⁱ²⁴ dos moradores do Massapê relacionadas às terras e ao ambiente onde vivem e sua lógica de apropriação dessas áreas e como entendem a configuração de seus limites.

A visão dos moradores do Massapê sobre a terra em que vivem está limitada a um olhar comum no qual esta não proporciona maiores condições de vida. Apenas sobrevivência. A idéia de que só se tem vida se *Deus mandar chuva* ou se *O prefeito mandar furar um poço* faz parte de uma ideologia comum no ambiente do semi-árido. Ambos os pensamentos colocam, em princípio, a agricultura irrigada como única alternativa, em segundo mostram o desconhecimento sobre o potencial econômico da caatinga – desde que manejada adequadamente.

A comunidade do Massapê não se faz notar em reuniões de interesse coletivo. A terra é vista como cansada. Não se fala sobre técnicas de plantio, em atividades como o *Dia no campo*, que capacita para a convivência com o semi-árido. A relação da comunidade com a terra é de uma atitude passiva (para um olhar de produtividade) ou de reflexão (atitude política de manter-se à distância de maiores sociabilidades). Na realidade, isto pode representar reações aos resquícios da violência que o Massapê passou.

²⁴ Êmico

Definição: São sistemas lógico-empíricos considerados como apropriados entre os nativos

Perspectiva do “nativo”

Visão local

É prescritivo

É cultural

Estruturas mentais

Ético

Definição: O uso de ferramentas para obter dados sobre os comportamentos locais observados

Perspectiva do Observador “externo”

Visão externa

É descritivo

É analítico

Estruturas comportamentais

Os limites do Massapê estão configurados pelo conjunto de terras pertencentes aos membros das duas famílias que representam a árvore genealógica da comunidade do Massapê: a família *Vicente* e *Salvador*. Vale salientar que os limites atuais da comunidade não são os mesmos de quando a terra foi comprada por Jacinto Nogueira (bisavô de Dioclécio Nogueira). Houve a compra de terras na área antes do riacho Grande (localidade de Queimadas) pelos moradores do Massapê, em especial, os descendentes de Dioclécio Nogueira. Houve também venda de terras para vizinhos. Isso, porém, *no tempo passado*, como dizem os mais velhos. Na atualidade dois pontos antônimos ao conceito de pertencimento ao Massapê são: as terras de Nozinho Gonçalves (falecido) que constitui uma faixa de terra encravada no território do Massapê na área que faz fronteira com a serra do Arapuá, e as terras de que foram compradas por Glaudiovani Nunes que está na área que faz fronteira com a área indígena.

Na atualidade os limites do Massapê²⁵ chegam até o cume da Serra do Arapuá, fazem fronteira com as terras indígenas Pankará, com as terras de Manoel Neves e os familiares dos Carvalho. Porém, na versão dos moradores os limites estão sempre sendo falados de forma discriminatória das propriedades individuais. Falam, por exemplo: “*As terras de Compadre Dioclécio. Ele num mora aqui mas tem as terras e os seus filhos cultivam*”. Assim, concebe-se o Massapê como a área inicial adquirida pelo bisavô de Dioclécio Nogueira, e, ao mesmo tempo reforça a idéia de pertencimento dele à comunidades do Massapê – mesmo que esteja morando no município de Floresta. A noção de pertencimento ao Massapê se dá a partir da noção de pertencimento às famílias de Joel Salvador e Dioclécio Nogueira (*dos Vicente*).

5.2. Modos de ocupação tradicional da terra pelos moradores de Massapê.

A ocupação da terra de maneira tradicional pelos moradores de Massapê é circunscrita à dependência das chuvas. Como vem sendo afirmado ao longo deste texto, a relação com a agricultura baseada em chuvas e/ou irrigação é a tônica que alimenta os

²⁵ Ver mapas referentes ao Massapê no capítulo VI – Conclusão.

sonhos e planos dos agricultores locais. Uma extensão desta concepção é a utilização de aditivos químicos (fertilizantes e inseticidas). Uma visão agroecológica é algo, ainda, não concebido.

O passado de Massapê nos remete às lembranças de plantações de algodão, de roças de mandioca, de fruteiras e da coleta de umbu, A utilização da fibra de caruá na confecção do artesanato e a utilização do barro para a fabricação de telhas e potes fazia parte da vida dos moradores. Evidentemente, a utilização de plantas medicinais também era uma constante.

Na atualidade, os discursos e relatos nos colocam um mundo no qual os moradores desconhecem (ou buscam desconhecer) este conhecimento. A dependência, cada vez maior, com materiais de um universo urbano é um crescente.

Essa configuração sócio-cultural na qual as diferenças culturais entre os universos rural e urbano ficam cada vez menos distantes é uma realidade observada em muitas comunidades rurais. O hiato –antes comum- em forma de costumes, percepções e interesses nesses mundos se confunde nas atitudes dos moradores. Obviamente, os mais velhos apresentam uma resistência maior aos novos costumes. Por outro lado, os jovens se colocam como vetor para mudanças, novidades e novas percepções sobre o universo que os cerca. É comum, a busca por um mundo no qual a informática, por exemplo, é uma atividade cabal.

Escrever sobre tradição na ocupação da terra no Massapê não pode ser vislumbrado ignorando todas essas mudanças que são estruturais na sociedade atual. E, ao mesmo tempo, não se pode esperar a manutenção de um estilo de vida *predominante rural* pela própria história da comunidade: as mortes de seus membros, a fuga para Floresta, o abandono das roças, das casas e do comércio. Lá a vida, em todos os aspectos, é uma relação com o passado através de uma memória que teima pela não verbalização/socialização de seus acontecimentos de forma direta. Fala-se de forma velada e consistente. Ao mesmo tempo em que se omitem e confundem quem pergunta sobre nomes ou datas. O que se fala é pulverizado. Se mantém um pé no passado, e, se projeta com muita timidez para o futuro. Ocupar e trabalhar a terra no Massapê ocorre

de forma quase invisível, como se não quisesse chamar a atenção. Os que ficaram com a lida da terra, optaram pelo silêncio. A consequência são as relações de apoio mútuo, baseadas no parentesco serem pouco expostas. Claro, se continua trabalhando a terra com a ajuda de parentes. Entretanto, circunscrito ao ambiente da família nuclear.

5.3. Relações sócio-econômico-culturais da comunidade de Massapê e seus vizinhos.

No que diz respeito às relações intersocietárias, entre o Massapê e sua vizinhança, podemos nortear esta situação a partir do pensamento de João Pacheco de Oliveira Filho²⁶ que concebe o contato interétnico em si, como o dado de maior relevância, onde para tal, faz-se necessário o uso da noção de Situação Histórica que:

“poderia ser definida pela capacidade que assume temporariamente uma agência de contatos de produzir, através da imposição de interesses, valores e padrões organizativos, um certo esquema de distribuição de poder e autoridade entre os diferentes atores sociais aí existentes, baseada em um conjunto de interdependências e no estabelecimento de determinados canais para resolução de conflitos (Oliveira Filho, 1988)”.

Ou seja, a visão dos próprios quilombolas sobre o processo social em que estão inseridos é parte no construir de sua história.

Devido à sua desarticulação social a comunidade do Massapê não tem relações complexas com seus vizinhos. As andanças e conversas estão dependentes de interesses comuns ligados à sobrevivência de ambos, como as chuvas ou um animal perdido, e, agora com mais ênfase, *o projeto dos quilombolas*.

De forma geral, o *padrinho branco*, Ernesto sempre foi uma figura marcante na vida do Massapê. Dono de farmácia na vila comercial, atendente de enfermagem no posto de saúde local. Na atualidade é compadre de vários moradores do Massapê.

Com os outros proprietários de terras vizinhos as relações são amistosas, porém sem maiores envolvimento social. Com os indígenas Pankará mantém uma relação que

²⁶ João Pacheco demonstrou claramente seu pensamento em su livro *O Nosso Governo: os Ticuna e o regime tutelar*. Este referencial também está sendo utilizado para tratar do caso so Massapê.

vai pouco além da presença de uma professora de sua etnia ensinando na escola do Massapê.

A inclusão da comunidade do Massapê no Projeto de Integração do São Francisco favoreceu esta a partir da perspectiva dos benefícios que serão implantados na comunidade. A própria *entrada* de Glaudiovani Nunes está subsidiada nesta possibilidade. As informações na sede do município Carnaubeira da Penha e nos municípios de Mirandiba e Floresta vêm no rastro dessa novidade.

A vizinhança local, com exceção de Ernesto Carvalho não é notada nem referendada nas falas, e, a que tudo indica, nas relações sociais. Até nesse aspecto paira um sentido de pouca mobilidade. Entendemos essa ação não como sinal de passividade, mas de uma estratégia política que possa atender interesses próprios.

A situação ora estabelecida na área revela uma estrutura complexa de relações onde os atores sociais manifestam performances as mais variadas possíveis, em função de uma questão maior: a posse e usufruto da terra.

O campo intersocietário é configurado por uma rede complexa de relações onde os papéis de dominado e dominante não são definidos - nem estáveis- mas sim, alternados entre as partes em função das demandas colocadas numa situação Histórica.

5.4. Atividades produtivas na comunidade de Massapê: áreas e equipamentos.

As atividades da produtividade de expressividade são as práticas agrícolas das chuvas. Plantam feijão e milho nesse período. Guardam uma parte pra consumo durante o ano seguinte. Guarda-se uma parte para plantar, quando das novas chuvas. Em alguns poucos casos, vende-se o excedente.

As áreas reservadas ao plantio são os baixios que acumulam um solo úmido e fértil. Os equipamentos utilizados com maior frequência são o carro de boi com o arado (que pode ser alugado junto com o condutor ou de propriedade da família) e o trator (geralmente alugado pelos aposentados que usam parte do salário). Este último recurso está relacionado a um inverno *bom*, isto é com chuvas regulares. A colheita de umbu,

antes fonte de renda, está pouco aproveitada. O umbú é exclusivamente para o consumo humano. Até a prática da umbuzada, está pouco lembrada neste inverno.

A comunidade mantém, porém abandonadas, casas de farinha na serra do Arapuá. Na comunidade a estrutura para funcionar uma casa de farinha está, também, abandonada. As máquinas foram levadas da casa. Não há portas nem janelas. O prédio novo, também, é uma marca do abandono local. Entendemos como equipamento produtivo a escola local. Pelo fato de não ter uma estrutura física adequada e estar, também, abandonada em suas necessidades, vemos a escola como um equipamento relacionado à produtividade educacional sendo sub-utilizado.

No geral, a produtividade do Massapê, independente das áreas utilizadas e dos equipamentos disponíveis dependem, com maior intensidade, de dois fatores: a presença de chuvas e o dinheiro da aposentadoria dos idosos. As fotos abaixo mostram aspectos citados. No caso da casa de farinha e da escola mostramos fotos e a planta baixa dos mesmos.



Roça plantada em área de baixio (riacho seco) no inverno.
Acervo PISF - Foto: Edilson Teixeira



Roça plantada no barro vermelho, no inverno
Acervo PISF - Foto: Edilson Teixeira



Visão lateral da casa de farinha
Acervo PISF - Foto: Clodoaldo Cavalcante



Visão frontal da casa de farinha.
Acervo PISF - Foto: Clodoaldo Cavalcante.



Fachada da escola
Acervo PISF - Foto: Clodoaldo Cavalcante



Banheiros da escola
Acervo PISF - Foto: Clodoaldo Cavalcante



Visão lateral da escola
Acervo PISF – Foto: Geraldo Barboza

5.5. Práticas produtivas: cosmologia, sociabilidade, reciprocidade e divisão social do trabalho.

A produção nas terras não ocorre de forma sistemática. Vários fatores influenciam o trabalho, desde a interferência divina até a renda dos aposentados que serve para mantê-lo dono de fato de suas terras através da contratação de trabalhadores da própria comunidade.

A interferência divina sobre os ciclos da chuva faz parte da rotina de trabalho sertanejo. Na comunidade do Massapê não podia ser diferente, já que a estrutura está defasada em relação às demandas atuais. O dia de São José foi acompanhado com expectativa pela chuva. Chovendo neste dia, diz a tradição que choverá o ano inteiro. Ou, em outras palavras, será um ano bom para a agricultura.

Sendo a terra do Massapê estruturada em lotes de famílias nucleares, as categorias de sociabilidade, reciprocidade e divisão social do trabalho estão estreitamente vinculadas aos laços de parentesco. As relações da comunidade estão embasadas no pertencimento às famílias matrizes.

Com os moradores do Massapê toda e qualquer forma de sociabilidade passa por este corredor político, no qual as paredes são as duas famílias. Transitar pelo meio deste corredor, ou seja, entre as duas famílias requer tato que demanda tempo. A urgência temporal da pesquisa de campo fez surgir alternativas, ao longo das entrevistas, de criação de sociabilidade e confiança por parte da equipe entre os moradores do Massapê, em Carnaubeira da Penha e Massapezinho, em Floresta.

De forma geral existem várias relações que são estabelecidas: com os vizinhos, com os representantes do Estado, em suas várias esferas, com o Movimento Negro e com a sociedade como um todo. A reciprocidade é uma consequência de uma demanda que seja útil para todos os lados. No caso da pesquisa para o trabalho de campo, isto foi negociado com a comunidade em Massapê, em Massapezinho e o DNER através de seus representantes.

A divisão social do trabalho na comunidade é então, em primeira instância, consequência de uma interferência divina, depois, da observação do sertanejo sobre

sinais diacríticos de um inverno favorável ou não à agricultura, tais como ninhos de pássaro na parede do açude, que determina o nível da água no ano, e, a florada do Umbú, que se chega com o pé *muito carregado* (de flores) é sinal que o umbu não vai precisar tirar água de sua reserva (a raiz – uma batata) porque *ele*, o umbuzeiro pressente a quantidade de água que vai vir.

O trabalho em si é feito pelos próprios proprietários em suas terras ou em lotes alugados de terceiros. Neste caso, quem tem aposentadoria tem vantagens setoriais: pode contratar mão-de-obra entre os parentes para cultivar suas roças. Mesmo assim, as pessoas, com mais de 80 anos, trabalham normalmente na *lida* da roça. O fato de poder pagar confere aos idosos uma forma de participar ativamente do poder na comunidade. O respeito é consequência de poder distribuir riqueza entre os seus parentes.

Como exemplos pode-se citar Joel Salvador que trabalha em roças localizadas no pé da serra do Arapuá e, ainda mantém uma roças na parte de cima da serra. Sua esposa, Dona Mocinha, também planta feijão em um lote que é seu por herança (anexado às terras de Joel Salvador). Outro exemplo, Dona Judite que mora na área urbana de Carnaubeira da Penha, e trabalha diariamente em uma plantação de feijão e milho em uma roça alugada na periferia da cidade, e, ao mesmo tempo, aluga parte de suas terras no Massapê e cede outra parte para seus sobrinhos plantarem. Onde quer que se more, são as atividades agrícolas que movem a maior parte das relações sociais ligadas ao trabalho. Mesmo em Massapezinho, as pessoas continuam trabalhando na agricultura, em particular, nas plantações de cebola.

Entretanto, não podemos omitir as iniciativas de alguns familiares em relação aos filhos. Existem jovens nas comunidades que já cursara o ensino médio e tem formação em informática. Esta é realizada através de uma escola de informática que existe em Carnaubeira da penha. As mudanças necessárias virão por consequência de um investimento na juventude local em todos os aspectos relacionados à vida no Massapê, sem estar excluído no processo de globalização social que ocorre em toda a sociedade. Ao mesmo tempo, deve-se criar um senso crítico nos jovens sobre sua própria realidade.

5.6. Análise agronômica e ecológica da terra da comunidade de Massapê.

Analisar sob os pontos de vista da agronomia e da ecologia remete-nos aos conceitos e práticas relacionadas ao entendimento que:

“Orgânico, ecológico, natural e sustentável, biológico, biodinâmico, são nomes dados às diversas linhas de trabalho no campo para a produção de frutas, cereais e produtos e origem animal que são livres de agrotóxicos, herbicidas, hormônios e outros venenos sintéticos perigosos à saúde e ao meio ambiente”.(Fickert, In: Kuster et alli, 2004).

Neste trabalho utilizaremos estas categorias como referência para nossa análise. Agricultura orgânica e agroecologia. Ambas, em princípio tem um cuidado especial com o solo. Mas, grosso modo podemos entender que:

“... agricultura orgânica implica manter diversidade de culturas, produzir seus próprios insumos, como semente, adubos etc. e usar métodos de controle e manejo natural, preservando o equilíbrio ambiental. Agroecológico significa também que se enfatiza a economia local, promovendo boas relações com os vizinhos, em geral, preservando a saúde da terra e dos que nela vivem”. (Fickert, In: Kuster et alli, 2004).

Na comunidade do Massapê a agricultura praticada é a tradicional. A utilização de insumos químicos não é em larga escala na comunidade. Entretanto, isto é resultado de pouca atividade agrícola na terra. O próprio conceito de agricultura familiar não é defendido pelos moradores locais que se autodefinem como apenas agricultores.

Existe na comunidade a serra do Arapuá que preserva em suas matas, arvores de porte médio a grande. Mangueiras, situadas em um baixio, que se mostram na aridez da paisagem chamam a atenção de quem caminha pelas terras do Massapê. A própria caatinga em sua maioria está mantida. Em parte, esta situação é também resultado da pouca atividade agrícola. Até mesmo as terras no riacho Grande não estão sendo

aproveitadas para plantar batatas (prática comum em riachos secos que mantém a umidade).

Na comunidade do Massapê as matas, de maneira geral, encontram-se em processo de recuperação onde antes houve roças e mandioca. Na atualidade, a comunidade não pratica mais a *farinhada*. Esta atividade demanda uma mão-de-obra e uma estrutura de beneficiamento, coisas com as quais a comunidade não conta. Mesmo a possibilidade de *torrar farinha* em casas de farinha de outros proprietários não está ventilada. As suas próprias casas ou foram abandonadas ou destruídas. A presença de grande quantidade de pés de umbu mostra um potencial econômico também pouco explorado, mas promissor.

Por fim, podemos argumentar que a pouca devastação ambiental no Massapê é, de forma geral, resultado da pouca exploração devido ao abandono do território por cerca de 90% de sua população.

Mata fechada de caatinga no pé da serra do Arapuá
Acervo PISF - Foto: Clodoaldo Cavalcante



Plantação de feijão e milho nos baixios de terra úmida. Antes de começarem a surgir as plantas, o gado é colocado para pastar e adubar o pasto.

Acervo PISF – Foto: Edilson Teixeira



Roça de inverno no baixio das mangueiras.
Acervo PISF - Foto: Edilson Teixeira.

5.7. Áreas imprescindíveis à proteção dos recursos naturais e ao bem-estar econômico e cultural da comunidade de Massapê.

A Cultura pode ser definida como sendo o resultado de todo comportamento apreendido pelo homem enquanto pertencente a um grupo social. O homem é, ao mesmo tempo, produtor e produto da cultura, e também, processo e resultado do meio onde vive. O clima e a altitude, as matas, os rios, os lagos e o mar, a seca e a poluição, o trânsito engarrafado e o fim da tarde na praia são como molduras que incluem e influenciam as relações humanas em ritmo, intensidade e formas comportamentais. (Oliveira Junior, 2009).

Considerar o meio ambiente como um indicador social significa compreendê-lo além de sua face meramente física e natural, mas como um elemento da maior importância na constituição das relações e processos humanos que servirão como base cultural de toda e qualquer comunidade. (Oliveira Junior, 2009).

Dois elementos mostram com maior nitidez a natureza no Massapê: o bioma caatinga em si e a serra do Arapuá. O primeiro deve ser preservado para um aproveitamento de seus recursos através de manejo conseqüente. O segundo, a serra, concentra uma história local relacionada à plantação e à produção de farinha de mandioca, além da presença, no passado, de várias casas de farinha no alto da serra. A serra tem pequenas fontes (nascentes) de água que resistem ao período de seca.

O território do Massapê que inclui terras com predominância maior de habitações deve ser revitalizado. Natureza não é só mato. A presença humana é um recurso da natureza de maior importância, pois é ele que com sua ação antrópica altera biomas. A área do Massapê que faz fronteira com a serra do Arapuá é destinada à agricultura. Esta atividade vai até o cume da serra, mantendo o hábito de desmatar de acordo com a necessidade. É fundamental que a comunidade do Massapê pense a serra do Arapuá como uma área de preservação permanente. Evidentemente, essa possibilidade passa por um acordo de manejo sustentável da área da serra.

Assim, pensar áreas imprescindíveis à preservação dos recursos naturais deve estar em consonância com a perspectiva da presença humana e suas atividades cotidianas. O Massapê deve ser pensado assim. O meio ambiente local incluindo aí o homem. Maiores detalhes com visão espacial encontram-se no próximo capítulo (conclusivo) com sugestão por mapas de pontos georeferenciados.

As fotos na página seguinte exemplificam e mostram o bioma da serra e da caatinga alterada:



Bioma caatinga em ambiente antrópico no período de chuvas.
Acervo PISF – Fotos: Edilson Teixeira



Bioma Caatinga em ambiente no período de seca.
Acervo PISF – Fotos: Edilson Teixeira



Serra do Arapuá.
Acervo PISF – Fotos: Edilson Teixeira



Detalhe da Serra do Arapuá
Acervo PISF – Fotos: Edilson Teixeira

5.8. Avaliações das dimensões da sustentabilidade referentes a ações e projetos e seus possíveis impactos junto à comunidade de Massapê.

Segundo o economista Antônio Rocha Magalhães (In, Cavalcanti, 1995:418)

“Há inúmeras definições de desenvolvimento sustentável. Isso não impede que exista unanimidade em torno da idéia básica por trás do conceito, ou seja, desenvolvimento com equidade social intrageração e entre gerações. O mesmo não é verdade, contudo, em relação à operacionalização do conceito. Todos são favoráveis ao desenvolvimento sustentável, mas pouco se aprendeu sobre como promovê-lo e, particularmente, como introduzi-lo em nível do planejamento nacional, regional ou local. Não há metodologias disponíveis para o planejamento do desenvolvimento local.”

Entretanto, a universalização desse conceito ainda encontra barreiras na sua aplicabilidade. Isto devido à necessidade de pensar de forma pluri/multi ou transdisciplinar, que em nosso cotidiano constitui, ainda, um desafio. Para Magalhães (In, Cavalcanti, 1995:418):

“Trata-se de um conceito novo, que ainda não teve tempo de incorpora-se ao corpo das doutrinas de desenvolvimento econômico e planejamento. É ainda mais recente o interesse dos economistas pelo tema. Embora crescente esse interesse, a maioria dos economistas e dos políticos que tratam da questão do desenvolvimento ainda vêm com desdém ou desconfiança a idéia de sustentabilidade”.

Mesmo passado décadas de reflexão em torno da temática da sustentabilidade, na prática, pouco se tem avançado. Essa aparente falta de interesse pode ter algumas explicações (Magalhães, In, Cavalcanti, 1995:418):

“●Primeiro, idéias novas geralmente levam algum tempo para seu pleno amadurecimento e aceitação. Se isso é verdade, deve-se esperar algum tempo até que o novo conceito seja plenamente incorporado”.

“●Segundo, o conceito de desenvolvimento sustentável surgiu a partir da preocupação com os problemas ambientais e os problemas globais, estando fortemente

presente o viés ambiental. A maioria das pessoas, mesmo as mais esclarecidas, ainda pensam o desenvolvimento sustentável como assunto exclusivo dos ambientalistas. Em boa medida, a corrente principal da política econômica continua ignorando a questão”.

“•Terceiro, a crise e as transformações econômicas dos anos 80 e início dos 90 fizeram diminuir o prestígio da atividade de planejamento em geral, tornando ainda mais difícil a introdução de novas dimensões no processo de planejamento”.

Vários fatores corroboram para uma aceitação e participação em projetos sociais em comunidades tradicionais. Em primeiro lugar, a pertinência dos objetivos do projeto com a estrutura social, econômica e, principalmente, cultural da comunidade. Depois, a capacidade que estas ações poderão fornecer ao fortalecimento da estrutura associativa da comunidade. E, por fim que as comunidades possam se empoderar, de fato, de sua vida social. Óbvio, os projetos, para serem mola propulsora do desenvolvimento local sustentável devem partir do conceito de inclusão. Na prática, criação e fortalecimento de grupos de responsabilidade social e de produtividade baseados na estrutura de poder e da auto-identificação das pessoas da comunidade (aí está inclusa a idéia de trabalhar com a perspectiva de gênero e geração na formação dos grupos.

Na comunidade do Massapê, isto não foge à regra. A recepção positiva de projetos na comunidade não depende, em grande parte, da inclusão dos jovens no empoderamento de sua realidade. São eles os mais prejudicados pela ausência de ocupação e renda, ou ainda mais, quando são subproveitados. Este é o caso de Adriana Maria da Silva, que tem o magistério e foi contratada, através de concurso, para ser auxiliar de serviços gerais na escola. Ela, dessa forma, se torna um exemplo que não reforça a auto-estima das crianças locais ao verem sua parente e eles em posição de comandados (a servente e os alunos da comunidade X os professores de fora). Existem jovens com cursos na área de associativismo.

De maneira geral, uma assessoria contínua é um dos caminhos. Nesse sentido, existe a possibilidade de se criar uma parceria entre a comunidade do Massapê e a ONG Conviver e do Centro de Cidadania Zumbi dos Palmares, que atua no município de Murandiba. Esta organização está implantando um escritório no município de Carnaubeira da Penha. Outras possibilidades incluem uma articulação com a Coordenação estadual de comunidades quilombolas e outras organizações como o Centro Luis Freire.

Evidentemente, essas mudanças passam pela capacidade de empoderamento da comunidade e sua organização de entrar no processo de crescimento organizacional. Esta condição está atrelada ao exposto acima. Ou seja, não depende somente da comunidade, mas sim, de um esforço conjunto de todos os atores sociais envolvidos com a Comunidade de remanescentes quilombolas de Massapê. Isso, evidentemente inclui uma assistência aos moradores das áreas de Massapezinho e DNER no município de Floresta.

5.9. Obras e empreendimentos necessários ao Desenvolvimento Sustentável na comunidade de Massapê.

Neste trabalho utilizamos a definição operacional de desenvolvimento sustentável de Antônio Rocha Magalhães que relaciona este à

“capacidade de permanecer ao longo do tempo. Em outras palavras: é o desenvolvimento durável, em todas as suas dimensões. Além do aspecto global, destacamos quatro dimensões: econômica, social, ambiental e política”

Ainda, segundo este autor:

“Outras dimensões podem ser acrescentadas, por exemplo, a dimensão cultural, relativa à capacidade de preservação dos valores que asseguram a identidade cultural de um povo e permite a introdução de novos

valores necessários para dar suporte às transformações sociais e econômicas”.

Tendo como base a classificação acima vamos às obras e empreendimentos necessários ao desenvolvimento sustentável de Massapê. Evidentemente, devemos pensar na interrelação entre as diversas dimensões.

Como exemplo desta interrelação, temos a necessidade do **acesso à água** pelos moradores da comunidade do Massapê. Esta é condição *sine quae non* para se pensar a vida, em todas as suas dimensões, na comunidade.

5.10.1. Dimensão Econômica. Relativa à capacidade de sustentação econômica dos empreendimentos.

► **Obras:**

a) **Recuperar a parede do açude.** Para o aumento da capacidade de produção agrícola a partir da água represada. Isto também implica na geração de trabalho e renda para os moradores locais.

b) **Construir um segundo açude na área a ser adquirida.** Para o estímulo de outras atividades produtivas desenvolvidas nesta área, como horticultura orgânica com grupo de mulheres e jovens e piscicultura.

c) **Construção de uma fábrica de doces.** Em especial a fabricação de doces e geléia de umbú e de outras frutas locais para a geração de trabalho e renda para mulheres e jovens. Pode-se pensar no aproveitamento do espaço da casa de farinha. Esta, depende da realização de obras de reforma e adaptação do prédio para outros fins.

► **Empreendimentos:**

a) **Apoio a caprino-ovinocultura.** Capacitação e aquisição de rebanho para produção de leite e carne. A Prefeitura Municipal de Salgueiro tem um aporte financeiro, através do Programa Compra Direta, para adquirir mensalmente 1.000kg de carne e também o leite de caprinos entre os pequenos agricultores. Nem sempre essa

cota é conseguida. Faltam carne e leite de cabras no mercado local. A produção é incipiente. O resultado esperado é a manutenção de um rebanho de forma permanente, reduzindo a prática de pecuária sazonal (engorda de ovinos e caprinos no período de inverno e venda no período de seca).

b) Apoio à apicultura. Criação de um grupo de produção de mulheres e de jovens para geração de trabalho e renda.

c) Apoio à agricultura. Para otimização do potencial agrícola local e criação de uma nova perspectiva de produtividade baseada na convivência com o semi-árido. Neste sentido, a idéia de agricultura de *sequeiro* deve ser incorporada às práticas locais.

c.1. Fruticultura para fabricação de doces caseiros.

c.2. Assistência técnica para manejo da catinga para produção de forragem para o rebanho de ovinos e caprinos.

d) Oficina de capacitação em Informática: montagem e manutenção de computadores. Para gerar qualificação profissional para os jovens e abrir a possibilidade de acesso a um mercado crescente.

5.10.2. Dimensão Social: diz respeito à capacidade de incorporar as populações marginalizadas, reduzindo desequilíbrios sociais que desestabilizam a sociedade.

► **Obras:**

a) Recuperação da escola: Recuperação da estrutura física: paredes, esquadrias, cobertura. Reforma para colocação de uma varanda ao redor de toda a escola, colocar energia, colocar água encanada ou adotar o uso de cisternas com motor para levar água a uma caixa d'água elevada, e, distribuir para a cozinha e os banheiros da escola.

b) Recuperação do cemitério: paredes, túmulos, limpeza geral.

c) Recuperação da capela: paredes, cobertura, limpeza em geral. E apoio à Festa que ocorre em função da novena que está voltando como costume.

d) **A Praça e a vila comercial.** O que fazer? É uma pergunta sem resposta absoluta. Alguns moradores ventilam a possibilidade de retornar, reconstruir e morar novamente na área da vila comercial. Outros não. Nessa circunstância, o tempo é o maior aliado para essa solução. A resolução deve ser feita levando em consideração cada caso individualmente.

e) **Outras obras:** como a **Construção de casas, Construção de banheiros, do Posto Telefônico, do Posto de saúde** e do prédio para funcionar como **Território digital**, já estão contempladas nas ações do PISF, que surgem através de parcerias do Ministério da Integração

► **Empreendimentos:**

- a) Estruturação da escola para esta funcionar com instrumentais necessários à formação de cidadãos a partir da educação de 1^a. `4^a. Série. TV, DVD, filmes, antena parabólica, geladeira, fogão a gás, gravador digital, biblioteca, filmoteca, computador, impressora, ventiladores de teto etc.
- b) Criação de um time de futebol na comunidade.
- c) Criação de uma banda de música da Comunidade do Massapê.

5.10.3. Dimensão Ambiental: relativa à necessidade de conservação dos recursos naturais e da capacidade produtiva da base física. Educação ambiental e agroecologia podem ser vistas como carro chefe de um programa de apoio nessa dimensão. O desafio maior é, não pela implantação, mas pela manutenção de uma novo modo de encarar e se relacionar com o meio ambiente.

► **Obras:**

- a) Implementar um projeto de plantio de mudas de árvores, ao redor da escola e na frente da sede da Casa de Farinha.
- b) Implementar um programa de distribuição de mudas de árvores frutíferas, adaptadas ao semi-árido, para serem plantadas nos pátios das casas

► **Empreendimentos:**

- a) Implementar na escola um programa de educação ambiental a ser aplicado com os alunos. Trabalhar a questão ambiental desde as primeiras séries na escola local.
- b) Oficinas de capacitação em Convivência com o semi-árido.
- c) Oficinas de capacitação em Agricultura orgânica.

5.10.4. Dimensão Política: relacionada com a estabilidade dos processos decisórios e das políticas de desenvolvimento.

► **Obras:**

- a) Recuperação do prédio da Casa de Farinha para funcionar como sede da associação da comunidade e também para local de treinamento.

Anexos: (1) planta baixa da casa de farinha.

(2) planta baixa com sugestão para adaptação para sede da associação.

► **Empreendimentos:**

- a) Oficina de Associativismo.
- b) Oficina de Desenvolvimento Local Sustentável.
- c) Oficina de Gestão dos Equipamentos Comunitários.
- d) Criação de Grupos de Responsabilidades (GR's) para a gestão de assuntos de interesse coletivo.

5.10.5) Dimensão Cultural:

- a) Oficinas Identidade quilombola.
- b) Oficina de Cultura Afro-Brasileira

b.1. Oficina de capacitação em cabeleireiro, com especialização em cabelos e estética afro-brasileira.

b.2. Oficina da criação e manutenção de um grupo de capoeira para crianças e jovens a partir da escola local.

c) Oficina para produção de vídeos-documentários.

Estas medidas colocadas vêm de encontro ao que foi observado como demanda ao impulso necessário ao Desenvolvimento Local Sustentável. Evidentemente, a formação de parcerias com os setores público, privado e o terceiro setor são profícuas para os fins desejados. Em se tratando do Terceiro Setor a participação de organizações vinculadas à organização quilombola em nível estadual e regional devem fazer parte desta parceria.

Acreditamos que as medidas acima colocadas contribuirão, em um primeiro momento, para o fundamental processo de empoderamento da comunidade de Massapê sobre suas necessidades.

VI. CONCLUSÃO

“É este o “sumo”, o olhar “desde dentro” que o trabalho de campo etnográfico poderá conseguir. Sem esta dimensão experimental da memória social “cozida” pelo cotidiano, dificilmente podemos chegar a compreender as questões requeridas nos laudos. É a “visão nativa” que estabelece, orienta e propicia o diálogo com os documentos históricos, e sem ela muitas perguntas deixam de ser formuladas e muitas respostas deixam de ser dadas – certamente as que trazem maiores novidades. A vasta experiência e os exemplos disponíveis de trabalho de campo etnográfico têm demonstrado que o “ser daqui” e o “ser de lá” não é auto-explicativo, não é algo imediatamente evidente. Inscreve-se em um campo permeável de relações sociais e de modo algum chegamos a compreendê-lo completamente em sua dinâmica, complexidade e totalidade”. (Leite, 2004:36).



O Massapê em sua plenitude: serras com vegetação e fonte de recursos naturais e uma roça plantada de milho e feijão.

Foto: Edilson Teixeira

VI. CONCLUSÃO

Neste capítulo trazemos à tona duas questões fundamentais no Relatório Antropológico: a proposta de delimitação da área para o Massapê e uma proposta para um Plano de Desenvolvimento Sustentável do Território do Massapê, comunidade classificada como remanescente de quilombos, situada no município de Carnaubeira da Penha, Sertão de Pernambuco.ⁱⁱ²⁷

A comunidade do Massapê é de fato uma comunidade remanescente de quilombos. Isto atestado pelo conjunto de categorias referentes à identidade étnica negra e quilombola colocadas ao longo do texto.

As demandas e soluções sugeridas e elencadas neste Relatório Antropológico levam em conta a estrutura social e cultural da comunidade. A relação destas sugestões com conceitos do universo da agroecologia não foram por acaso. Entendem-se que esta é uma modalidade de prática agrícola sustentável que encara o mercado como parte da construção da natureza em produto. Dessa maneira, o produtor pode ver seu papel no mercado e tentar se empoderar dos processos de produtividade.

Massapê é uma oficina para um aprendizado do humano. É lá naquelas ruínas que a nossa arrogância de natureza acadêmica/técnica/ou de militância é questionada em suas práticas e seus resultados. Massapê é uma história de uma guerra velada – nem sequer entrou pra história, mas de resultados devastadores. As ruínas, o abandono, a depredação, a falta de empoderamento e de perspectiva de vida digna é grande. Falta água pra se beber. O resto é consequência.

Massapé é grande na sua história. Vemos sinais de vontade de crescer na expectativa dos benefícios acertados e, alguns, parcialmente, já encaminhados através das parcerias do PISF com outras instâncias do Governo Federal.

²⁷ Área conhecida como Polígono da Maconha.

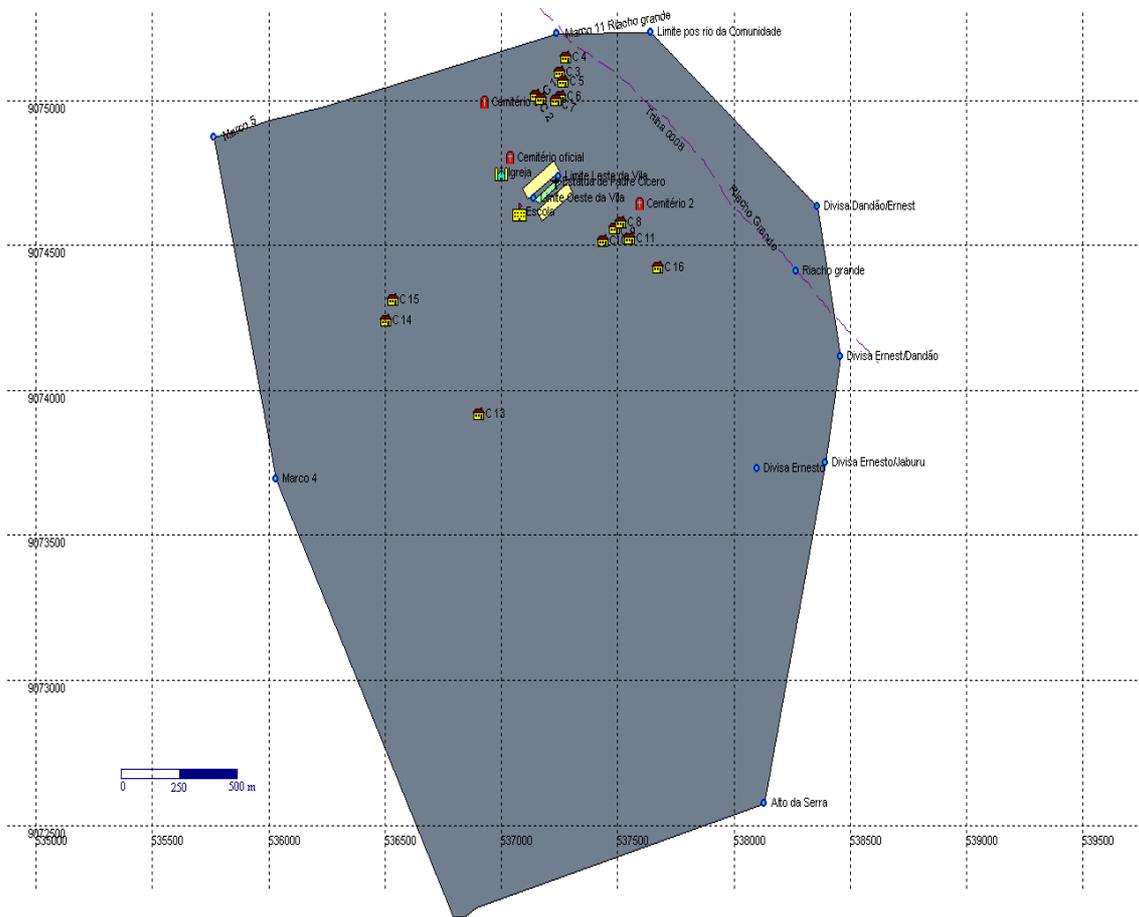
6.1. PROPOSTA DE DELIMITAÇÃO DO TERRITÓRIO DA COMUNIDADE DE MASSAPÊ.

Podemos fazer um exercício de visualizar a área proposta como território de Massapê, a partir de nossa entrada na comunidade. Começamos definindo o início do território com terras dos descendentes de Dioclécio Nogueira, na área conhecida como Queimadas, situada antes do riacho Grande. Seguimos passando pela vila comercial abandonada, até as terras de Joel Salvador, que definem o fim do território a partir da fronteira com as terras de Manoel Neves ao fundo e á área indígena Pankará (à direita de quem entra). Pelo lado esquerdo de quem entra, temos um conjunto de lotes que pertencem ao território do Massapê. São os que iniciam logo após as terras de Ernesto Carvalho, com as terras de Luiz Vicente, e seguem até as terras do Cícero Pandú. Estes lotes seguem até próximo ao cume da serra do Arapuá. Por outro lado, colocamos um resumo da visão dos moradores do Massapê:

“_As terras do Massapê, assim, são todas que se iniciam com o lote de Joel Salvador; depois faz fronteira com a área indígena Pankará e desce até depois do riacho grande. Depois vai em caminho de Ernesto Carvalho. Vizinho começa o lote de Luiz Vicente subindo até a cabeça da serra do Arapuá. Lá dobra-se em perpendicular e segue pelos lotes de: Dioclécio, Preta, Pedro Constâncio, alguns lotes dos Nogueira, o de Nozinho Gonçalves e o de Cícero Pandú. Aqui faz fronteira com as terras de Manoel Neves. A área que faz fronteira com as terras de José Miúdo e os lotes de Pedro Cosntâncio até Cicero Pandú constitui as terras de Joel Salvador”.

Em termos de referencial geográfico o território do Massapê apresenta as seguintes coordenadas distribuídas em uma poligonal que representa o território proposto para o reconhecimento das terras dos moradores do Massapê. Abaixo colocamos um mapa elaborado a partir destas referências.

- Marco 04: 24 L 0536033 E / 9073692 N
- Marco 05: 24 L 0535766 E / 9074870 N
- Marco 11:24 L 0537241 E / 9075226 N
- Limite pós rio: 24 L 0537643 N / 9075230 N
- Riacho grande: 24 L 0538269 E / 9074405 N



LEGENDA

Marco 04: 24 L 0536033 E / 9073692 N

Marco 05: 24 L 0535766 E / 9074870 N

Marco 11: 24 L 0537241 E / 9075226 N

Limite pós rio: 24 L 0537643 N / 9075230 N

Riacho grande: 24 L 0538269 E / 9074405 N

CASA 01: Tijolo (Francisca Regina da Silva)

CASA 02: Tijolo (Coraci Argentina da Silva)

CASA 03: Tijolo (Argentina Ana da Conceição)

De forma grosseira podemos delimitar o território do Massapê por três grandes lotes de terras (diferenciados em função de suas atividades e/ou localização). Primeiro, os lotes anteriores ao riacho Grande, depois os lotes que se iniciam após o riacho Grande e seguem em linha reta até as terras de Joel Salvador, e, por fim, os lotes de terras localizadas depois de Ernesto Carvalho, iniciando com Luiz Vicente até Cícero Pandú, e que seguem até a serra do Arapuá.²⁸

A proposta de delimitação do território do Massapê leva em consideração dois aspectos. O reconhecimento de que partes das terras do território foram vendidas anteriormente a fazendeiros brancos vizinhos. E, por outro lado, novos membros parentes de Dioclécio Nogueira adquiriram lotes de terra na área conhecida como queimadas (pedaço de terra anterior ao riacho). Percebemos que uma dinâmica de ampliação do território (através da compra de terras) sempre constituiu prática comum na apropriação das terras do Massapê. Particularmente entre os parentes de Dioclécio Nogueira.

Reconhecemos também que dentro do território do Massapê existem duas propriedades que não são de remanescente de quilombolas: a propriedade de Nozinho Gonçalves (falecido) e a propriedade de Glaudiovani Nunes. Em relação às terras de Nozinho Gonçalves é sugerido que este lote seja adquirido para a comunidade do Massapê e que esta seja legalizada como área destinada à reserva ambiental. Há um consenso local que não haverá dificuldade para a compra desta terra. Deve-se pensar esta possibilidade. As terras, pelo fato de constituírem terras de proprietários com lotes de tamanho reduzido, quando as chuvas permitem, são todas destinadas à agricultura.

É mister, que esta esteja decidida em seus objetivos como grupo que se auto-define, enquanto comunidade quilombola, a partir do parentesco que comungam entre si. Neste caso, o compadrio serve apenas como mantenedor de relações de amizade e solidariedade, entre os parentes e os vizinhos. Por exemplo, sobre a família de Ernesto

²⁸ Nos anexos colocamos três mapas, que somados, constituem o território do Massapê: 01) Área indígena Pankará, ressaltando a fronteira que esta faz com as comunidades quilombolas de Massapê, Tiririca e São Gonçalo. 02) Mapa dos lotes que seguem até a serra do Arapuá. 03) Mapa da poligonal da faixa de terra que exclui as (terras) localizadas antes do riacho Grande e os lotes que seguem até o alto da serra do Arapuá.

Carvalho e Glaudiovani Nunes, era comum ouvirmos: *“Ele é meu cumpadre, mas não posso dizer que ele é quilombola. Porque quilombola é só quem é parente...”* Então, qualquer decisão sobre o lote de Glaudiovani Nunes deve partir da própria comunidade.

A serra do Arapuá sempre foi palco de ocupação para rituais religiosos e para o plantio de feijão, mandioca e para o beneficiamento da farinha. O clima mais ameno da serra favorecia o plantio de mandioca em sistema de sequeiro mesmo em tempos de pouca chuva. A farinha foi um elemento de estímulo à economia do Massapê. Os relatos locais e exógenos falam de um trânsito frequente dos negros do Massapê até em cima da serra do Arapuá. Neste caso era devido ao plantio de mandioca e pela localização de casas de farinha no alto da serra do Arapuá. Assim, torna-se imperativo a inclusão das terras da serra do Arapuá no território do Massapê.

Concluímos, ressaltando que o território do Massapê é constituído pelas terras apresentada como Território dos moradores do Massapê neste relatório. Salientamos que as terras adquiridas, por compra sempre foram utilizadas para sua identificação enquanto comunidade quilombola. A expressão *“as terras dos negros do Massapê”* é recorrente no município de Carnaubeira da Penha. Terras estas utilizadas para atividades agropecuárias pelos moradores locais desde os tempos das primeiras ocupações com o bisavô de Dioclécio Nunes²⁹.

6.2. PERSPECTIVAS DE PRODUTIVIDADE E VIDA PARA A ÁREA DA COMUNIDADE DE MASSAPÊ.

A idéia de desenvolvimento local sustentável foi sendo construída a partir das críticas que se faziam às propostas e aos resultados alcançados com os modelos de desenvolvimento passados, que estavam baseados no crescimento econômico, independente dos efeitos que causassem ao longo dos anos. Assim, desenvolvimento sustentável *é aquele que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras satisfazerem as suas próprias necessidades* (Comissão Brunthland). Para isto três aspectos são considerados ao se tratar do paradigma da sustentabilidade: Conservação Ambiental, Justiça Social e Eficiência e Crescimento

²⁹ Os moradores, em sua maioria, tem “papéis” que legitimam a posse da terra tais como: recibos de compra, registros cartoriais e recibos de pagamentos de taxas e impostos territoriais.

Econômico. Para isto serão trabalhados aspectos diretamente relacionados ao Meio Ambiente, à Qualidade de Vida e à Participação dos habitantes da comunidade quilombola do Massapê na elaboração de seu **Plano de Desenvolvimento Territorial**.

Em relação ao Meio Ambiente é necessário um programa de Capacitação em convivência com o semi-árido. A idéia de esperar por chuvas ou irrigação, como única solução para se criar ou plantar está aquém de qualquer projeto de sustentabilidade ambiental. A criação de ovinos, caprinos e aves sem nenhum planejamento é outra marca da prática local. É preciso que se implante um programa amplo na área do meio ambiente abordando os seguintes temas:

- Educação ambiental. Um programa que contemple ações de responsabilidade local em relação à água, ao lixo, ao uso de agrotóxicos nas plantações, farmácia viva (plantas medicinais) e artesanato (reciclagem e arranjos com material derivado das plantas da flora local).
- Convivência com o semi-árido. Desconstruir a idéia (cultural) de impossibilidades para agricultura e pecuária na região. Trabalhar a possibilidade de agricultura de sequeiro. Conhecer o potencial local para produção agropecuária.
- Criação planejada de caprinos, ovinos e aves. Agregar a idéia de produtividade animal (corte e leite) para suprir demandas da comunidade e do mercado. É sabido da demanda por carne de caprinos para prefeituras da região, e que esta não vem sendo suprida.
- Manejo da caatinga para preservação ambiental e produção de ração animal. Entender a caatinga como um bioma que tem suas particularidades; e, ainda, que esta oferece ao homem possibilidades de interação através do aproveitamento da flora local na produção de ração animal e plantas de uso medicinal e artesanal.

Em relação à Qualidade de Vida várias ações devem ser implementadas. Tais como:

- Educação. Uma escola que represente os anseios e as necessidades dos alunos locais e trabalhe temas relacionados á cultura afro-brasileira e ao universo da comunidade: sua história, o meio ambiente, as políticas sociais relacionadas à questão quilombola. Inclusão de professores locais nos quadros de ensino da escola da comunidade.
- Saúde. Um sistema que resgate e agregue os valores tradicionais com o sistema público de saúde. Trabalhar práticas profiláticas como contribuição da comunidade à saúde de seus moradores. Agendamento com o sistema público de uma rotina de atendimento médico na comunidade através do Programa Saúde da Família.
- Geração de emprego e renda através de qualificação profissional e aproveitamento dos recursos naturais presentes no meio ambiente local.

Em relação à Participação devemos primeiro pensar sobre os benefícios desta prática como meio de fortalecer a democracia e a integração da sociedade local nas decisões sobre seu futuro. De forma geral esta prática:

“Garante o controle social e assegura o alcance de resultados efetivos; facilita a capacidade de execução das ações, a sustentabilidade dos projetos, a gestão municipal e a transparência; estimula a organização social através da formação de associações e instituições, desenvolvendo uma prática de colaboração e ações coletivas; reforça o sentimento de pertencer a uma região, o sentimento de ter uma cultura que une a sociedade e eleva a auto-estima; e, permite a construção de projetos locais coletivos”.(IICA).

No Massapê se faz necessário que sejam implementadas oficinas de capacitação e assessoramento em relação à criação de grupos produtivos e associativos. Acreditamos ainda, que esta parte seja a mais fragilizada pela história da comunidade. Portanto, a que tem maior necessidade de estruturação do quadro social da associação local. É preciso que esta seja de fato uma instituição que represente a comunidade e não interesses individuais ou parciais sobre as demandas locais. Neste sentido, duas outras questões ganham pertinência:

- Uma assessoria aos moradores do Massapezinho em relação à sua organização social como comunidade quilombola em área urbana;
- Uma assessoria à inclusão da comunidade do Massapê no movimento de articulação das comunidades quilombolas em níveis regional e nacional

A comunidade quilombola do Massapê tem um grande desafio à sua frente: se reconstruir em termos social, político, econômico e cultural enquanto comunidade rural; e, agora, subsidiada pelo adjetivo, comunidade quilombola. Neste sentido, vale a pena pensar sobre a necessidade de outros empoderamentos da população local sobre seu território -incluindo aí suas demandas. A capacitação em Práticas associativas compreende três etapas:

1ª. Etapa

1º. Módulo: ÉTICA E RELAÇÕES HUMANAS – Neste módulo os participantes irão discutir sobre seus valores pessoais e coletivos; e quais os que serão interessantes para a vida na nova área. Como resultado será elaborado um CÓDIGO DE CONVIVÊNCIA COLETIVA. Este documento tratará de questões relativas à geração, gênero, meio ambiente e associativismo, de uma maneira geral na comunidade.

2a. Etapa

2º. Módulo: INTRODUÇÃO AO ASSOCIATIVISMO. Neste módulo os participantes irão discutir e serem capacitados no universo conceitual e prático do Associativismo. Entenderão o porquê da importância de criar, participar ativamente e manter uma associação comunitária. Como resultado será feita uma nova eleição para a Diretoria da ASSOCIAÇÃO DE REMANESCENTE DE QUILOMBOS DE MASAPÊ PADRE EVALDO BETTI. Neste aspecto será levado em conta a experiência de lideranças anteriores e a necessidade de formação de novas lideranças baseadas nas categorias definidoras de pertencimento à comunidade de Massapê. Evidentemente, essa nova Diretoria deve contemplar na sua composição aspectos relacionados à geração e a Gênero.

3º. Módulo: GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Neste módulo as famílias irão assumir compromissos (através da elaboração de um Regimento Interno) com a estrutura de uso coletivo da Comunidade Quilombola de Massapê (tais como escola, cemitério, igreja, e demais equipamentos de uso coletivos), compromissos com o meio ambiente (acordos sobre lixo, queimadas, animais silvestres, utilização de águas) e sobre projetos de interesse coletivo que possam ser impulsionadores para o desenvolvimento social e econômico da comunidade.

3ª Etapa

Esta etapa será de acompanhamento (consultoria e assessoria) à Comunidade Quilombola do Massapê nos seguintes aspectos:

- Capacitação e orientação contínua em relação à educação ambiental: Tratamento do lixo, Gestão da água, Convivência com o semi-árido.
- Capacitação e orientação contínua em relação a associativismo: Manutenção de um calendário de reuniões, contatos e parcerias com ONGs, Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, Coordenação Estadual de Articulação das Comunidades quilombolas, Prefeitura e Projeto de Integração do Rio São Francisco, Discussão permanente sobre projetos que impulsionem o desenvolvimento local sustentável, Elaboração de diagnósticos para atividades produtivas, Criação de grupos produtivos e Abertura de canais de escoamento da produção.

RESPONSABILIDADE TÉCNICA:

Geraldo Barboza de Oliveira Junior, Antropólogo

Colaboração Técnica:

Edilson Teixeira de Souza, Geógrafo/Arqueólogo.

Maurício José Alexandre de Araújo, Engenheiro Ambiental.

Katilene Dantas de Carvalho, Pedagoga.

Raphaela Hildita de Sá Guedes Deodato, licenciada em História.

Tallynne Kelly Alves Bezerra, licenciada em História.

Bibliografia:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. 1996. Quilombos: sematologia face a novas identidades. In: CRUZ, Magno José et al (org). 1996. *Frechal, terra de preto: quilombo reconhecido como reserva extrativista*. São Luiz: SMDDH/CCN-PVN.

ARRUTI, José Maurício P. Andim. **Etnografia e história no mocambo: notas sobre uma “situação de perícia”**. In, Leite (Org.) 2005.

ATAÍDES, Jézus Marco, MACHADO, Laís Aparecida e SOUZA, Marcos André Torres de. **Cuidando do patrimônio cultural**. Goiânia: UCG, 1997.

BANDEIRA, Maria de Lourdes. **Território negro em espaço branco: estudo antropológico de Vila Bela**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

BARBOSA, Luis de Lima. Em www.ceplac.gov.br/radar/artigos/artigo.21htm. acesso em 19/02/2009.

BARCELLOS, Daysy. **Relatórios técnicos de identificação étnica e territórios tradicionais: O caso de Morro Alto – Maquiné/RS**. In, Leite (Org.) 2005.

BEZERRA, Tercina Maria Lustosa Barros. **O quilombo “Negros do Gilu” em Itacuruba: emergência etnoquilombola e territorialidade**. Recife, UFPE, 2006. Dissertação de Mestrado

BROWN e BARNETT. **Dicionário de Sociologia**. Versão on-line. www.prof2000.pt/users/dicsoc/soc_html-7k

CANTARELLI, Jonhhy R. Rocha. **Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território da comunidade remanescente de quilombo Contendas**. Petrolina, PE: INCRA, 2008.

CAPORAL, Francisco Roberto, COSTABEBER, José Antônio e PAULUS, Gervásio. **Agroecologia: matriz disciplinar ou novo paradigma para o desenvolvimento rural sustentável**. Mimeo. Brasília, 2006.

CARDOSO, Luis Fernando Cardoso e. **A construção local: direito e território quilombola na comunidade de bairro Alto, na ilha de Marajó – Pará**. Tese de Doutorado. Florianópolis: UFSC, 2008.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. 2005. *Identidade étnica, reconhecimento e o mundo moral*. In: Revista Antropológicas, a. 9, v. 16(2), 9-40. Recife: UFPE/PPGA.

CARREIRA, Elaine de Amorim. **O Lugar da Antropologia no campo multidisciplinar do laudo pericial**. In, Leite (Org.) 2005.

CAVALCANTI, Clóvis (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. São Paulo: Cortez; Recife, PE: Fundação Joaquim Nabuco, 1995.

Centro Cultural Luiz Freire. **Sertão quilombola: a formação dos quilombos no sertão pernambucano**. Olinda, 2008.

CHAGAS, Míriam de Fátima. **Estudos Antropológicos nas “comunidades remanescentes de quilombos”:** sinais que amplificam a luta por uma vida histórica, vida jurídica. In, Leite (Org.) 2005.

DALLARI, Dalmo de Abreu. **Argumento antropológico e linguagem jurídica**. In, Silva, Luz e Helm.(1994).

FERREIRA, Francisco Marcelo Gomes. **Serrote do Gado Brabo: Identidade, territorialidade e migrações em uma comunidade remanescente de quilombos**. Recife: UFPE, 2008. Dissertação de Mestrado.

GUSMÃO, Neusa M. Mendes de. **Terra de pretos; terra de mulheres: terra, mulher e raça num bairro rural negro**. Brasília: fundação Palmares, 1995.

HARRISON, Lawrence E. e HUNTINGTON, Samuel P. **A cultura importa: os valores que definem o progresso humano**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KUSTER, Ângela; MARTÍ, Jaime Ferré; e, FICKERT, Udo. **Agricultura familiar, agroecologia e mercado no Norte e Nordeste do Brasil**. Fortaleza: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung, DED, 2004.

LEITE, Ilka Boaventura. **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

_____. **Comunidade de Casca: territorialidade, direitos sucessórios e de cidadania**. Laudo antropológico para instruir o Inquérito Civil Público Portaria 13/19/MPF/PRDCRS, nov. 2000.

_____. **Questões éticas da pesquisa antropológica na interlocução com o campo jurídico**. 2000

_____. **O legado do testamento: a comunidade de Casca em perícia**. 2.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Florianópolis: NUER/UFSC, 2004.

_____ (org), **Laudos periciais antropológicos em debate** – Florianópolis: Co-edição NUER/ABA, Nova Letra Gráfica e Editora, 2005

_____. **Os Laudos Periciais – Um novo cenário na prática antropológica**. In, Leite (Org.). 2005

_____. **Debatendo a Carta de Ponta das Canas**. In, Leite (Org.). 2005

____. **O mito das três raças repaginado.** In: <http://www.nuer.ufsc.br/artigos/mito%20das%20racas.htm>, acesso em 11/11/2008

____. **As classificações étnicas e as terras de negros no sul do Brasil.** In: <http://www.nuer.usfc.br/classificações.htm>, acesso em 11/11/2008

____. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas.** In: <http://www.nuer.ufsc.br/osquilombos.htm>, acesso em 11/11/2008.

LIMA Roberto Kant, (Org.) *Antropologia e Direitos Humanos 3*, Niterói: EdUFF, 2001.

MONTENEGRO, Antônio Torres, FERNANDES, Tânia Maria, organizadores, **História oral** um espaço plural, Recife: Universitária; UFPE 2001.

MOTA, Fábio Reis. **O Estado contra o Estado: Direitos, Poder e Conflitos no processo de produção da identidade “Quilombola” da Marambaia,** In: LIMA Roberto Kant, (Org.) *Antropologia e Direitos Humanos 3*, Niterói: EdUFF, 2001.

OLIVEIRA JUNIOR, Geraldo Barboza de. **Cultura e meio ambiente.** Publicação eletrônica. www.kriterion.zlg.br/pg83.aspx. Acessado em 06/03/2009.

____. **Gestão social e políticas culturais.** Publicação eletrônica. www.kriterion.zlg.br/pg83.aspx. Acessado em 06/03/2009.

____. **Negros em áreas carboníferas do sul do Brasil.** In: LEITE, Ilka Boaventura. **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

OLIVEN, Ruben George. **O Reconhecimento das terras indígenas e dos remanescentes de comunidades quilombolas diz respeito a toda sociedade brasileira.** In, Leite, (Org.). 2005

SILVA, Orlando Sampaio; LUZ, Lúcia e HELM, Cecília Maria. (org.). **A perícia antropológica em processos judiciais.** Florianópolis: edUFSC, 1994.

VALADÃO, Virgínia. **Perícias Judiciais e Relatórios de Identificação.** In, Silva, Luz e Helm. 1994

WEBER, Max. 1991. *Economia e sociedade*. Brasília: UNB.

Anexos:

A Carta de Ponta das Canas

Os antropólogos reunidos entre os dias 15 e 18 de novembro de 2000 em Ponta das Canas, Florianópolis, a convite da Associação Brasileira de Antropologia e do NUER/UFSC, concluíram que:

A aceitação, pelos antropólogos, da realização de um laudo, parecer ou relatório deverá estar condicionada á explicitação dos seguintes pontos:

1- Sobre a autoria, atentar para:

- a- Suas implicações jurídicas e administrativas.
- b- Os limites às suas reapropriações posteriores (que podem agregar novas responsabilidades jurídico-administrativas).
- c- Os limites aos trabalhos de resumo ou copy-desk do texto original.
- d- As condições e garantias de sua publicação.

2- Sobre as condições de trabalho:

- a- A realização do laudo deverá estar condicionada ao acordo prévio e á explicitação de prazos e orçamentos.
- b- Os prazos e recursos deverão prever o tempo necessário ao trabalho de campo, á pesquisa documental e á redação do trabalho.
- c- Os valores do pró-labore poderão seguir uma tabela proposta pela ABA.

3- Sobre a responsabilidade social do antropólogo:

- a- Tendo em vista as peculiaridades do trabalho antropológico, a empatia e os longos períodos com os grupos estudados e principalmente a sua vocação crítica,

a ABA, como associação científica e profissional reconhecida pelo engajamento na luta contra a discriminação, deve manifestar-se sobre as acusações de suspeição ao trabalho dos seu associados que lhes impeçam de desempenhar as suas atividades características e pertinentes.

b- Deverão receber a atenção da Comissão de Ética da Associação aos casos de comprovada evidência de prejuízo a um grupo social e/ou de antropólogos associados da ABA, principalmente quando ocasionado por um exercício de trabalho inadequado.

4-Sobre o controle da qualidade dos trabalhos realizados:

a- Tendo em vista este Acordo de Cooperação Técnica e as preocupações próprias da ABA com relação á composição de seus quadros, recomenda-se que o Ministério Público Federal e outros operadores da justiça interessados em perícias ou pareceres antropológicos recorram em primeiro lugar á indicação de nomes por esta entidade e esta deverá fazer sua indicação a partir do seu corpo de sócios efetivos.

b- A ABA ficará responsável pela devida disponibilização dos trabalhos para o seu conjunto de associados entendendo-se que a divulgação é o único meio de estabelecer um controle de qualidade sobre tais trabalhos.

Considerações:

Considerando que:

- um dos maiores problemas no relacionamento dos antropólogos com demandas do campo jurídico e administrativo está na alteridade entre tais campos conceituais, profissionais e ideológicos. Esta alteridade apresenta-se freqüentemente através da dualidade entre 1-produzir julgamento ou produzir inteligibilidade; 2-produzir "verdades" ou produzir interpretações; 3-operar uma hermenêutica do código legal para aplicação objetiva de um ordenamento jurídico nacional ou realizar descrições densas da realidade local, que dificilmente podem fugir de suas aplicações contextuais;

- as tensões constantes e inevitáveis entre estes dois campos profissionais é parte das ferramentas próprias de cada um, expressando deferentes poderes, ainda que desiguais;
- não há porque buscar eliminar essa tensão, já que a alternativa a ela seria a simples adequação-leia-se subordinação- de um saber ao outro, que eliminaria a possibilidade do ordenação jurídico nacional e dos aparelhos estatais serem transformados pelo confronto com os diferentes ordenamentos jurídicos sociais e políticos subordinados, com adversidade de concepções que devem dar origem a uma mais larga diversidade de direitos;
- o trabalho do antropólogo não é como o de um detetive ou de um juiz, nem pretende desvelar uma verdade ou produzir um juízo ponderado em torno de diferentes posições; mais sim o de traduzir uma realidade não imediatamente compreensível, particularmente pela cultura jurídica;
- o valor dessa inadequação diz respeito as próprias condições de instituição desse diálogo, da capacidade do antropólogo e do operador da justiça ou administrador compreenderem-se mutuamente. Algumas vezes a desejável tensão é encoberta por uma incompreensão sendo necessário, portanto, observar certos procedimentos e cuidados para que o diálogo possa existir e, eventualmente, o plano de tencionamento mais fundamental possa ser compreendido pelas partes envolvidas;
- na elaboração destas demandas, tem se atribuído ao antropólogo o papel de um classificador externo que, de modo naturalizado, identifica as unidades sociais e culturais, sendo portanto necessário romper com os preceitos positivistas que fundamentam essa demanda.
- O saber antropológico se define pelo diálogo, pela tradução e explicitação de categorias e discursividades nativas, sendo capaz de relacionar as categorias étnicas juridicamente formalizadas com as categorias e circuitos de relações próprios aos grupos sociais e ao contextos culturais investigados;
- o processo de reconhecimento de grupos étnicos indígenas ou de remanescentes de quilombos para fim de aplicação de direitos constitucionais tem produzido, por parte de órgãos do Estado, a demanda por peças técnicas antropológicas de

identificação étnica e tais demandas têm sido geradas a partir de contextos conflitivos;

- nestes contextos, a reivindicação de uma identidade étnica e social tem sido associada a uma suspeita de manipulação instrumental, pelos atores sociais, de categorias identitárias contempladas por direitos constitucionais;
- a experiência tem demonstrado que as manifestações de auto-atribuição étnica não têm assegurado, por si só, o reconhecimento de direitos diferenciados por parte do Estado Brasileiro;
- É necessário considerar e respeitar, quando da implantação de Unidades de Conservação a existência de populações ali anteriormente residentes e com direitos inequívocos sobre a terra que ocupam;
- nestes casos, é importante considerar também a especificidade e complexidade dos Estudos de Impacto Sócio-ambiental (EISA) e dos Relatórios de Impacto no Meio Ambiente (RIMA) relativos a projetos de desenvolvimento econômico do país previstos pela Resolução 01/86 e Resolução 09 e 10/90 respectivamente, do CONAMA (denominados Estudos de Impacto ambiental e Programas Básicos Ambientais), referentes a populações étnicamente diferenciadas.

Recomendações:

Recomenda-se:

1- Quanto às condições de estabelecimento do diálogo:

- ter claro qual é o "fato" ou "objeto" de interesse da justiça ou da instituição solicitante;
- conhecer e entender os quesitos ou disposições normativas que o operador da justiça ou administrador está solicitando que o antropólogo responda, com relação àquele fato objeto;
- compreender qual é a relação jurídica ou fato administrativo que dá origem à demanda;
- avaliar criticamente a demanda apresentada pelo operador da justiça ou administrador, com vistas a eventualmente corrigir sua formulação, recusá-los ou sugerir outros, mais adequados ao problema, quando corretamente formulado

do ponto de vista antropológico. Isso deve ser feito preferencialmente, por meio de um diálogo direto com agente solicitante;

- condicionar a aceitação do trabalho ao êxito dessa negociação em torno das condições de estabelecimento do diálogo.

2- Quanto à compreensão do discurso antropológico no documento:

- definir claramente os procedimentos, assim como as bases teóricas que orientaram a reorganização do documento. Em sua demanda, os operadores da justiça e administradores recorrem ao antropólogo como um cientista social e nesse estatuto, o antropólogo deve deixar claras as bases de sustentação do seu trabalho do ponto de vista de sua disciplina;
- ser minucioso e sistemático na explicitação das razões que levaram à apresentação das informações selecionadas, tendo em vista os adjetivos do documento. Isso aponta para a necessidade de objetividade das respostas ou dos movimentos inter-relativos constantes no documento. A sua diferença com relação a uma leitura livremente acadêmica da mesma questão está nessa economia a que ela deve responder, restringindo, na medida do possível, a riqueza etnográfica aos limites da demanda;
- gerar um formato que hierarquize as partes constantes da argumentação;
- dedicar uma parte do documento a responder objetivamente à demanda, sumariando o argumento central que justifica a resposta dada a demonstração etnográfica da resposta à parte correspondente no corpo do documento;
- nunca desconhecer um item da demanda que foi originalmente aceito durante as primeiras negociações. Caso o trabalho de realização do documento revele a sua inadequação, ela deve ser igualmente demonstrada etnograficamente;
- explicitar sistematicamente o conteúdo das noções utilizadas no texto que fujam ao seu sentido dicionarizando ou que agreguem conteúdos de natureza propriamente antropológica.

3- Quanto aos relatórios de identificação étnica:

- entende-se como grupo etnicamente diferenciado toda coletividade que, por meio de suas categorias de representação e formas organizacionais próprias, se

conceba e se afirma como tal;

- os grupos étnicos manifestam-se a partir da declaração de uma origem comum presumida e destintos compartilhados;
- as categorias sociais de identidade étnica apresenta uma concomitante territorial, definida por referências compartilhadas de ordem física, simbólica e cosmológica;
- a verificação das categorias étnicas e sociais de identidade deve ser fundamentar na investigação etnográfica, em precedência sobre a busca de possíveis referências histórico-documentais e arqueológicas;
- tais representações e formas organizacionais têm expressão fundamental na realidade presente do grupo, devendo pois ser explicitados na investigação etnográfica;
- os assim chamados relatórios de identificação étnica não tem caráter de atestado, devendo ser elaborados como diagnoses das situações sociais investigadas, como que orientem e balizem as intervenções governamentais na ampliação dos direitos constitucionais.

4- Quanto aos laudos sobre territórios tradicionais:

- as concepções próprias às formas de auto-definição sociocultural do grupo devem ser identificadas bem como a sua percepção do espaço, os usos e valores;
- as categorias jurídicas relativas à posse e aos direitos territoriais que estão na definição da demanda devem ser descritos pormenorizadamente;
- mapear o campo de relação que está em jogo na situação social sobre a qual e na qual o documento é produzido, explicitando as posições dos diferentes atores que estão influenciando na definição de uma resposta aos itens. Isso guarda, em primeiro lugar, a objetividade da resposta dada, assim como a sua natureza social, nesse sentido, conjuntural;
- promover ampla discussão com o grupo para definir uma posição clara sobre os limites do território em questão, ou sobre a impossibilidade de definir tais limites no momento, observando-se os parâmetros constitucionais e legais vigentes;
- justificar cada limite da área identificada, documentando etnograficamente os

razões que sustentam tais posições identificadas, as posições tomadas em campo por parte do pesquisador e do grupo que é alvo de investigação:

- explicitar os conceitos internos ao trabalho antropológico e ao diálogo com o campo jurídico que relacionem-se com a aplicação do preceito constitucional de território tradicional, alertando para os seus efeitos.

5- Quanto aos laudos de impacto sócio ambiental:

- formular e aperfeiçoar um roteiro/sugestão que contemple: a) a contextualização da realidade que envolve o estudo; b) a explicitação da metodologia utilizada, inclusive na pesquisa de campo, bem como a definição dos termos específicos; c) a necessidade de objetividade na argumentação, que deverá ser centrada em torno do possível impacto global do empreendimento; d) o dimensionamento dos dados tanto morais quanto físicos dos impactos; e) a apresentação de medidas mitigadoras e indenizatórias tanto para o projeto oficial quanto para o alternativo, ambos propostos pelo empreendedor;
- condicionar as licenças prévia e de instalação do empreendimento ao cumprimento das medidas mitigadoras e indenizatórias apontadas no estudo de impacto sócio-ambiental;
- sobre a realização do Programa Básico Sócio-ambiental (PBSA) previsto pelas Resoluções 09 e 10/9 do CONAMA, garantir a participação do profissional ou da equipe formuladora do EISA em todo o processo de monitoramento do PBSA que envolve o período anterior à instalação da obra, o início de sua operação, até o período posterior a ser definido no próprio PBSA;
- aprofundar e apresentar, através de GT específico da ABA, subsídios para a elaboração de estudos de impacto sócio-ambiental abrangendo desde termos de referência, legislação, medidas de acautelamento e divulgação dos trabalhos;
- incluir essas populações e seu conhecimento tradicional no debate da matéria que envolve suas terras de ocupação e as unidades de conservação correlatas;
- estimular participação de antropólogos nos Gts interdisciplinares, no sentido de acompanhar a implementação da Lei 9985/2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação e o seu artigo 57, que versa a respeito da sobreposição terra indígena – unidade de preservação no país;

- protocolar o EISA no Ministério Público Federal e se, possível, registrá-lo em cartório.

Florianópolis, 18 de novembro de 2000

1. Ana Flávia Moreira Santos (Procuradoria da República – MG)
2. Angela Maria Batista (Ministério Público Federal – DF);
3. Elaine de Amorim Carreira (Ministério Público Federal – DF);
4. Eliane Cantarino O'Dwyer (Universidade Federal Fluminense);
5. Ilka Boaventura Leite – (NUER-UFSC)
6. José Augusto Laranjeiras Sampaio (Universidade da Bahia)
7. José Maurício Andion Arruti (Koinonia);
8. José Otávio Catafesto de Souza (UFRGS);
9. Marco Paulo Froes Schettino (Funai);
10. Maria Dorotheia Post Darella (Museu Antropológico da UFSC);
11. Maria Fernanda Paranhos de Paula e Silva (Ministério Público – DF);
12. Miriam Chagas (Ministério Público Federal – RS);
13. Miriam Furtado Hartung (UFPR);
14. Noraldino Cruviel (Funai);
15. Raquel Mombelli (NUER/UFSC);
16. Ruben George Oliven (Presidente da ABA)
17. Sheila Brasileiro (Ministério Público Federal – BA);
18. Silvio Coelho dos Santos (UFSC);
19. Walmir Pereira (Museu Antropológico do Rio Grande do Sul)